



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GIOVANE SILVA BALBINO

**A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM POUSO ALEGRE - MG
(1917 -1947)**

CAMPINAS

2020

GIOVANE SILVA BALBINO

**A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM POUSO ALEGRE - MG
(1917 -1947)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Educação na área de concentração de Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDO PELO ALUNO GIOVANE SILVA BALBINO E ORIENTADO PELA PROF^a DR^a. APARECIDA NERI DE SOUZA.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

B185i Balbino, Giovane Silva, 1993-
A Igreja Católica e o Estado na educação profissional em Pouso Alegre -
MG (1917-1947) / Giovane Silva Balbino. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Aparecida Neri de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Igreja e Estado. 2. Igreja Católica - Pouso Alegre (MG). 3. Formação
Profissional. 4. Relações de gênero. I. Souza, Aparecida Neri de, 1952-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The Catholic Church and the State on the professional education
in Pouso Alegre - MG (1917-1947)

Palavras-chave em inglês:

Catholic Church and State relations

Professional qualification

Gender relations

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Aparecida Neri de Souza [Orientador]

Agueda Bernadete Bittencourt

Maria Lucia Büher Machado

Guilherme Ramalho Arduini

Data de defesa: 19-11-2020

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7415-8711>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1270077742510528>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM POUSO ALEGRE - MG
(1917 – 1947)**

AUTOR: GIOVANE SILVA BALBINO

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza

Profa. Dra. Agueda Bernardete Bittencourt

Profa. Dra. Maria Lucia Büher Machado

Prof. Dr. Guilherme Ramalho Arduini

Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2020

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos ao órgão de fomento à pesquisa, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela bolsa concedida por 24 (Processo Número: 133993/2018-3, referente ao Edital GM/GD – Cotas do Programa de Pós-Graduação) e mais 2 meses de prorrogação devido a pandemia da COVID-19, pois sem esse suporte financeiro essa pesquisa não teria chegado nesse estágio de desenvolvimento, além de possibilitar aprendizagem, maturidade pessoal e científica no mestrado na Faculdade de Educação na Unicamp.

Agradeço, a paciência e o apoio dos meus familiares, nesse processo árduo e difícil, todo o meu carinho e amor aos meus pais: Fátima e Ismael, e para a minha irmã Flaviane. Além de tios e tias, primos e primas. Estendo os meus agradecimentos a minha amiga Anna Gabriela pelo carinho e apoio nessa jornada. Também coloco os meus agradecimentos a Júlia Sena, Larissa Inácio, Palloma, Lucas Inácio, Caíque Dias, Ivan Teodoro, Willian Rodrigues, Marlon, Joel, Rafael Francisco, Romulo e entre outros amigos e amigas que seus nomes certamente escaparam fizeram parte desse processo. Mas de qualquer forma todos e todas vocês foram importantes nessa árdua e difícil caminhada, principalmente em tempos pandêmicos como estamos vivenciando. Também aos amigos e amigas do grupo de pesquisa (GEPEDISC), Berenice, Ângela, Gislaine, Rosangela, Fernando, Daniele e entre outros.

Aos professores (as) da Faculdade de Educação, aos funcionários e funcionárias terceirizados da faxina até os servidores da biblioteca e da secretaria da Pós-Graduação. Também estendo os meus agradecimentos aos funcionários do Restaurante Universitário e da Unicamp, de forma geral. Para a comunidade interna e externa da Unicamp e para a sociedade Campineira.

Agradeço a Professora Neri pela orientação, pelas críticas sociológicas e históricas, obrigado pelo acolhimento desde os primeiros dias no Programa de Pós-Graduação. Estendo os meus agradecimentos as professoras Agueda e Maria Lúcia. Agradeço também aos professores Guilherme Arduini, Fernando Prodeti e Liliane Bordignon. Estendo o meu apoio a toda classe trabalhadora, julgada e explorada, sem direitos e precarizada. “Camaradas, avancem para a conquista do futuro; O futuro é revolucionário; O futuro pertence àqueles que lutam” (SANKARA, 1987)¹. Em tempos pandêmicos a união é essencial...

¹ Discurso proferido por Thomas Sankara em 1987 – “Camarades, en avant pour la conquête du futur; Le futur est révolutionnaire; Le futur appartient à ceux qui luttent” – ver: <http://www.thomassankara.net/la-liberation-de-la-femme-une/>, acessado no dia 25 de outubro de 2019.

RESUMO

O objeto da pesquisa de mestrado em educação é a formação profissional de trabalhadores e trabalhadoras pela igreja católica na primeira metade do século XX na cidade de Pouso Alegre em Minas Gerais. O objetivo da pesquisa é compreender o papel da Igreja Católica em aliança com o poder público, na organização da educação profissional destinada à formação de trabalhadores e trabalhadoras na primeira metade do século XX. A hipótese que orientou a pesquisa é de que a Igreja Católica formou trabalhadores disciplinados sob influência da Encíclica Papal de Leão XIII, o *Rerum Novarum* de 1891, propondo uma formação profissional diferenciada entre classes e gênero e refletindo a preocupação das elites de pouso alegre com uma educação dirigida para seu grupo social e outra distinta para as classes populares dentro dos preceitos religiosos e morais católicos. Para tanto foram estudadas duas escolas destinadas a formação de crianças e jovens separadas por sexo: Escola Profissional Delfim Moreira (criada em 1917), destinada ao ensino de ofícios aos meninos, a Escola Doméstica Santa Terezinha (criada em 1929) destinada à formação de meninas e o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes (criado em 1920). A pesquisa de caráter histórico analisou artigos e anúncios de três jornais - *A Semana Religiosa*, *A Gazeta de Pouso Alegre* e *A Razão* – interrogando como eles veiculavam e interpretavam os acontecimentos referentes à educação nas escolas estudadas. Foram estudadas as obras memorialistas: “*História de Pouso Alegre*” de Octávio Miranda Gouvêa (1998); “*Uma História Que Já Vai Longe*” de Alvarina Amaral de Oliveira Toledo (1997); “*Estórias do Mandu*” de Eduardo Amaral de Oliveira Toledo (1998); e, parte de “*Eu, minha terra e minha gente: o Pouso Alegre das trilhas dos fiscoadores*” de Manoel Coutinho de Rezende (1991). Finalmente, as fotografias permitiram observar os registros de alunos nas oficinas, dos prédios escolares e das autoridades políticas e religiosas com alunas e alunos. Metodologicamente a pesquisa se apoiou nos estudos de Boris Fausto para a compreensão histórica da primeira república e do varguismo; e, de Sérgio Miceli, Guilherme Arduini, Agueda Bittencourt e Simon Schwartzmann na apreensão das relações entre Estado e Igreja. A Igreja Católica é o agente central nas disputas na educação na primeira metade do século XX e se tornou a parceira do Estado na formação de trabalhadores e trabalhadoras.

Palavras-chave: Relações Igreja Católica e Estado; Formação Profissional; Relações de gênero; Escola Profissional Delfim Moreira; Escola Doméstica Santa Terezinha.

ABSTRACT

The object of this master's research in education is the professional training of male and female workers by the Catholic Church in the first half of the 20th century in the city of Pouso Alegre in Minas Gerais. This research aims to understand the role of the Catholic Church, in alliance with the public authorities, in the organization of professional education aimed at training men and women workers in the first half of the 20th century. The hypothesis which guided the research is that the Catholic Church was prepared to train workers under the influence of the Papal Encyclical of Leo XIII, the *Rerum Novarum* of 1891, proposing a professional formation differentiated between classes and gender and reflecting the concern of the elites from Pouso Alegre with an education directed to its social group and a distinct one for the popular classes within the Catholic religious and moral precepts. For this purpose, two schools were studied for the training of children and young people separated by gender: Escola Profissional Delfim Moreira (vocational college, founded in 1917), aimed at teaching crafts to boys, the Escola Doméstica Santa Terezinha (housekeeping school, founded in 1929) aimed at training girls and the Nossa Senhora de Lourdes Orphanage (founded in 1920). The research of historical character analyzed articles and advertisements from three newspapers - *A Semana Religiosa*, *A Gazeta de Pouso Alegre* and *A Razão* - questioning how they conveyed and interpreted the events related to education in the schools studied. The memorial works were studied: "História de Pouso Alegre" (The History of Pouso Alegre) by Octávio Miranda Gouvêa (1998); "A History That Goes Far" by Alvarina Amaral de Oliveira Toledo (1997); "Estórias do Mandu" (Stories from Mandu) by Eduardo Amaral de Oliveira Toledo (1998), and part of "Me, my land and my people: the Pouso Alegre of the harvesters' trails" by Manoel Coutinho de Rezende (1991). Finally, the photographs made it possible to observe the records of students in workshops, school buildings and political and religious authorities with students. Methodologically, the research was based on Boris Fausto's studies for the historical understanding of the first republic and Vargasism; and, by Sérgio Miceli, Guilherme Arduini, Agueda Bittencourt and Simon Schwartzmann in the apprehension of the relations between State and Church. The Catholic Church is the central agent in disputes in education in the first half of the 20th century and has become the State's partner in the training of male and female workers.

Keywords: Catholic Church and State relations; Professional qualification; Gender relations; Delfim Moreira Vocational College; Santa Terezinha Housekeeping School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Pouso Alegre/MG.....	p. 11
Figura 2 - Mapa da Linha Férrea do Sapucaí.....	p. 62
Figura 3 - Demografia da região Sudeste.....	p. 59
Figura 4 - Números de Sindicatos, Uniões e Federações - ano de 1939 em Minas Gerais	p. 62
Figura 5 - Vista da oficina Agrícola da Escola Profissional Delfim Moreira (1919)	p. 73
Figura 6 - Escola Profissional Delfim Moreira (1919)	p. 78
Figura 7 - Os nomes dos diretores da Escola Profissional (1917-1947)	p. 86
Figura 8 - Fachada da Oficina Artística da Escola Profissional (1919)	p. 90
Figura 9 - Anúncio da Oficina Artística da Escola Profissional Delfim Moreira (1927)	p. 91
Figura 10 - Alunos na Oficina Artística da Escola Profissional Delfim Moreira, do ano de 1935	p. 92
Figura 11 - Anúncio da Oficina Artística da Escola Profissional (1937)	p. 93
Figura 12 - Alunos na Oficina de Tipografia da Escola Profissional Delfim Moreira (década de 1930)	p. 95
Figura 13 - Jovens e crianças na Oficina de Tipografia (1934)	p. 95
Figura 14 - Anúncio da Tipografia na E. Profissional (1940)	p. 96
Figura 15 - Alunos presentes na oficina de Carpintaria e Marcenaria da Escola Profissional	p. 97
Figura 16 - Anúncio da Oficina de Marcenaria e Carpintaria da E. Profissional (1935)	p. 98
Figura 17 - Alunos na Oficina Agrícola da Escola Profissional Delfim Moreira, em 1934.....	p. 99
Figura 18 - O Orfanato Nossa Senhora de Lourdes	p. 103
Figura 19 - Santuário de S. Therezinha em 1936	p. 107
Figura 20 - Tabelas de preços da Escola Doméstica Sta. Terezinha (1935)	p. 124
Figura 21 - Fachada do Palácio Episcopal, com as alunas da Escola Doméstica Santa Terezinha. Sentados: Ir. Lygia, Cônego Octaviano e Dom Octávio (década de 1940)	p. 126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB – Associação Brasileira de Educação
AIB – Ação Integralista Brasileira
ANL – Aliança Nacional Libertadora
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DIP – Departamento de Imprensa da Propaganda
DNC – Departamento Nacional do Café
FEB – Força Expedicionária Brasileira
LSN – Lei de Segurança Nacional
LST – Legião Santa Terezinha
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PC – Partido Católico
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PD – Partido Democrático
PL – Partido Liberal
POM – Partido Operário Mineiro
PP – Partido Progressista
PR – Partido Republicano
PRC – Partido Republicano Constitucional
PRB – Partido Republicano Baiano
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRP – Partido Republicano Paulista
RMV – Rede Mineira de Viação
SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial
UOPA – União Operária Pouso Alegre
URSS – União Soviética
8ª BI – Brigada de Infantaria
10º RAM – Regimento Artilharia Montada
12º RI – Regimento de Infantaria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 11
CAPÍTULO I - ENTRE A CRUZ E O PROGRESSO: O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	p. 21
1.1. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	p. 21
1.1.1. Crise das oligarquias paulistas e mineiras.....	p. 31
1.1.2. Relações entre o Estado e a Igreja Católica.....	p. 31
1.2. A ERA VARGAS (1930-1945)	p. 37
1.2.1. Fragmentação do pacto oligárquico.....	p. 37
1.2.2. As relações da Igreja Católica com o Estado na Era Vargas.....	p. 43
1.2.3. A educação na Era Vargas.....	p. 46
1.2.4. A crise do varguismo	p. 48
CAPÍTULO II - A EUFORIA DO PROGRESSO: MINAS GERAIS E POUSO ALEGRE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	p. 50
2.1. A política mineira na Primeira República	p. 50
2.2. A economia mineira e pouso alegreense	p. 55
2.3. A classe trabalhadora mineira e pouso alegreense	p. 59
2.4. A Igreja Católica em Minas Gerais e em Pouso Alegre	p. 63
2.5. A educação mineira e pouso alegreense	p. 64
2.6. A imprensa pouso alegreense	p. 67
CAPÍTULO III - A ESCOLA PROFISSIONAL DELFIM MOREIRA EM POUSO ALEGRE (1917-1947)	p. 71
3.1. “É PARA AS CLASSES DESAFORTUNADAS QUE O CORAÇÃO DE DEUS PARECE INCLINAR-SE MAIS”	p. 71
3.2. A ESCOLA PROFISSIONAL E OS IRMÃOS PAVONIANOS (1947)	p. 100
CAPÍTULO IV- “SE NÓS FORMARMOS AS DONAS DE CASAS, AS MÃES DE FAMÍLIA”: A ESCOLA DOMÉSTICA STA. TEREZINHA E O ORFANATO N. SRA. DE LOURDES EM POUSO ALEGRE (1920-1947)	p. 102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 132
FONTES UTILIZADAS.....	p. 142

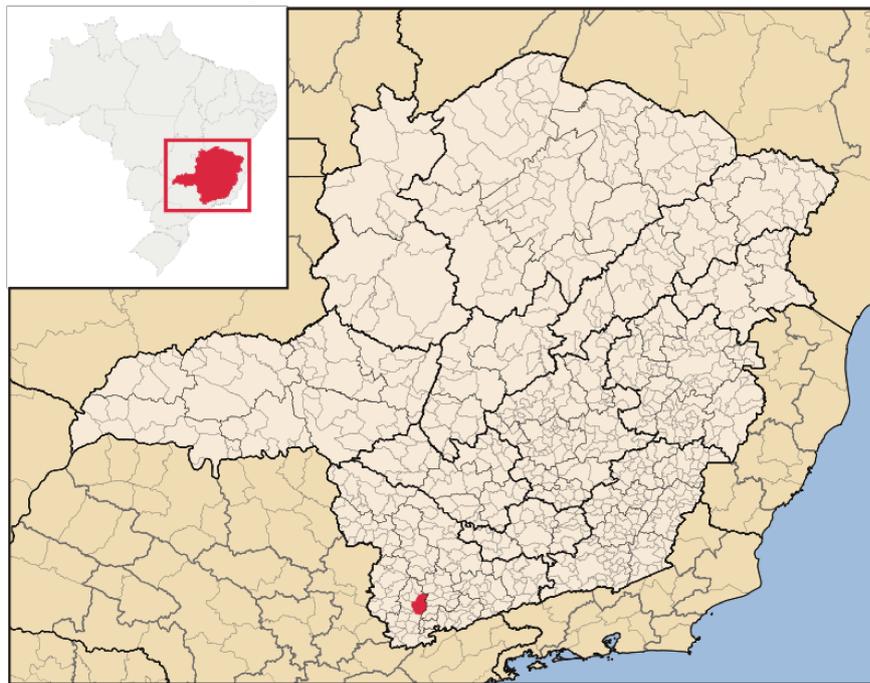
1. INTRODUÇÃO

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência
(MARX, 2013, p. 77).

A presente pesquisa intitulada “a Igreja Católica e o Estado na educação profissional em Pouso Alegre/MG (1917-1947)” analisou o papel da Igreja Católica em aliança com o poder público, na organização da educação profissional destinada na formação de trabalhadores e trabalhadoras na primeira metade do século XX.

Pouso Alegre está localizada na região do sul de Minas Gerais e possui uma população estimada de 150 mil habitantes². A cidade estava, a princípio, assentada na produção agrária, mas constatamos, no período investigado, o início do projeto das elites locais para promover a industrialização.

Figura 1 - Localização de Pouso Alegre.³



O questionamento principal da presente dissertação se insere na formação profissional oferecida pela Igreja Católica numa aliança com o poder público na região. A Igreja Católica é o agente central nas disputas que acontecem na educação na primeira metade do século XX e se tornou a parceira do Estado em relação a educação e a formação de trabalhadores. Nesse

² População estimada para o censo do ano de 2019 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pouso-alegre/panorama>, acessado no dia 26 de outubro de 2019.

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Pouso_Alegre#/media/Ficheiro:MinasGerais_Municip_PousoAlegre.svg, acessado no dia 21 de outubro de 2019.

sentido, qual era o projeto societário da Igreja Católica para a sociedade brasileira e pouso alegre nesse período? Porque a formação de trabalhadores e trabalhadoras?

O nosso arcabouço documental é a imprensa, que em conjunto com as fotografias e da literatura memorialista foram instrumentos das elites políticas e religiosas na divulgação de seus projetos. A dissertação pretende interrogar essas fontes para compreender as concepções de formação de trabalhadores, entre os anos de 1917 e 1947, em Pouso Alegre.

A hipótese que orientou a pesquisa é de que a Igreja Católica formou trabalhadores disciplinados sob influência da Encíclica Papal de Leão XIII, o *Rerum Novarum* de 1891, propondo uma formação dividida, entre classes e gêneros, refletindo a preocupação da elite em formar os dirigentes e para as classes populares a formação profissional para o trabalho.

A ideia de executar essa pesquisa teve origem nas indagações surgidas após o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado na graduação em História⁴ que colocou em evidências as relações entre trabalho e educação naquele período histórico. Nessa pesquisa analisamos as narrativas das elites locais – religiosas e políticas – acerca da criação das instituições educacionais e de caridade, na primeira metade do século XX, expondo o projeto de assistencialismo das elites pouso alegrensens.

As instituições educacionais estudadas nessa pesquisa são as seguintes: a Escola Profissional Delfim Moreira (criada em 1917), a Escola Doméstica Santa Terezinha (criada em 1929) e o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes (criado em 1920). Essas instituições educacionais eram propriedades da Diocese de Pouso Alegre e possuíam nesse período estudado (1917/1947), o 3º Bispo D. Octávio Chagas de Miranda como responsável.

A Escola Profissional oferecia aos meninos pobres e órfãos, as oficinas de tipografia, sapataria, carpintaria, marcenaria, artes e uma seção agrícola, de forma geral, inserida na proposta de industrialização e de formação de trabalhadores. A Escola Doméstica tinha o propósito de atender as moças pobres e órfãs, oferecendo em seu currículo as oficinas de costura, bordados, arte culinária, ou seja, buscava a formação de mulheres para as atividades domésticas. Nessa mesma direção, o Orfanato era destinado à educação de “futuras mães e boas esposas”.

A formação oferecida por esses estabelecimentos educacionais estava guiada pela orientação pedagógica “humanista e cristã”, com ênfase nos valores da disciplina, da pátria e do trabalho⁵.

⁴ TCC - “Instituições de Caridade, Ensino e Profissionalizante em Pouso Alegre (1905 – 1940)”.

⁵ A Escola Profissional foi transferida, em 1948, para a Congregação dos Filhos de Maria Imaculada ou Ordem Religiosa Italiana dos Pavonianos e continua em atividade até os dias atuais. Sobre a Escola Doméstica tivemos a

Nessa dissertação abordamos as seguintes categorias analíticas: classe social, gênero, Estado, poder e memória.

Por classe social partimos nas concepções de Thompson (1987) que enfatiza o conceito como um fenômeno histórico, Aguiar (2011) afirma que os componentes políticos e culturais são responsáveis por essas relações sociais de classe.

Para Hirano (1975, p. 90) “as classes sociais são categorias históricas e transitórias e são determinadas pela transição do feudalismo ao capitalismo moderno. O referencial básico é a produção capitalista moderno” dentro das classes sociais estão os seus estratos sociais, o que denominamos de elites - religiosas, políticas e econômicas.

Em relação a categoria gênero, essa pesquisa abarca a divisão sexual do trabalho e as diferenças na formação profissional para meninos e meninas nas instituições educacionais. O gênero é uma construção social, cultural e histórica do masculino e do feminino, sendo necessário considerar a educação das meninas para as atividades domésticas, pois é um resultado de uma construção social, da socialização e da diferenciação dos papéis masculinos e femininos. Também existe uma noção acerca de produção e reprodução em que esses sujeitos sociais estavam sendo inseridos na sociedade capitalista. Para os meninos, a formação para os ofícios manuais – Escola Profissional Delfim Moreira – e para as meninas, um aprendizado voltado para os serviços domésticos – Escola Doméstica Santa Terezinha e o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes –.

A noção de Estado retirada das concepções de Carnoy (1988) onde este é mediador das relações de classes e emergida nas relações de produção, é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista e pode ser observada quando olhamos para o Estado brasileiro na Primeira República (1889-1930) e na Era Vargas (1930-1945).

Também trabalhamos com os conceitos de poder e memória que estão praticamente correlacionados às instituições educacionais pouso alegrenses.

Com relação ao poder partimos no sentido atribuído por Max Weber (1977) em que o poder é uma categoria presente nas relações sociais, que permite a alguém (ou a um grupo) impor sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta. Essas relações sociais estão assentadas na constelação de diferentes interesses como no caso da memória de um povo.

informação de que a instituição funcionou até a década de 1980, já o Orfanato, infelizmente não tivemos mais notícias.

Jacques Le Goff (2013) afirma que a memória busca imortalizar os monumentos, “heróis”, “mitos” e “messias”, e nas instituições educacionais não é diferente diante das narrativas jornalísticas, das fotografias e da literatura memorialista em Pouso Alegre.

Quais foram os procedimentos metodológicos, os caminhos e as fontes de análises da pesquisa?

O trabalho inicia-se com a garimpagem e coleta em jornais, fotografias e obras memorialistas que pesquisamos, “a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material nunca são fortuitos” (QUEIROZ, 1999, p. 13). Tivemos acesso à essas fontes através do Museu Municipal Tuany Toledo, em Pouso Alegre e pelo site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁶.

Durante a coleta de dados relacionado ao material de imprensa, adotamos as orientações metodológicas de Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (1999), observando:

- A orientação do jornal, pois ela representa interesses de seu grupo social;
- A posição da notícia ou artigo no jornal (editorial, manchete, pequena notícia, comentários);
- Artigo assinado ou não;
- Versões sobre o mesmo fato;
- Fichamento da notícia.

Aprofundamos as nossas análises nos artigos e anúncios, de três jornais: *A Semana Religiosa*, *A Gazeta de Pouso Alegre* e *A Razão*.

O jornal *A Semana Religiosa* foi o órgão oficial da Diocese de Pouso Alegre, fundado no ano de 1916, publicado semanalmente, tornou-se o principal veículo de comunicação do clero pouso alegreense com a sociedade local (QUEIROZ, 1998). Foram redatores desse periódico: Octávio Chagas de Miranda, Bispo Diocesano, Monsenhor Aristeu Lopes, Mario Casassanta e Cônego João Aristides de Oliveira.

O jornal *A Gazeta de Pouso Alegre* apoiava a política local, como as instituições Igreja e Exército e das famílias tradicionais da cidade. No período de 1916 a 1918 o redator era Alypio Nogueira. Em 1918, período denominado “Nova Phase”, tem como editor-gerente, o delegado e comerciante Sebastião Araújo. Este veículo caracterizava-se pelo debate político, social e econômico da sociedade pouso alegreense. É um periódico assentado nas relações sociais e de poder.

⁶ Encontramos muitos números disponíveis do jornal *A Semana Religiosa*: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/semana-religiosa/149292>, acessado no dia 09 de abril de 2020.

O jornal *A Razão*, cujo diretor era João Queiroz, é um importante periódico que concerne às questões ideológicas. Editado pelo Núcleo Integralista de Pouso Alegre, considerado relevante na disseminação da “Ação Integralista Brasileira em Minas Gerais”. Veiculava textos literários, notícias de âmbito nacional, apoiando os governos de Getúlio Vargas, presidente do país, e Benedito Valadares, governador de Minas Gerais. Em maio de 1937 assume a diretoria de assuntos políticos, o prefeito municipal de Pouso Alegre, o sr. João Tavares Corrêa Beraldo do Partido Progressista (PP); como diretor, o jornalista José Duarte da Costa; e, como redator chefe, o político e jornalista José Fernandes Filho.

No que tange a imprensa local, as análises aqui realizadas evidenciam a importância da educação profissional para as classes desfavorecidas, sobretudo, nas relações sociais envolvendo a educação, o trabalho e a religião na sociedade pouso alegrense.

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Sendo a imprensa instrumento de manifestação e interferência do homem em seu tempo histórico, entendemos que o historiador e o sociólogo necessitam compreender a notícia e o debate que está em pauta na imprensa local.

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana (CRUZ, 2000, p. 72).

A pesquisa buscou compreender o papel da imprensa no cenário social em que ela está inserida, sua organização e seus interesses. Nesta direção, a imprensa expressa as relações de poder, esses jornais representam interesses em comum como o progresso e a industrialização, também enfatizam o papel da religião, na formação de cidadãos e na formação profissional da classe trabalhadora. Os jornais e os seus diferentes discursos reproduzem a “importância” dessas instituições educacionais, para os meninos e meninas em Pouso Alegre.

Foram analisadas as seguintes obras memorialistas: “*História de Pouso Alegre*” de Octávio Miranda Gouvêa (1998); “*Uma História Que Já Vai Longe*” de Alvarina Amaral de Oliveira Toledo (1997); “*Estórias do Mandu*” de Eduardo Amaral de Oliveira Toledo (1998),

e parte de “*Eu, minha terra e minha gente: o Pouso Alegre das trilhas dos faiscadores*” de Manoel Coutinho de Rezende (1991). De forma geral, os memorialistas eram representantes das elites locais em seu período histórico: dentistas, médicos, farmacêuticos, funcionários públicos e professores. Foram fundamentais na construção da memória oficial pouso alegre e destacamos o apelo a tradição católica, os grupos sociais mais favorecidos da sociedade e os heróis. Os memorialistas, contudo, se diferem dos historiadores no tratamento das fontes e de noções conceituais relacionadas com a problematização dos acontecimentos históricos (SANTOS, 2009).

Estes reclamam para si a incumbência de contar a história da região e atuar como “guardiões da memória regional”. Estes autores, geralmente, com o intuito de narrar a “história” das cidades onde nasceram ou residiram apresentam a história regional na sua peculiaridade, destacando fatos e fenômenos que consideram relevantes e em um estilo literário singular, possuindo menos conflitos possíveis.

Há interlocução entre a literatura e a história nos escritos memorialistas. Estes foram elaborados para perpetuarem a história e a memória oficial das ações políticas e religiosas na sociedade local.

Se literatura e história contribuem para a formação da nação – ou melhor, para a construção de seus símbolos –, a nação não ganha existência somente a partir delas, ou seja, não nos parece adequado que a produção literária sobre o Brasil seja lida privilegiadamente na chave de formação da nação ou de uma crescente consciência da nação sobre si mesma (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p. 48).

As obras memorialistas analisadas buscaram enaltecer os elementos históricos em relação às instituições educacionais, à participação do clero e dos políticos locais na organização e manutenção das obras sociais em Pouso Alegre.

Por ser tratar de uma fonte escrita *post factum*, os narradores – os memorialistas – buscaram olhar o passado e explicar os acontecimentos, dentro de sua ótica classista e de uma memória das elites. Analisar essas fontes é compreender o processo de construção de uma memória entorno das realizações do Bispo Diocesano, do papel da Igreja Católica, dos grupos políticos e das instituições educacionais em Pouso Alegre.

Nas fotografias que se inserem nessa pesquisa foram encontrados registros de alunos nas oficinas, dos prédios escolares e das autoridades políticas e religiosas com os alunos (as). Essas fontes devem ser interpretadas e analisadas, a partir da ótica que “tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas” (LE GOFF, 2013, p. 486).

A memória oficial assim como acontece com a literatura memorialista e com a imprensa local estão presentes nas fotografias, que eram consideradas símbolos da modernidade.

“A fotografia emerge no mundo ocidental sob o signo do modernismo, sob a racionalidade iluminista e a ótica renascentista” (CIAVATTA, 2002, p. 16), sendo uma representação do progresso, da alma burguesa profanada na reprodução técnica de lentes e de *flashes*. As fotografias devem ser pensadas como um registro intencional, das relações sociais em conflitos ou diante de uma harmonia social, pois nelas estão presentes a história econômica, política, social e cultural de uma sociedade.

Invenção burguesa por excelência, a fotografia popularizou o retrato e levou aos recantos mais distantes do mundo essa “caixa de pandora”, contendo paisagens de lugares exóticos, de monumentos, de tipos humanos, retratos com apelos eróticos, paisagens urbanas das metrópoles, imagens chocantes de guerras e de conquistas científicas (LIMA; CARVALHO, 2012, p. 30).

Enquanto a imagem é a representação da sociedade que almejava se inserir no desenvolvimento capitalista, a sua essência buscava transmitir os valores morais de uma época em relação ao trabalho e da religião. As fotografias “são como monumentos que traduzem valores, idéias, tradições e comportamentos” (CIAVATTA, 2002, p. 30) e são frutos das experiências humanas em seu tempo histórico, como as suas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas que estão visivelmente presentes no ato do registro. Elas se expressam a cultura e o cotidiano de um povo.

A expressão cultural dos povos exteriorizada através de seus costumes, habitações, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos passou a ser gradativamente documentada pela câmara. O registro das paisagens urbana e rural, a arquitetura das cidades, as obras de implantação das estradas de ferro, os conflitos armados e as expedições científicas, a par dos convencionais retratos de estúdios – gênero que provocou a mais expressiva demanda que a fotografia conheceu desde seu aparecimento e ao longo de toda a segunda metade do século XIX -, são alguns dos temas solicitados aos fotógrafos do passado (KOSSOY, 2014, p. 26).

A utilização das fotografias em conjuntos com as outras fontes documentais, tais como os jornais e as obras memorialistas é necessária para compreender os fenômenos históricos relacionados com as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas em Pouso Alegre.

O arcabouço documental demonstra a “importância” dada pelas elites locais, acerca dos estabelecimentos educacionais, pois essas instituições estavam relacionadas com o desenvolvimento econômico e industrial na sociedade brasileira, conforme indica as pesquisas de Batista (2013), Gonçalves (2001), Machado (2010) e Silva (2004).

Outras pesquisas como de Candeia (2013), Freitas (2011) e Pandini (2006), apontam que essas instituições buscavam a formação da classe trabalhadora “domesticada” e disciplinada em relação as novas exigências do mundo do trabalho.

Há também as pesquisas Bonifácio (2017), Caldeira (2014), Pinheiro (2017), Silva (2010) e Souza (2018) que evidenciam o caráter religioso das instituições educacionais que abrangem o nosso estudo. A presença das congregações religiosas ligadas a Igreja Católica, no processo de organização e manutenção dos projetos eclesiais, em muitos casos possuindo uma feição assistencialista em seu entorno.

O objetivo da pesquisa está centrado no processo de formação de trabalhadores e trabalhadoras. Cunha (2005) analisa o processo de expansão das instituições de ensino profissional nas primeiras décadas do século XX. Essas instituições ao se expandirem também se diversificaram, como resultado da articulação de interesses de grupos políticos ligadas às oligarquias regionais e os grupos religiosos da Igreja Católica.

Miceli (2009) aponta a ascensão da organização eclesial como fundamental para o avanço de estabelecimentos educacionais em todo o país. A Igreja Católica propôs a formação de seus futuros quadros e contava com os financiamentos providos das instâncias – públicas e privadas – para formar a força de trabalho, essa formação estava assentada nos valores morais da religião e do trabalho. A “religião impediria a rebeldia e levaria à obediência às leis e à hierarquia” (CUNHA, 2005, p. 24), essa ideia possibilitou os projetos sociais, entre o Estado e a Igreja Católica no início da Primeira República (1889-1930).

Nesse sentido, o projeto da Igreja Católica se concentrou na organização de instituições educacionais voltadas para as classes populares. Há de se destacar que a educação é uma prática social que percorre todas as relações sociais, sejam elas familiares, religiosas, escolares, no trabalho, nas amizades, entre outras; portanto ela pode ocorrer em instituições escolares ou não, portanto, a educação se apresenta nesse período como redentora do trabalho, da disciplina e do sentimento cristão.

Educação pode ser definida como “conjunto das influências do meio sócio-histórico sobre os indivíduos, que levam-nos a adquirir ou fazer sair de si as características próprias do ser humano (atividade, sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade)” (EVANGELISTA; MACHADO, 2000, p. 118). A noção de ensino expressa as ações de transmissão de conhecimentos práticos e teóricos, maneiras de pensar e de agir, há quem ensine e há quem aprenda, para estabelecer uma relação. O sentido de formação empregado nesta pesquisa, aponta para uma direção em que a Igreja Católica se preocupou em formar e

disciplinar trabalhadores e trabalhadoras, tanto para os seus quadros e também para o trabalho manufatureiro/agrícola.

As instituições educacionais em Pouso Alegre trabalhavam no projeto de formação profissional de meninos e meninas para a emergente sociedade manufatureira.

Nas análises das oficinas desses estabelecimentos de ensino, a formação oferecida aos meninos e meninas fazem parte das “relações sociais múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo da estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade” (KERGOAT, 2002, p. 49). Gênero e classe social impulsionam a dinâmica social e, portanto, estão assentadas nas relações construídas historicamente. Segundo Azevedo e Ferreira (2006, p. 217) “O fenômeno de intensificação da escolarização feminina e seus efeitos sobre as mudanças do sistema de gênero, que ocorreu nesse período, ainda requerem uma reflexão mais cuidadosa”.

Finalmente, a nossa pesquisa busca contribuir para as análises históricas dos discursos das elites políticas e religiosas, em relação a formação de trabalhadores e trabalhadoras na cidade de Pouso Alegre, primeira metade do século XX. Nesta direção, destaca-se a relevância das conjunturas políticas e religiosas locais, que buscaram por meio da religião e da formação da força de trabalho, uma sintonia de um projeto de modernização da cidade, em nome do progresso.

Os resultados dessa pesquisa foram divididos em quatro capítulos:

O capítulo I, “entre a cruz e o progresso: o Estado e a Igreja Católica na primeira metade do século XX”. Foi dedicado para as análises do período histórico do Brasil, olhamos principalmente as transformações políticas, econômicas e sociais, também abordamos o sistema educacional nesses períodos correspondentes a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945). Entre ascensão oligárquica e sua queda que culminou na tomada de poder por Getúlio Vargas, a valorização econômica do café e o processo de industrialização, além do culto das elites na formação de trabalhadores (as) e da reorganização da Igreja Católica. Esse capítulo trouxe a relevância de compreender as relações institucionais no nível nacional, buscando assim abranger essa noção para o cenário regional de Minas Gerais.

O capítulo II, “a euforia do progresso: Minas Gerais e Pouso Alegre na primeira metade do século XX”. Após temos analisado o contexto nacional, cabe a necessidade de discutir as transformações políticas, econômicas, sociais e o sistema educacional em Minas Gerais e na cidade Pouso Alegre. Apresentamos as instituições educacionais nesse período histórico, os avanços modernos (Estação Ferroviária, Energia Elétrica e Telefonia) e a instalação de manufaturas. Também ressaltamos a instalação da Diocese e o papel da Igreja Católica, por meio do Bispo Diocesano Octávio Chagas de Miranda.

O capítulo III, “a Escola Profissional Delfim Moreira em Pouso Alegre (1917-1947)”. Analisamos os materiais de imprensa, as fotografias e a literatura memorialista sob a educação profissional, ofertada aos meninos pobres e órfãos da Escola Profissional Delfim Moreira, suas oficinas, seus serviços prestados e as narrativas que evidenciavam a “importância” dessa instituição para a sociedade local. Ficou evidente que o projeto da Igreja Católica estava centrado na disciplina e nos valores do trabalho.

No capítulo IV, “Se nós formamos as donas de casas, as mães de família: a Escola Doméstica Sta. Terezinha e o Orfanato N. Sra. de Lourdes em Pouso Alegre (1920-1947)”. Nesse capítulo analisamos a imprensa, as fotografias e os memorialistas, a partir desse arcabouço documental coletamos os seguintes resultados: o papel da Igreja Católica na formação disciplinada das moças pobres e órfãs, os valores morais ensinados, a aprendizagem de tarefas domésticas e a preservação da família.

CAPÍTULO I - ENTRE A CRUZ E O PROGRESSO: O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O presente capítulo tem como objetivo analisar as mudanças políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira entre 1917 e 1945. Pretendemos responder as seguintes indagações nesse capítulo: quais são as mudanças políticas, econômicas e sociais entre 1917 e 1945 no Brasil? Quais eram os projetos políticos e sociais em disputa? Qual era a situação do Brasil no quadro econômico do capitalismo? Qual foi o papel Igreja Católica nas mudanças ocorridas na sociedade brasileira? Como foi sua atuação e a sua relação com o Estado? Como estava organizada a educação escolar nesse período?

Para responder essas perguntas estruturamos esse capítulo em duas seções que correspondem a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945).

1.1. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

O objetivo dessa seção é analisar as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas nas primeiras décadas do período republicano no Brasil (1889-1930). Esse período também é conhecido como a “política do café com leite” ou “política dos governadores”. Para que possamos compreender a Primeira República é necessário analisar como foi a formação e a consolidação do pacto “oligárquico” e como esse sistema político impactou a sociedade brasileira. Também compreender-se-á as relações entre o Estado e a Igreja Católica, assim como a organização da educação nesse período.

No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil. Sua efetivação trouxe enormes mudanças sociais, econômicas e políticas para a sociedade brasileira como a industrialização, a urbanização e a concentração do poder nas mãos das oligarquias paulistas e mineiras. As oligarquias fundaram “as bases da “política do café-com-leite”, por meio da qual os estados mais populosos e ricos, São Paulo e Minas Gerais, imporiam sua hegemonia de forma praticamente contínua até 1930” (SEVCENKO, 1998, p. 33).

A Primeira República, no entanto, não teve somente a atuação das oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais no aparelho estatal, tivemos nesse período a ascensão da oligarquia do Rio Grande do Sul. “Devemos olhar de perto as relações entre a União e pelo menos três estados – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – (...) presença dos gaúchos na política nacional teve a peculiaridade de relacionar-se com a presença militar” (FAUSTO, 2018, p. 150, 152).

Também havia outras oligarquias com poderes consideráveis nas primeiras décadas da República. A “oligarquia do Nordeste poderia ter sido influente na política nacional. Mas a coalizão de estados da região era muito dificultada por existirem interesses conflitantes” (FAUSTO, 2018, p. 153). Mas no plano político a “união das oligarquias paulista e mineira foi um elemento fundamental da história política da Primeira República” (Idem) e isso culminou na concentração do poder nas mãos de São Paulo e Minas Gerais.

A “política dos governadores” foi resultado da efetivação do pacto federativo entre as antigas províncias do período Monárquico (1822-1889). A Constituição de 1891 instituiu uma República Federativa, portanto, a República foi moldada pelos entes federados. Destacamos a ascensão dos estados de São Paulo e de Minas Gerais no cenário nacional, no controle político e econômico da nascente República Federativa do Brasil, mesmo havendo a importância da oligarquia gaúcha na área militar.

O estado de São Paulo tinha se tornado, nas primeiras décadas da República, o estado mais poderoso da Federação no âmbito econômico com uma variedade de produção agrícola e industrial. Também tinha uma densidade populacional elevada devido às imigrações de trabalhadores europeus. No campo político, São Paulo tinha um forte Partido Republicano Paulista (PRP) consolidado desde o Manifesto Republicano em 1870.

Contudo o forte PRP provinha, majoritariamente, da burguesia cafeeira (FAUSTO, 2018) e detinha maior acumulação de capital devido a produção cafeeira que era a força econômica do período. Após a Proclamação da República (1889) o PRP, apesar de sua expressiva força regional no campo político nacional, precisava de um forte aliado:

O aliado mais formidável e mais lógico, sem dúvida, estava no Partido Republicano Mineiro. Minas era o segundo maior produtor de café do Brasil, e a migração de famílias mineiras para São Paulo nos séculos XVIII e XIX proporcionou inúmeras vinculações entre as elites dos dois Estados (CARDOSO et al., 2006, p. 70).

É necessário considerar o papel do Estado de Minas Gerais nesse processo de efetivação do “pacto oligárquico”. Primeiramente, o papel econômico com a produção cafeeira que estava avançada no território mineiro, principalmente nas regiões do Sul e da Zona da Mata. Em seguida, tinha uma densidade populacional considerável, como afirma Wirth (1982). E, finalmente, no campo político, o estado mineiro sempre teve um enorme prestígio nacional desde os tempos da Monarquia (1822-1889).

Escorada no controle de vários municípios do Sul e da Mata, essa coalizão de chefes regionais dominou o PRM (criado em 1897), e transformou-se numa máquina de âmbito estadual, que funcionava suavemente. (...) consolidada a sua base política em

casa e tendo Silviano no Palácio da Liberdade, sentiram-se preparados para competir nacionalmente (CARDOSO et al., 2006, p. 86).

Sob a liderança do Partido Republicano Mineiro (PRM) Minas foi mais presente na política nacional, pois o Presidente⁷ de Minas Gerais, Silviano Brandão (representante político do Sul de Minas) estava “em estreita colaboração com o presidente Campos Sales, de São Paulo” (WIRTH, 1982, p. 154). A “consolidação da república liberal-oligárquica foi completada com a sucessão de Prudente por outro paulista, Campos Sales (1898-1902)” (FAUSTO, 2018, p. 146), assim se consolida o “pacto oligárquico” entre Minas Gerais e São Paulo. A consolidação das oligarquias no poder da República foi favorecida pelo projeto econômico dos dois principais estados da Federação. A valorização da produção cafeeira beneficiava as oligarquias paulistas e mineiras que detinham o controle desse monopólio.

A implementação do “modelo da Constituição republicana de 1891 é a Constituição dos Estados Unidos da América. Com ele, enquadra-se o Brasil na tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo político e econômico” (RESENDE, 2018, n.p.).

O liberalismo, em sua essência, caracteriza-se por um modelo econômico e político que restringe a interferência do Estado, principalmente, na economia. Há autores⁸ que defendem a tese da existência de um “liberalismo oligárquico” nas primeiras décadas da Primeira República; entretanto, as práticas adotadas pelo Estado buscavam favorecer São Paulo e Minas Gerais com as medidas protecionistas em relação ao principal produto do país, o café.

O Convênio de Taubaté – organizado em 1906 pelos presidentes estaduais de São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro – embora tenha proposto um Estado liberal brasileiro, na prática apresenta-se como um Estado preocupado com a regulação do mercado interno e a defesa do seu principal produto.

A inserção do Brasil republicano no quadro econômico do capitalismo internacional estava concentrada na economia agroexportadora, fruto da herança colonial. Segundo Caio Prado Júnior (1985, p. 113):

(...) agricultura (...), o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Este tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se

⁷ Usaremos a expressão “presidente” para chamar os governadores, pois eram assim que eram chamados na Primeira República (1889-1930). Para saber mais: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>, acessado no dia 07 de julho de 2020.

⁸ Ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 1ª edição, Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2018.

apresentavam à colonização. E é de todo interesse, para avaliar a profundidade com que penetram as suas raízes, indagar das causas que o determinaram.

A exploração agrícola foi uma escolha dada às características do período de colonização portuguesa. A produção agrícola se diversificou, ao longo do tempo, com os produtos como o açúcar, a extração de borracha, o cacau, o fumo até o café como o principal produto da economia brasileira. Essa atividade agroexportadora possibilitou a formação de uma elite econômica e política brasileira.

As oligarquias paulistas e mineiras eram formadas pela burguesia industrial, agrária e financeira, ou seja, eram grandes proprietários dos meios de produção.

E as classes sociais se definem com o surgimento do modo de produção capitalista moderno, Estado Moderno, propriedade privada, divisão social do trabalho racionalmente desenvolvida, modo de apropriação do trabalho e dos instrumentos de trabalho (ou seja, os meios de produção) e trabalho assalariado (HIRANO, 1975, p. 67).

A burguesia na República buscava “promover uma industrialização imediata e a modernização do país a todo custo” (SEVCENKO, 1998, p. 15). A modernização do país entraria nos debates regionais com grande repercussão comandados pelos representantes das oligarquias regionais.

A industrialização, como projeto da burguesia, estava sendo gestada nas primeiras décadas da República brasileira, apresentando novas configurações relacionadas com a formação da classe trabalhadora no Brasil. A Abolição da Escravatura “reorientou substancialmente os planos de ação do Governo em relação à indústria” (CARDOSO et al., 2006, p. 279).

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (assalariado) se insere no processo de promoção da industrialização, de fortalecimento da economia nacional e de necessidade uma força de trabalho abundante, qualificada e especializada. Também demonstrou que as elites tiveram que abandonar os velhos conceitos e visões de mundo frutos da herança colonial.

(...) a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil do século XIX colocou as classes dominantes da época diante da necessidade premente de realizar reajustes no seu universo mental, de adequar a sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento (CHALHOUB, 2012, p. 65).

As mudanças apontadas por Chalhoub (2012) exigiram uma nova forma de conceber as relações sociais, culturais, econômicas e políticas no quadro das relações capitalistas. Boa parte

dos trabalhadores livres era composta pelos ex-escravos ou pelos imigrantes que foram incorporados nas lavouras de café e nas manufaturas locais.

No processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre a “inserção dos negros na força de trabalho ocupada sofreu a influência das diferenças regionais” (GORENDER, 1990, p. 192). Essas diferenças estavam assentadas na economia local, nas diferenças produtivas e nas relações sociais construídas desde os tempos coloniais. Minas Gerais tinha uma densidade produtiva diferente de São Paulo. Os paulistas tinham um crescimento representativo do setor industrial e uma economia mais dinâmica e Minas Gerais possuía uma forte tendência a produção agrícola com o café e outros produtos agrícolas.

“A partir da Abolição e da República, era de esperar que os principais obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas fossem superados” (CARDOSO et al., 2006, p. 389). A inserção dos ex-escravos no trabalho assalariado seria um desafio diante da necessidade de adequá-los nas modernas relações de trabalho. “Em São Paulo, onde se desenvolvia a economia mais dinâmica do país, as condições foram as mais desfavoráveis à incorporação dos negros ao mercado de trabalho” (GORENDER, 1990, p. 197). A marginalização da população negra em relação ao trabalho é fruto de uma herança escravagista. “Nem a abolição progressiva da escravidão (...) foram suficientes para assegurar o rápido desenvolvimento do mercado de trabalho. (...) por razões ideológicas, ligadas a um certo estágio de desenvolvimento do capital” (SILVA, 1981, p. 45).

A “imigração em massa foi um dos traços mais importantes das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX” (FAUSTO, 2018, p. 155). A vinda de imigrantes de origem europeia (italianos, espanhóis, portugueses, alemães etc.), e asiática (principalmente os japoneses) possibilitou a construção de um mercado trabalho assalariado na lavoura e nas manufaturas. Para esses imigrantes era vendida a promessa de trabalho e de ascensão social.

Essas mudanças podem ser concebidas como um importante momento para a história do mundo do trabalho, da formação da classe trabalhadora e da burguesia industrial. A burguesia cafeeira que se estabeleceu nas cidades buscava desenvolver uma mentalidade urbana e industrial.

Na região do café, uma grande parte, senão o próprio núcleo da burguesia industrial nascente encontra as suas origens da emigração européia. (...). A burguesia brasileira, em particular a burguesia industrial paulista está ainda hoje profundamente marcada por essa origem: a imigração iniciada no final do século XIX (SILVA, 1981, p. 91).

A imigração foi responsável pelo aumento de uma mão de obra qualificada e técnica para o trabalho nas fábricas e favoreceu a formação da burguesia industrial em suas respectivas regiões. A acumulação do capital se assenta na exploração do trabalho assalariado (GORENDER, 1990).

A conjuntura proporcionou não somente a massa crítica necessária à indústria, em função de um padrão de subsistência de alta qualidade para uma força de trabalho suficientemente grande, como também garantiu a submissão dessa força de trabalho à extração de uma elevada taxa de lucros pelas classes proprietárias e comerciais. (CARDOSO et al., 2006, p. 278)

O capital encontrou uma quantidade expressiva de força de trabalho reserva que estimulou a exploração e a acumulação da taxa de lucros. Os cafeicultores em conjunto com os industriais “conseguiram o que pretendiam: trabalhadores disponíveis em quantidade suficiente para empregar na produção e para formar o exército de reserva, que colocou os salários no nível adequado aos empregadores” (GORENDER, 1990, p. 197).

A burguesia brasileira encontrou problemas na organização e na ordem do trabalho devido a politização dos imigrantes europeus. Esses imigrantes eram politizados e trabalhadores assalariados em seus países de origem, mobilizavam as greves por melhorias salariais, por condições de trabalho e por direitos trabalhistas.

Silva (1981) chama a atenção para as mudanças significativas nas relações sociais de produção com a industrialização.

A partir do último quartel do século XIX, apesar da agricultura manter-se como a atividade dominante, as transformações das relações de produção determinam um novo período que, por suas características básicas, está muito mais ligado aos períodos posteriores, em particular à industrialização, do que aos períodos anteriores onde a acumulação se apoiava no trabalho escravo (SILVA, 1981, p.81).

A industrialização nesse período estava em gestação, mas é necessário dizer que o “estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial” (FAUSTO, 2018, p. 163).

O ramo cafeeiro foi fundamental para a formação da burguesia industrial e para os “surto” industriais nas primeiras décadas do regime republicano.

Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por várias razões: em primeiro lugar, ao estimular as transações em moeda e o crescimento da renda, criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o investimento em estradas de ferro, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; em quarto, ao promover a imigração, assegurou a oferta de mão de obra. Por último, o café fornecia, através das

exportações, os recursos para importar maquinaria industrial (FAUSTO, 2018, p. p. 162-3).

As bases da industrialização brasileira, em seu primeiro estágio, estavam sendo impulsionadas diretamente pelo capital financeiro da produção cafeeira. “A indústria se desenvolve muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil; desde o começo ela tende a concentrar-se na região do café” (SILVA, 1981, p. 79). O “crescimento industrial deve ser visto em uma perspectiva geográfica mais ampla, abrangendo várias regiões, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo” (FAUSTO, 2018, p. 161).

A acumulação do capital pelas atividades agroexportadoras permitiu investimentos no setor industrial e com isso a ascensão de uma burguesia com traços rurais. Também o “impulso industrial desses anos (...) deve ser relacionado com a existência de um sistema bancário relativamente poderoso” (SILVA, 1981, p. 69).

A produção industrial concentra-se nos principais Estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Segundo Fausto (2018, p. 162).

Considerando-se o valor da produção industrial, em 1907 o Distrito Federal surgia na frente dos estados com 33% da produção, seguida de São Paulo com 17% e do Rio Grande do Sul com 15%. Em 1920, o estado de São Paulo passara para o primeiro lugar com 32% da produção, o Distrito Federal caíra para 21%, vindo em terceiro o Rio Grande do Sul com 11%. Estamos comparando estados com uma cidade. Em termos de cidades, os dados são imprecisos. De qualquer forma, é certo que São Paulo superou o Rio de Janeiro em algum momento entre 1920 e 1938.

Em São Paulo, como podemos observar, havia uma produção industrial de destaque, se comparada com os estados do Rio de Janeiro (Distrito Federal) e Rio Grande do Sul.

A indústria de Minas Gerais, além de ser de pequeno porte relativamente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, também apresentava baixo nível técnico. Essas características da indústria mineira refletiam na baixa integração da economia mineira em um centro dinâmico, no período anterior às décadas de 1920 e 1930, e as regiões do estado apresentavam melhor relação econômica com outros estados, particularmente a Zona da Mata com o Rio de Janeiro e as regiões do Triângulo Mineiro e Sul com São Paulo (MARSON, 2017, p. 162).

O papel de Minas Gerais no processo de industrialização estava na produção de alimentos voltada para uma economia de abastecimento. Na região do Sul de Minas ocorreu um pequeno surto de manufaturas baseado na produção de alimentos. A circulação interna dessa produção era favorecida pela conexão das linhas férreas.

Segundo Fausto (2018), desde 1910 havia uma crise no setor agroexportador motivada pela “forte queda de preços”, de produtos e redução da taxa de lucros pela exportação, logo em

seguida eclodiu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que não só aprofundou essa crise, mas também motivou um “surto” industrial. A queda da taxa de lucros e a baixa nas importações dos produtos estrangeiros acelerou o processo de industrialização. O avanço na produção industrial foi relativo, pois “havia profunda carência de uma indústria de base (cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos)” e “grande parte do surto industrial dependia de importações” (FAUSTO, 2018, p. 162). A necessidade de importações de matérias primas e tecnologias para serem usadas nas indústrias de base afetaram todo o processo industrial brasileiro.

A industrialização atinge um outro patamar econômico e social para a sociedade brasileira no decênio de 1920-1930.

A industrialização, na década de 1920, será outro componente do setor econômico a influenciar os quadros da sociedade brasileira. Começa então a se definir a passagem do sistema: baseado na agricultura de exportação, orienta-se no sentido de uma sociedade semi-industrial. Se a passagem abre outras alternativas no campo econômico, também vai marcar os demais setores da sociedade brasileira (...) [As] indústrias instalavam-se e se desenvolviam, de modo que, entre 1920 e 1929, as forças do industrialismo eram razoáveis e já podiam lutar mais abertamente no sentido de satisfação de suas exigências (NAGLE, 2009, p 25).

A crise do capitalismo em 1929 provocou o rompimento oligárquico e um novo projeto econômico no país. Dentro das mudanças sociais e econômicas que estavam em andamento, destaca-se a urbanização nas principais cidades brasileiras. Cabe salientar que a inspiração urbanística estava no modelo parisiense denominado *Belle Époque*. Esse processo é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da indústria e da modernização do país.

O crescimento vertiginoso da eletrificação e da urbanização, elementos fundamentais para a indústria nascente, não podem ser entendidos sem que consideremos os progressos simultâneos da indústria. Ele é, ao mesmo tempo, condição e resultado dos progressos da indústria (SILVA, 1981, p. 99).

A industrialização, nesse período, não foi considerada uma pauta principal das políticas econômicas do Estado oligárquico, pois as atividades agroexportadoras eram mais relevantes. A urbanização caminha junto com a industrialização, desta forma não é possível compreender o processo de modernização do país sem observar esse aspecto.

Sevcenko (1998) analisando a “revolta da vacina” (1904) mostra como a reforma urbana teve consequências para as populações marginalizadas. Por meio desta reforma, a população mais vulnerável socialmente foi expulsa para as periferias e morros da cidade do Rio de Janeiro provocando um movimento de favelização. Pelo saneamento urbano foram demolidas as residências da área central. Entretanto e apesar da marginalização da população mais pobre, os

médicos e higienistas apoiavam a urbanização pois estavam preocupados com as epidemias de varíola, tuberculoses e malária.

A “revolta da vacina”, ocorrida em 1904, foi um movimento social contra as políticas urbanísticas que marginalizavam os trabalhadores pobres. Essa revolta, dentro das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, pode ser considerada uma demonstração da conscientização da classe trabalhadora. O período aqui analisado é caracterizado por forte repressão aos movimentos sociais e sindicais.

Aparentemente, a violência organizada demarcou a política do Estado em relação aos operários durante a Primeira república. Mas a repressão não esgota a relação entre o Estado e a classe operária. Já nos anos 1910, o Estado começara a fazer aberturas em relação à classe operária e nos anos 1920 se tornaram mais freqüentes os ensaios de legislação trabalhista (PINHEIRO et al., 2006, p. 147).

As greves operárias assustavam a burguesia industrial que contava com o apoio do Estado para a repressão. O operariado imigrante lutou por direitos trabalhistas, principalmente em relação aos salários. A classe trabalhadora composta por sua maioria de imigrantes era ligada aos movimentos anarcossindicalistas e socialistas (CARDOSO et al., 2006).

As lutas operárias estavam concentradas, principalmente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; em Minas Gerais tinha uma limitada densidade industrial devido à sua peculiaridade regional. Em 1917, em decorrência da crise econômica e repressões ocorreu a Greve Geral no Estado de São Paulo com repercussões em outros estados. “O movimento grevista em 1917 não ficou limitado a esses dois casos [São Paulo e Rio de Janeiro]: no mês de julho, diversas greves foram desencadeadas na Paraíba e greves ferroviárias ocorreram no sul de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul” (BATALHA, 2000, p. p. 52-3).

Havia diferença entre os movimentos de São Paulo e Rio de Janeiro em 1917; em São Paulo boa parte dos protestos estavam concentrados em reivindicações operárias, já no Rio de Janeiro havia “um conteúdo mais popular do que especificamente operário” (FAUSTO, 2018, p. 168). Após a Greve Geral de 1917, houve outras greves vitoriosas.

As greves das duas primeiras décadas do século XX foram impulsionadas, principalmente, pelos anarcossindicalistas. Mas a partir da experiência da Revolução Russa (1917) e da criação da III Internacional Comunista (1919), sob o comando de Vladimir Lênin, seus efeitos podem ser observados nos movimentos operários em todo o mundo e no Brasil.

Na década de 1920 temos a eclosão de movimentos sociais em diferentes setores sociais – empresários, tenentes, operários, entre outros – provocados pela Revolução Russa (1917), pela criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB, 1922), pela Semana de Arte Moderna

(1922), Revoltas Tenentistas (1922 e 1924), por insatisfações econômicas, culturais, políticas e sociais. Tais movimentos sociais acarretaram crises institucionais, políticas e econômicas que provocam a queda da “República Oligárquica” no fim da década.

1922 é um ano paradigmático: o PCB foi criado, o modernismo provoca reações culturais, o tenentismo eclode. O Tenentismo merece ser destacado dentre os movimentos sociais, seu estopim foi o fechamento do Clube Militar no Rio de Janeiro e as tensas eleições presidenciais, de 1922. São Paulo e Minas Gerais lançam como candidato o governador mineiro Artur Bernardes do PRM; a oposição apresenta Nilo Peçanha (RJ) numa aliança, denominada “Reação Republicana”, entre Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (FAUSTO, 2018; PINHEIRO et al., 2006). Foi uma eleição muito conturbada e disputada, houve descontentamento dos militares, principalmente de generais gaúchos, mas a vitória foi do eixo paulista-mineiro.

Após a vitória o descontentamento militar era visível: no dia 5 de julho de 1922 eclodiu a Revolta do Forte de Copacabana no Clube Militar no Rio de Janeiro. Os jovens “tenentes” tomaram o Forte de Copacabana, mas as forças governamentais cercaram e bombardearam o local resultando em mortes e prisões. Dois anos depois eclode novo movimento. “Explodiu o chamado Segundo Cinco de Julho em São Paulo. (...). A Revolução de 1924 foi mais bem preparada, tendo como objetivo expesso derrubar o governo de Artur Bernardes” (FAUSTO, 2008, p. 172).

O Presidente Artur Bernardes do PRM considerava o movimento tenentista inimigo da ordem e do poder estabelecido pelas oligarquias. Esse movimento se iniciou com assaltos aos quartéis e estabeleceu o controle da cidade durou até o dia 27 de julho de 1924.

O Tenentismo se alastrou pelos principais Estados da Federação e se mostrava como força opositora às oligarquias. No Rio Grande do Sul a revolta tenentista estourou em outubro de 1924, na qual se destacaram o tenente João Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes (FAUSTO, 2018). Segundo Pinheiro (et al.) (2006) o PCB acolheu o movimento tenentista e se apresentou “como uma espécie de herdeiro”, a coluna Prestes é exemplo desta herança. O “tenentismo foi sobretudo um movimento do Exército” (FAUSTO, 2018, p. 173), nesta direção, a tática e a estratégia do Capitão Luís Carlos Prestes fizeram a Coluna Miguel Costa-Prestes se destacar.

A expansão da Coluna tem suas raízes no movimento tenentista. A “Coluna realizou uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo cerca de 24 mil quilômetros até fevereiro-março de 1927” (FAUSTO, 2018, p. 173). Cabe reforçar que o Tenentismo havia se dividido em duas tendências ideológicas, uma voltada para a linha mais popular defendendo a

queda dos latifúndios e outra mais conservadora que estará atuante no processo revolucionário de 1930. Luiz Carlos Prestes rompeu com o movimento tenentista devido ao apoio dos tenentes às oligarquias dissidentes (FAUSTO, 2018).

A “insatisfação popular tinha raízes em uma situação financeira que a tocava diretamente” (PINHEIRO et al., 2006, p. 442). A crise econômica atacou o principal produto exportado do país desvalorizando-o drasticamente.

1.1.1. Crise das oligarquias paulistas e mineiras

As oligarquias paulistas e mineiras se viram mergulhadas em crises desde o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Mas a grande crise do “pacto oligárquico” teve como o estopim a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, e a desvalorização do café.

A crise política que surge na Primeira República, após a Primeira Guerra Mundial, se revela em dois aspectos: no descontentamento de um grupo funcional, o Exército, e na crescente insatisfação da população urbana, de algum modo associada à classe média, que o sistema não absorve. As tensões regionais da classe dominante não apresentam uma linha contínua. Aparecem com nitidez em 1922, diminuem em intensidade a partir de 1926, para voltar à tona em 1929 (PINHEIRO et al., 2006, p. 432).

A grave crise econômica afetou diretamente os cafeicultores, derrubando drasticamente os preços do café, as medidas tomadas pelo Presidente da República Washington Luís do PRP desagradaram fortemente os cafeicultores de São Paulo. “O setor cafeeiro e o governo federal se desentenderam. Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise pela concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos” (FAUSTO, 2018, p. 179). A recusa do presidente em ajudar o setor cafeeiro criou descontentamentos que abalaram o sistema oligárquico. A crise afeta a organização partidária e o PRP se divide, os dissidentes fundaram, em 1926, o Partido Democrático (PD).

“De 1920 a 1930 o regime começa a periclitir, arrastando-se em estertores até o golpe fatal, com a deposição do último presidente paulista e a ascensão de Getúlio Vargas” (SEVCENKO, 1998, p. 37). A queda de Washington Luís significou o fim do “pacto oligárquico” que estava em vigor desde a ascensão do presidente Campos Sales (1898-1902).

1.1.2. Relações entre o Estado e a Igreja Católica

O advento da República abala os padrões de relacionamento entre a Igreja e o Estado (MICELI, 2009). A Constituição Republicana de 1891 separou as duas instituições: Estado e

Igreja (FAUSTO, 2018). Na prática, essa separação possibilitou à Igreja Católica “situar o processo de “construção institucional” da organização eclesiástica no Brasil das primeiras décadas do regime republicano” (MICELI, 2009, p. 19). A Igreja perdeu sua influência política após 1889 e esse “processo de crise e de perda da influência, a Primeira república significou para a Igreja um momento de reconstrução” (ARDUINI, 2015, p. 42).

Miceli (2009) afirma que a igreja passou a enfrentar um duplo desafio, de um lado a instabilidade financeira, pois era dependente dos recursos estatais; de outro, a perda de sua influência política. A Igreja Católica tenta recuperar seu poder político mediante alianças com as elites locais – políticas, partidárias, intelectuais – e com a oposição aos liberais, maçons e positivistas. Embora o Estado se afirmasse liberal e republicano, na prática não foram concretizados estes princípios; essa contradição favoreceu a Igreja que recorria ao Estado para se manter mediante doações e outras subvenções e políticas que permitiram a criação de instituições educacionais.

Algumas medidas, cuja ratificação era inevitável em virtude do que então se considerava a própria natureza do Estado liberal, foram mais tarde reinterpretadas num sentido acomodatório, favorável aos interesses da Igreja: assim foi possível à Igreja Católica receber subvenções da administração pública, durante o primeiro período republicano, a título de ajuda a obras de beneficência (PINHEIRO et al., 2006, p. p. 353-4).

Outra estratégia adotada pela Igreja era aproximar-se das elites para a formação de seus quadros eclesiásticos, pois grande parte dos bispos eram membros de famílias que representavam as elites políticas e econômicas locais. A Igreja Católica, nesse primeiro momento, buscou expandir o seu papel na sociedade brasileira por meio de organizações eclesiásticas locais.

A expansão organizacional da Igreja tomou o feitiço de um processo de “estadualização” do poder eclesiástico. Com a Igreja tendo perdido o status oficial de “ramo da administração pública”, destituída dos privilégios inerentes à condição de corporação subsidiada e sem poder contar com o respaldo de qualquer segmento de peso na coalizão à testa do novo regime republicano, os detentores dos postos de decisão da alta hierarquia concentram esforços e investimentos na área mais próxima de influência (MICELI, 2009, p. 65).

A Igreja Católica, nesse período, se mantém nos “diferentes espaços sociais, e muitas vezes com engajamentos políticos não apenas distintos, mas opostos: pressionando ou assessorando governos, organizando e apoiando movimentos sociais” (BITTENCOURT, 2017, p. 44). A Igreja Católica esteve presente no corpo político e social na Primeira República pelas relações que estabeleceu com membros partidários, governos, elites, entre outros.

O projeto social da Igreja Católica para a sociedade brasileira se assenta na doutrina social cristã⁹ e está relacionada à ordem e disciplina, aos valores cristãos de obediência, respeito e da ética do trabalho. A “igreja tinha por dever combater o que chamavam de “males do século” (...), na construção de um projeto social baseado na restauração da unidade fundamentada no princípio religioso e na tradição” (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 95). Para levar a bom termo seu projeto político e social a Igreja visava “alcançar a racionalidade dominante no mundo moderno, investiu na profissionalização do clero e na inserção de seus quadros nos distintos setores da vida social” (BITTENCOURT, 2017, p. 30).

Os grandes “males do século” para os católicos eram as ideias liberais, socialistas, positivistas, maçons e modernas. Para o combate desses males, a Igreja Católica procurou investir na expansão e na organização eclesiástica, reforçando a influência católica sobre as suas respectivas regiões. A criação das Dioceses foi outra estratégia da Igreja Católica no território brasileiro (AQUINO, 2013) e em “1889, constituía o Brasil uma única província eclesiástica, contando de uma arquidiocese e 11 dioceses. Em 1930, havia no Brasil 16 arquidioceses, 50 dioceses, 20 prelazias ou prefeituras apostólicas” (PINHEIRO et al, 2006, p. 356). A expansão de Dioceses reflete o apoio das oligarquias regionais, da burguesia industrial, mercantil e agrária e das famílias tradicionais em suas respectivas regiões.

Além das alianças com as elites políticas e econômicas locais, a Igreja Católica apoiará as elites intelectuais. Exemplo deste apoio é a criação da revista católica *A Ordem* por Dom Sebastião Leme, liderança católica, em conjunto com o crítico literário Jackson Figueiredo. Durante a década de 1920, a Igreja Católica acompanhou as mudanças no ambiente social e político brasileiro que estava em ebulição constante.

“Os movimentos de renovação que, a partir da Europa, começam timidamente a penetrar no país durante a década de 20 (apostolado leigo, movimento bíblico, movimento litúrgico) começarão a dar seus frutos nas décadas seguintes, sobretudo nos centros urbanos” (Ibidem, p. 357). Também é importante ressaltar o papel dos católicos na organização operária como forma de apaziguar os conflitos entre o capital-trabalho, tendo o sentimento religioso como guardião. Esse papel estava fundado na doutrina católica da Encíclica Papal de Leão XIII de 1891.

Também a Igreja terá um papel relevante na educação de trabalhadores e trabalhadoras e formação de quadros para ela própria ou para a classe dirigente. A educação desenvolvida

⁹ *Rerum Novarum* foi publicada em 15 de maio de 1891, pelo Papa Leão XIII e é a base da Doutrina Social Cristã, seu objetivo estava em amenizar os conflitos entre capital e trabalho, propor lutas contra o liberalismo e o socialismo baseada no cristianismo, esteve atuante nas questões sociais, do trabalho e da propriedade privada.

pela Igreja, na Primeira República, era escolarizada e diversificada segundo as congregações, classes sociais e gênero.

A Igreja Católica disputará com os republicanos a organização da educação escolar, trata-se de uma disputa ideológica pela formação de homens e mulheres nos valores cristãos.

Na América Latina, a política liberal avançava e, para contrapor-se a ela, a Igreja reassumiu a importância da “batalha educativa”, sobretudo nos grandes países, como México, Argentina, Colômbia e também no Brasil, onde os militares positivistas proclamaram a República em 1889 e um novo sistema educativo deveria ser organizado (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016, p. 140).

A disputa pela educação estava inserida nos projetos distintos entre republicanos – positivistas e liberais – e católicos. Embora o Estado brasileiro praticasse o liberalismo, em sua aparência, ele não construiu o projeto liberal e republicano de educação. Nesta direção, propôs a divisão da responsabilidade da educação com outras instituições sociais, entre elas as Igrejas Católica e Protestante. A Igreja Católica manteve, assim, seu projeto de educação dirigido para as elites e para as classes subalternas.

A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos (MICELI, 2009, p. 26).

A Igreja Católica tinha como propósito educar pelos princípios morais da religião os trabalhadores e trabalhadoras e membros das elites e tal educação era desenvolvida pelos esforços das Congregações religiosas na Primeira República. Tal projeto de formação se opunha à formação do cidadão republicano e portador de direitos de cidadania que deveria ser realizado pelo Estado. As Congregações eram fundamentais na organização da educação e da expansão do catolicismo.

Compreender como foi possível a ocorrência de um tempo marcado pela forte presença de congregações católicas na sociedade brasileira, justamente quando da organização do Estado republicano e da expansão do pensamento liberal, implica em relacionar os três fatores que constituem o cenário nacional e internacional da época: a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de *expertises* no campo social e educacional (BITTENCOURT, 2017, p. 36-7).

A Igreja Católica possuía um enorme prestígio social e político para promover, com maestria, a criação de colégios e escolas sob a sua tutela em todo o país. As oligarquias

apoiavam a expansão das instituições educacionais pelos Católicos. A educação católica era dualista, havia uma educação para a formação de trabalhadores e trabalhadoras e havia outra educação para a formação de seus próprios quadros e das elites, como parte do projeto social de impulsionar o espírito cristão na sociedade brasileira.

O Brasil, neste momento histórico, tinha uma população estimada em 14 milhões de habitantes, sendo 85% analfabetos (VEIGA, 2007) e 5% eram eleitores (MOTA; LOPEZ, 2016). Embora os liberais propusessem a escolarização igualitária e universal para a população, tal projeto não se concretizou até o século XXI, portanto o Brasil é um país onde as elites intelectuais, políticas e econômicas negaram o princípio liberal e republicano.

A República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: Democracia, Federação e Educação constituíram categorias inseparáveis apontando a redenção do país. A república proclamada recebe assim um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação (PINHEIRO et al., 2006, p. 283).

A inspiração liberal e o fervor ideológico que predominavam no país influenciava os debates em torno do projeto educacional em disputa nos anos 1920 da República. O movimento dos educadores liberais pretendia instalar as bases de uma educação pautada na reconstrução do ideário nacional. A educação da classe trabalhadora era compreendida como representação da moralidade e da formação digna para o trabalho. O Estado brasileiro, no início do século 20, tentou organizar a educação profissional, assim, no ano de 1909 pelo Decreto nº 7.566 (23/09/1909) foram criadas as instituições federais voltadas para o ensino profissional.

As Escolas de Aprendizes Artífices representaram, nesse período, o empenho para oferecer os ofícios aos meninos pobres e órfãos, nas capitais dos Estados da Federação. “Pensadas como instituições beneficentes, as Escolas de Aprendizes e Artífices deveriam proporcionar assistência médico-dentária e ferramentas para seus alunos, e promover a eventual venda de seus trabalhos” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232). Mas essas instituições educacionais tiveram “o papel (...) na formação de mão-de-obra qualificada para a indústria” (QUELUZ, 2000, p. 30).

As instituições educacionais voltadas para a população pobre, órfã e “desvalida” tinham múltiplos objetivos: assistencialismo, higienismo e formação para o trabalho. Os órfãos eram “encaminhados pelos juízes e pela Santa Casa de Misericórdia aos arsenais militares e da Marinha onde eram internados e postos a trabalhar como artífices que, após alguns anos, ficavam livres para escolher onde, como e para quem trabalhar” (SANTOS, 2003, p. 207).

As Escolas de Aprendizes Artífices e a formação de trabalhadores não eram só assistencialistas, pois também respondiam ao desenvolvimento da indústria nacional. A educação profissional foi objeto de várias modificações e de institucionalização mediante a criação de uma inspetoria para essa modalidade de ensino.

Diversas modificações foram feitas nos anos seguintes, destacando-se o trabalho da “comissão de remodelação” criada em 1921 pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, sob a direção de João Luderitz, e a lei Fidelis Reis que tornava obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário, mas que não chega a ser implementada. Em 1923 é criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, em substituição à antiga Comissão de Remodelação (SHWARTZMAN, 1984, p. 232).

Na Primeira República registramos inúmeras reformas educacionais em vários níveis de ensino e em diferentes unidades da federação, a reforma educacional mineira foi realizada em 1927.

No plano das realizações, cria-se a primeira universidade oficial brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (1920), seguida da Universidade de Minas Gerais (1927). Ainda quanto à União, procede-se à reorganização da escola secundária e superior (1925), bem como se procura reformular a escola técnico-profissional (1926). Nos Estados surgem muitas reformas, atingindo as escolas primária e normal, especialmente, do que constituem exemplos: em 1920, a realizada por Sampaio Dória, em São Paulo; em 1923, a de Lourenço Filho, no Ceará; em 1925, a de Anísio Teixeira, na Bahia; em 1927, a de Francisco Campos, em Minas Gerais; em 1928, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; em 1929, a de Carneiro Leão, em Pernambuco; em 1930, a de Lourenço Filho, em São Paulo. (PINHEIRO et al., 2006, p. p. 286-7)

Os projetos educacionais, na Primeira República, se diferenciavam em cada estado da Federação, na década de 1920 várias ideias pedagógicas estavam em circulação e em debate. A Escola Nova¹⁰ ou “escolanovismo” foi um movimento de renovação da escola, pois os seus defensores buscavam contrapor o que era considerado “tradicional”¹¹. A Escola Nova se caracterizou como uma corrente pedagógica que em sintonia com “o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias, a extensão do modo de vida urbano, o trabalho industrial, as novas profissões, a consolidação do capitalismo, a heterogeneidade social” (VEIGA, 2007, p. 21). A introdução da Escola Nova agitou os educadores na década de 1920 ativando as disputas ideológicas em torno do projeto educacional entre conservadores, liberais e progressistas.

¹⁰ Este movimento pautava o “Laicismo” na educação brasileira, indo totalmente contra a Igreja Católica que manifestava favorável ao Ensino Religioso nos estabelecimentos educacionais.

¹¹ Ver: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_escolanovista.htm, acessado no dia 22 de agosto de 2020.

A Primeira República foi um período conhecido pelo poder oligárquico com hegemonia dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Na perspectiva econômica ainda predominavam as atividades agroexportadoras, ainda que tenha havido alguns “surto” industriais. O país se urbanizava e se industrializava, mas a população rural ainda era predominante. Também o período é caracterizado pela formação de uma classe operária e uma classe burguesa nas suas frações industrial, agrária e financeira. No período emergem também movimentos sociais, culturais e sindicais vigorosos, com inúmeras greves, revoltas de vários grupos sociais (como por exemplo o tenentismo) e repressão por parte do poder público. Finalmente, no campo educacional a primeira república foi marcada por inúmeras reformas educacionais e o debate político-pedagógico entre liberais e conservadores.

1.2. A ERA VARGAS (1930-1945)

O objetivo dessa seção é analisar as mudanças políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira no período entre 1930 e 1945, caracterizado como a era Vargas. Analisaremos a fragmentação do pacto entre as oligarquias no Brasil; os efeitos desse processo para a industrialização e a organização da educação no período.

1.2.1. Fragmentação do pacto oligárquico

A crise de 1929 e as mudanças ocorridas na década de 1920 contribuíram para a troca de poder entre as elites brasileiras, neste sentido, Fausto (2018) argumenta que não houveram grandes rupturas. “Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (FAUSTO, 2018, p. 182). A troca de comando no poder político acarretou mudanças no aparelho estatal e no projeto de desenvolvimento do país. “A burguesia industrial vê crescer seu papel e sua força econômica e política” (PIERUCCI et al., 2007, p. 337).

Os acontecimentos da década de 1920 permitem “que as classes dominantes tomem consciência da crise que atravessa a vida estatal e imediatamente um novo projeto de dominação aponte nos horizontes da própria burguesia” (DE DECCA, 1981, p. 138). Os resultados desse “novo projeto de dominação” provocaram a ruptura do pacto oligárquico e mudanças nos projetos políticos e econômicos colocados em prática pelas classes sociais que ascendem ao poder.

Dentro desses acontecimentos, a sociedade brasileira se viu mergulhada em disputas entre a sociedade agrário-comercial e sociedade urbano-industrial (NAGLE, 2009, p. 70). As modificações impactariam nas estruturas sociais brasileiras em decorrência do rompimento do “quadro sociopolítico da dominação oligárquica sob a hegemonia da burguesia cafeeira” (PINHEIRO et al., 2006, p. 455).

Esse processo, citado acima, foi desencadeado pela Revolução de 1930. “O movimento revolucionário de 1930 no Brasil insere-se em uma instabilidade, gerada pela crise mundial aberta em 1929, que caracterizou toda a América Latina” (FAUSTO, 2018, p. 181). Tal movimento tem início com o fato de que o Presidente da República Washington Luís (PRP) rompeu com os acordos realizados com os representantes do PRM e acabou indicando outro paulista como seu sucessor para a presidência, Júlio Prestes.

Esse fato provocou a possibilidade de um acordo entre os mineiros e os gaúchos contrários a essa indicação e assim foi formada a “Aliança Liberal”. O processo político foi marcado por disputas, de um lado Getúlio recebeu o apoio do Partido Democrático de São Paulo; e de outra parte dos membros do PRM apoiou Júlio Prestes (FAUSTO, 2018, p. 178). A Aliança Liberal tinha um programa em oposição ao setor cafeeiro que era a base do pacto entre as Oligarquias, a aliança era apoiada, principalmente, pelas classes médias. Entretanto, a Revolução de 1930 não foi realizada por uma classe social, nem pela classe média nem pela burguesia. A revolução foi realizada por grupos sociais que estavam descontentes com o processo político e econômico vigente.

A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social, fosse ela a classe média, fosse ela a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que no plano político se formulasse um programa em seu nome. (Ibidem, p. 181)

Como a Revolução há uma nova configuração de classes que permite a ascensão da burguesia e esta passa a exercer a hegemonia no processo econômico e político. O novo Governo tinha ambições de impulsionar a industrialização. Sob o comando de Getúlio Vargas o país agrário se desloca em direção a um país urbano e industrial que já estava em gestação na Primeira República.

A chamada era Vargas, de 1930 a 1945, foi marcada por diferentes processos políticos. A “Revolução de 1930” inaugura o Governo Provisório que se estende até a promulgação da Constituição de 1934 e este período se caracteriza pelas lutas acirradas – pelos diferentes grupos sociais e regionais - pela hegemonia política. Assim “que se instalou o novo Governo, a

princípio em caráter provisório, (...), começou a desmoronar-se a coalizão, com a radicalização das posições em torno da volta à normalidade constitucional” (ROMANELLI, 1988, p. 50).

Dentre as lutas acirradas destaca-se a “Revolução Constitucionalista”, em 1932, este foi um movimento armado sob o “comando do estado de São Paulo, ou a partir de sua influência” (FAUSTO, 2018, p. 190). Este movimento tinha o propósito de derrubar Getúlio Vargas do poder. A “Revolução Constitucionalista” de 1932 representava as bandeiras das Oligarquias de São Paulo que buscavam restaurar o domínio frente ao aparelho estatal.

A “guerra paulista” teve um lado voltado para o passado e outro voltado para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder quanto os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe consequências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o Poder Central (Ibidem, p. 192).

Após a “Revolução Constitucionalista” de 1932, Getúlio Vargas consolidou o seu domínio no poder central da nação. Em 1934, por meio de eleição indireta da Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. A convocação da Constituinte em 1934 é um reflexo das conturbadas disputas políticas entre os diferentes grupos: apoiadores e opositores do governo.

(...) as pressões de setores que, mesmo tendo realizado a Revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho de Estado. Transcorridos dois anos de governo de “arbítrio”, diversas facções políticas radicalizaram suas demandas pela constitucionalização, levando o país a uma guerra civil. Desta forma, poderíamos caracterizar a Constituinte de 1934 não como um fruto da Revolução e sim como uma exigência da contra-revolução. Num primeiro momento, portanto, a luta pela Constituinte vai funcionar como pólo aglutinador, reunindo desde elementos explicitamente contrários à Revolução de 1930 até elementos nitidamente revolucionários, dentre os quais figuravam até mesmo partidários do Governo Vargas. Somente num segundo momento é que o Governo Provisório encampa esta proposta, esvaziando-a de seu conteúdo oposicionista e colocando-a como intenção legítima de toda a nação, defendida e encaminhada por aqueles que estão no poder, particularmente o próprio Vargas (GOMES et al., 2007, p. 17).

Após a nova constituição de 1934 ocorreram vários movimentos sociais, “greves explodiram”, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), entre outros. Contra a ameaça fascista, expressa no integralismo, os comunistas realizam lutas importantes. Em 1935 ocorre o “Levante Comunista” ou a “Intentona Comunista” como um movimento armado e com objetivos definidos, entretanto por falta de adesão popular o Levante foi derrotado, seus líderes foram presos, outros exilados e até mesmo assassinados.

Simultaneamente, no outro lado ideológico, temos o Integralismo¹². O que foi o Integralismo? Foi um movimento de Extrema Direita, assentado no conservadorismo e que tem como sua bandeira, a preservação da família, da tradição e da Igreja Católica (FAUSTO, 2018, p. 195). Seu lema era “Deus, Pátria e Família”, o Integralismo possuía inspiração no fascismo de Mussolini na Itália e do nazismo de Hitler na Alemanha. O seu auge está relacionado com ascensão de Getúlio Vargas e a expressão dos movimentos do PCB/ANL.

Em 1935, Getúlio Vargas instituiu a Lei de Segurança Nacional (LSN) que previa a manutenção da ordem e repressão, esse dispositivo buscava “vigiar” os inimigos da pátria, sendo os comunistas, os principais alvos.

A partir da radicalidade da repressão política às ideias e aos movimentos sociais de oposição ao governo, inaugura -se, em 1937, o Estado Novo. Esse “regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações” (FAUSTO, 2018, p. 200). A justificativa para a instauração desse governo autoritário estava na divulgação de um plano dos comunistas de derrubar Getúlio Vargas, o Plano Cohen. Embora tendo efetivado a máquina de repressão aos adversários, o “Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais” (Ibidem, p. 201).

O Governo de Getúlio Vargas pode ser caracterizado por medidas intervencionistas e pela centralização do poder nas mãos do governo. Tais medidas demonstram o afastamento do pacto federativo e a centralização política.

As medidas centralizadoras do Governo Provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ao dissolver o Congresso Nacional, Vargas assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais (Ibidem, p. 186).

O governador Olegário Maciel, de Minas Gerais e filiado ao PRM, era o principal aliado de Getúlio Vargas durante as Revoluções de 1930 e 1932. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, Benedito Valadares, Governador de Minas entre 1933 e 1945 e filiado no Partido Progressista (PP), continuou apoiando Getúlio Vargas e suas medidas autoritárias.

A “centralização estendeu-se também no campo econômico” (Idem). A criação do Departamento Nacional do Café (DNC) é sinal da concentração política do café nas mãos do Estado, a partir de 1933. Vargas incentivou e permitiu “avançar o processo de substituição de

¹² Para mais detalhes, ver: TRINDADE, Hélio. **Integralismo**: O fascismo brasileiro da década de 30. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1974.

importações” (ROCHA, 2003, p. 55), em prol do crescimento das indústrias de base, como a “metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte, praticamente dobraram sua participação no total do valor adicionado da indústria” (FAUSTO, 2018, p. 217).

A substituição das importações tinha como objetivo promover a industrialização e reduzir as importações, conseqüentemente favorecer o desenvolvimento econômico e industrial. Visava, também, integrar economicamente o território do país criando um mercado interno com a chamada “marcha para o Oeste” (PIERUCCI et al., 2007, p. 271).

Os investimentos estatais na área industrial vieram com intuito de incentivar a economia nacional, o consumo interno de produtos nacionais e as indústrias de base. A “expansão e recuperação da produção industrial ocorrendo de forma autônoma em relação ao capital cafeeiro, percebeu o Estado que valia pena investir nesse setor, ainda mais quando seu crescimento criava um efeito multiplicador sobre toda a atividade econômica” (ROCHA, 2003, p. 55).

A grande mudança que se deu, pós 1930, foi que o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento “para dentro”, adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial (PIERUCCI et al., 2007, p. 271).

O nacionalismo pode ser considerado uma alavanca do desenvolvimento industrial do país, ainda que Getúlio tenha evitado “mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista” (FAUSTO, 2018, p. 203). O Estado tomou novas medidas protecionistas para pressionar e desestimular a compra dos produtos estrangeiros.

De fato, entre 1931 e 1937, várias medidas de políticas comerciais foram adotadas para desestimular as importações em grande escala, entre elas, a monopolização do sistema de controle cambial, pelo Banco do Brasil, e as restrições às importações menos essenciais. Por outro lado, procurou estimular aquelas mais essenciais, como combustíveis e lubrificantes, para não prejudicar o desenvolvimento industrial (ROCHA, 2003, p. 55).

A modernização do país seria alavancada pela participação das indústrias de base e melhoria na infraestrutura do país. Os “casos do aço e do petróleo são particularmente significativos para compreender a política de investimentos estatais na indústria de base” (FAUSTO, 2018, p. 204), assim como a fundação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938, e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941.

O processo de industrialização foi acompanhado da urbanização, da transformação da agricultura brasileira, de aumento do mercado interno, essas mudanças afetaram

significativamente a população brasileira, pois a população urbana vivenciou a precarização das condições de vida. A “industrialização, nesse período, induziu a urbanização de boa parte da população do país, ampliando dessa forma a demanda urbana por alimentos, o que, por sua vez, possibilitou a expansão da agricultura comercial” (PIERUCCI et al., 2007, p. 273).

De 1933 a 1939, a taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi de 11%, a mesma do ramo têxtil, que se recuperou da estagnação da década de 20. Os ramos de minerais não-metálicos e de metalurgia – ambos do departamento produtor de bens de produção – aumentaram seu produto a taxas médias anuais, respectivamente, de 20 e de 21%. Em 1919, a composição do produto físico nacional, em termo de valor líquido, era de 79% para a agricultura e de 21% para a indústria; em 1939, a produção da agricultura, no período de 1930 a 1939, a produção das culturas para o mercado interno aumentou a uma taxa média anual de 3,3%, ao passo que a taxa correspondente das culturas de exportação foi de 2,2% (GORENDER, 1998, p. 65).

Como podemos observar, após 1930, houve um aumento da produção industrial e, em contrapartida, teve uma queda no valor líquido do produto agrícola nesse mesmo período. Em virtude da industrialização e do aumento da classe operária em ritmo mais acelerado, Vargas tentará apaziguar os conflitos entre os trabalhadores e o patronato mediante a elaboração de leis trabalhistas, da criação da Justiça e do Ministério do Trabalho.

A criação do Ministério do Trabalho, em 1930, assinalou o primeiro passo do novo Governo na direção de uma intervenção sistemática e cada vez mais profunda na questão trabalhista. Essa intervenção crescente necessita ser avaliada em função de outras alterações que ocorriam na sociedade brasileira (GOMES et al., 2007, p. 605).

A questão trabalhista já estava em discussão desde o final da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil se comprometeu com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em regulamentar as condições de trabalho. Entretanto, pouco se avançou.

Os sindicatos conseguem a sua regulamentação na Constituição de 1934. A legislação trabalhista começava a ser redigida através de decretos sobre salário, férias, jornada de trabalho e a contribuição sindical, entre outros. Essas iniciativas adotadas no Governo de Getúlio Vargas podem ser pensadas como uma estratégia de minimização dos conflitos entre o capital e o trabalho, frente às mobilizações e às reivindicações por direitos trabalhistas. No Estado Novo, a “política trabalhista (...) pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores” (FAUSTO, 2018, p. 206).

Vargas pode ser compreendido nas contradições entre o populismo e o ditador. Como “pai dos pobres” – figura imortalizada – revela a face populista; como repressor e perseguidor às liberdades de expressão revela a face ditatorial.

A criação da CLT expressa as contradições apontadas acima, de um lado regulamenta as relações de trabalho e de outra busca amortecer os conflitos entre capital e trabalho.

Para decidir as questões trabalhistas o governo organizou, em maio de 1939, a Justiça do Trabalho, cuja origem eram as Juntas de Conciliação e Julgamento. A sistematização e a ampliação da legislação trabalhista se deram com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943 (FAUSTO, 2018, p. 206).

O Estado populista¹³ se coloca acima das classes sociais, apaziguando os conflitos de classe e simultaneamente promovendo o desenvolvimento econômico e social. Nesse “processo, progressivamente, o Estado se situou inicialmente como árbitro entre empregados e empregadores. As reivindicações das partes em conflito vão se deslocando para o interior dos aparelhos de Estado, mediador das relações entre as classes” (GOMES et al., 2007, p. 612).

As contradições do Estado populista varguista, de um lado atende as reivindicações dos trabalhadores por leis trabalhistas e de outro, atende aos interesses do patronato para amortecer os conflitos de classe. “A vida estatal exige um esforço que ultrapasse uma concepção do Estado como o “comitê” dos negócios da burguesia, ou como puro aparelho de repressão” (DE DECCA, 1981, p. 138).

Os primeiros anos, de 1930 até a Constituição de 1934, Vargas buscou eliminar qualquer ação das oligarquias em relação ao poder e desenvolveu uma forma de fazer política populista de cunho autoritário. O chamado período ditatorial do Estado Novo (1937-1945) foi marcado por uma forte centralização do poder, além de intervenções na economia, nos sindicatos, na cultura, na liberdade de expressão, entre outros. A balanço que podemos pensar desses quinze anos de Era Vargas é de um projeto de sociedade industrial, desenvolvida e urbana. Mas sem romper com a condição periférica do capitalismo.

1.2.2. As relações da Igreja Católica com o Estado na Era Vargas

A Igreja Católica na Era Vargas é “importante base de apoio do governo” (FAUSTO, 2018, p. 186). Sabemos que o projeto da Igreja Católica estava concentrado na ordem, dos bons

¹³ Populismo tem múltiplos significados. O populismo é “expressão espontânea da emergência das massas e traduz, de maneira imediata, as aspirações populares nas diversas regiões onde o processo de urbanização se intensifica”. Também é “uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado. É uma pobre ideologia que revela claramente a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade” (Francisco Weffort. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 37-39). Otávio Ianni em O Colapso do populismo no Brasil. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968) define populismo como “uma estratégia política de desenvolvimento econômico” e simboliza uma “política de massas como padrão de organização política e sustentação de um novo estilo de poder”

costumes e dos valores cristãos na sociedade, a “Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 44).

Na relação de Getúlio Vargas com os intelectuais religiosos, a “Igreja buscou consolidar uma unidade no plano nacional. Esta união deu-se em torno de uma devoção: o Papa Pio XI, a pedido do episcopado brasileiro, declarou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil” (MENDONÇA et al., 2011, p. 280). A escolha da padroeira do Brasil é um marco simbólico, assim como “a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, em 12 de outubro de 1931 – data do descobrimento da América” (FAUSTO, 2018, p. 186).

Um das reivindicações dos católicos estava no retorno do ensino religioso nas escolas públicas em 1931. A Igreja pressionou o governo mobilizando a população católica. Essa pressão resultou positiva, pois em abril de 1931 um decreto permitiu o retorno do ensino da religião nas escolas públicas. Getúlio Vargas, astuto no palco político, numa jogada estratégica, diante das circunstâncias apresentadas no campo político e social, necessitava de mais apoio aos seus projetos, nesta direção trocava o apoio da Igreja Católica que mobilizava as massas por medidas que favorecessem o projeto da Igreja.

Percebendo que poderia ter o apoio da grande massa, em 1931 Vargas decretou como facultativo o ensino religioso nas escolas públicas do país. Era uma amostra de que o Estado estava disposto a manter um diálogo e receber apoio dos católicos. Esse decreto era uma das reivindicações políticas da Igreja no que se dizia respeito à educação (SILVA, 2012, p. 1301).

A troca de favores entre a Igreja e o Estado envolvia não somente a indicação de católicos para o governo, como foi o caso do mineiro Francisco Campos¹⁴, como também a criação de espaços educacionais para a atuação de religiosos.

Nesse período a Igreja estabeleceu uma bem-sucedida colaboração com Getúlio Vargas, centrada no Ministério da Educação, durante 15 anos chefiado pelos católicos mineiros. De dentro do próprio Ministério, a Igreja, através do Centro Dom Vital, projetou sua primeira universidade no País, levantada sobre os escombros da Universidade do Distrito Federal idealizada por Anísio Teixeira e bombardeada pelos católicos do Rio de Janeiro, antes mesmo de estar inteiramente estruturada. A universidade, para Amoroso Lima, deveria constituir não só o coroamento de todo o processo educativo, mas uma instituição cuja finalidade é a formação do homem completo (BITTENCOURT, 2017, p. 43).

O conservadorismo e os interesses da Igreja Católica também são privilegiados na organização educacional do Brasil. A “aliança com a Igreja Católica compreende-se também pelo fato de que Francisco Campos vinha alinhando-se com o pensamento autoritário”

¹⁴ Mineiro e católico fervoroso, Francisco Campos teve atuação destacada nos primeiros anos da política varguista.

(SAVIANI, 2013, p. 197). Os católicos se mostraram confiantes no campo político devido a liderança de Dom Leme e de alguns intelectuais católicos como o Alceu Amoroso Lima e de Plínio Corrêa de Oliveira.

A influência na própria organização do Governo Federal e nos ministérios é sinal da força política das elites eclesiais, “especialmente na pessoa de seu representante máximo no Brasil, dom Leme, encontrou alguém capaz de articular ideologicamente sua posição de modo que ela desse frutos no campo da política” (ARDUINI, 2015, p. 40).

A Igreja Católica para poder participar da elaboração da nova constituição imaginou viável a criação de um “Partido Católico” que defendesse os seus interesses. Dom Leme usando o seu prestígio eclesial não levou adiante essa ideia, mas a solução foi a criação de uma Liga Eleitoral Católica.

(...) uma instituição suprapartidária. Sua finalidade foi assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte (MENDONÇA et al., 2011, p. 281).

Os católicos propuseram para a nova constituição o ensino religioso na educação pública primária, secundária, normal e profissional. A vitória dos católicos foi parcial uma vez que o “ensino religioso seria de frequência facultativa nas escolas públicas, sendo aberto a todas as confissões, e não apenas à católica” (FAUSTO, 2018, p. 193).

Na troca do ministro Francisco Campos por Gustavo Capanema¹⁵, em 1934, não houve mudança de religião e de origem regional, ambos eram católicos e mineiros. Essa permanência reflete “parte do acordo geral que então se estabeleceu entre a Igreja e o regime de Vargas” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 47). Arduini (2015) argumenta que “o uso do catolicismo como instrumento de intervenção na vida social” era uma estratégia política. Ainda se preservava o espaço da Igreja Católica para o ensinamento de valores morais e éticos do catolicismo.

Durante o Estado Novo (1937-1945) houve mudanças na atuação da Igreja Católica, ela passa a atuar junto ao operariado por meio dos Círculos Operários Católicos (SANTOS, 2008, p. 1). A Igreja obteve vitórias expressivas na Constituinte de 1934, Arduini (2015) afirma que

¹⁵ Gustavo Capanema, outro mineiro de destaque na política varguista, “sua vinculação com os setores mais conservadores da Igreja Católica no Brasil. Em consequência desta vinculação a Igreja cessou, durante o Estado Novo, seu ataque tradicional à interferência do Estado nas atividades educacionais, e o Estado, por sua vez, tratou de adotar os preceitos doutrinários e educacionais da Igreja no ensino público que ora se implantava”. Ver: http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema_interpretacao.htm. Acessado no dia 16 de dezembro de 2020.

nem mesmo Alceu Amoroso Lima esperava tais resultados. A Igreja não apoiou o “autogolpe” de Getúlio em 1937, pega de surpresa ela desmobilizou as massas (MENDONÇA et al., 2011).

A Igreja Católica se aproximou das reivindicações da classe operária, acompanhando as orientações da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII e efetivada por Papa Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno* em 1931. Arduini (2015) afirma que a igreja apoiava os direitos do operário de praticar a sua religião e transmiti-la a seus filhos. A Igreja Católica apoiava as medidas trabalhista de Vargas desde que estivessem baseadas na encíclica papal (SANTOS, 2008, p. 8).

1.2.3. A educação na Era Vargas

A educação, nesse período, é encarada pelo Estado como importante para promover o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Fausto (2018) informa que a tentativa de criação do sistema educativo partia do governo central para os Estados.

As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas (ROMANELLI, 1988, p. 59).

O índice de analfabetismo no país era alto, mas a necessidade de qualificar uma força de trabalho para atender as exigências da industrialização exigia políticas educacionais organizadas pela esfera pública. “Educar para trabalhar” foi o lema das “políticas governamentais em todo o período pós-Revolução de 1930 que se estende até 1945, marcando fortemente a reorganização educacional” (SAVIANI, 2013, p. 192).

No início da década de 1930, o ministro Francisco Campos colocou em prática uma reforma da educação nacional por meio de decretos. Foram organizados os níveis de ensino – secundário, profissional e superior -, criado o Conselho Nacional de Educação, criada a Universidade do Rio de Janeiro e restabelecido o ensino religioso nas escolas públicas. Essa reforma “resultou evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central” (Ibidem, p. 196).

Na organização do sistema educacional brasileiro houve regulamentação da educação profissional nos seus diversos ramos – industrial, comercial e agrícola -, tais mudanças eram relevantes para o desenvolvimento econômico e social no Brasil (SANTOS, 2003, p. 216).

Os liberais, em 1932, lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação que agitou o debate na educação brasileira. Já na Primeira República havia o debate proposto pelos liberais, expressão deste movimento é a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924. Esta associação “se destacou especialmente entre os anos de 1924 e 1932, devido aos debates políticos educacionais efetivados e principalmente pela organização das conferências nacionais pedagógicas, realizadas anualmente desde 1927” (VEIGA, 2007, p. 254).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação é visto como um instrumento político, que expressa “a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país” (SAVIANI, 2013, p. 254). A proposta dos educadores estava fíncada nas ideias de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (LIMA, 2017, p. 248).

A educação na era Vargas é marcada pela ambiguidade entre o conservadorismo católico e o pensamento liberal, com prevalência dos conservadores.

Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo, a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista. A política educacional ficou sobretudo nas mãos de jovens políticos mineiros cuja carreira se iniciara na velha oligarquia de seu estado para tomar outros rumos a partir de 1930. É o caso de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, que o substituiu, com uma longa permanência no ministério, de 1934 a 1945. Entre 1930 e 1932, Francisco Campos realizou uma intensa ação no ministério, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário (FAUSTO, 2018, p. 188).

“A partir de 1937, contudo, seria impulsionado pelo interesse do governo, da Igreja Católica e outros setores em organizar, disciplinar e imprimir na população uma “mentalidade adequada” ao novo Estado Nacional que se queria construir” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 66). A política educacional estatal que leva à organização da formação de trabalhadores e trabalhadoras se concretiza pela criação de órgãos voltados especialmente para essa modalidade e pelas Leis Orgânicas do Ensino de 1942 referentes ao ensino secundário e ao ensino profissionalizante (MACHADO, 2010, p. 30; VEIGA, 2007, p. 292)

(...) em 1934 a inspetoria [Inspetoria do Ensino Profissional Técnico] é transformada em Superintendência do Ensino Industrial, que pela primeira vez previa a colaboração das associações industriais com as escolas profissionais; finalmente, a reforma do Ministério da Educação e Saúde, de 13 de janeiro de 1937, coloca esta atividade sob a responsabilidade de sua Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232).

As medidas estatais sobre a educação profissional e a sua organização tiveram repercussões na sua forma de atuar, pois desde o início do “século até o Estado Novo (...) o ensino industrial foi visto essencialmente como uma forma de educação caritativa, destinada a tirar os pobres da ociosidade, mas sem maior significação do ponto de vista econômico e social” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232). A educação profissional nesse período buscava “atender aos interesses do trabalhador, em sua preparação humana e profissional, aos interesses das empresas, pelas necessidades de mão-de-obra qualificada, e aos da nação” (VEIGA, 2007, p. p. 295-6).

Desde a criação das Escola de Aprendizes Artífices por Nilo Peçanha em 1909, a questão da formação de trabalhadores e trabalhadoras tem sido tratada de forma ambígua pelos governos. Na década de 1940, apesar das leis orgânicas, Vargas entrega a educação profissional ao patronato. Assim a “história do ensino profissional (...) revela uma preocupação do Governo de engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros” (ROMANELLI, 1988, p. 155).

(...) principalmente a partir de 1942, verificamos que ele pode ser dividido em dois ramos: um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai), e um outro que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e da Saúde, que era constituído pelo ensino industrial básico (SANTOS, 2003, p. p. 216-7).

A criação do SENAI trouxe uma nova perspectiva de organização e atuação da educação profissional em todo o país. Qualificar a sua própria mão de obra foi a nova tendência da educação profissional no período. O nível médio, no primeiro ciclo, era “destinado ao ensino industrial básico, de mestria, artesanal e de aprendizagem (por ordem decrescente de dificuldade e dedicação)” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 239). “O ramo profissional subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola” (SAVIANI, 2013, p. 269).

O ensino médio, no segundo ciclo, era destinado à formação de técnicos para a indústria. Havia uma divisão entre a formação para o trabalho e a continuidade dos estudos, assim para a classe média eram destinados o curso secundário com possibilidades de continuidade de estudos, construindo hierarquias sociais que expressam a divisão social do trabalho.

1.2.4. A crise do varguismo

Getúlio Vargas, em agosto de 1942, declarou guerra ao Eixo (Itália, Alemanha e o Império Japonês) devido aos acontecimentos na costa nordestina, ou seja, o afundamento de

navios mercantis pelos submarinos alemães. Tais acontecimentos provocam “pressão de grandes manifestações populares” para que o Brasil entrasse na guerra (FAUSTO, 2018, p. 211). Em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) pousou na Itália por iniciativa do Governo Brasileiro frente as restrições impostas por ingleses e estadunidenses.

“Em 1944, aprofunda-se a crise do regime varguista. As pressões da sociedade civil no sentido da redemocratização continuam aumentando, com manifestações de vários de seus setores mais representativos” (GOMES et al., 2007, p. 278). Essas pressões levam Vargas à renúncia após 15 anos no poder, o desgaste de sua política autoritária tinha chegado ao fim. Parecia que o Brasil ansiava por mais uma mudança em seu curso.

O período entre 1930 e 1945 foi marcado por profundas mudanças em direção ao desenvolvimento industrial do país; pela derrota do pacto oligárquico; pela ascensão da burguesia industrial e da classe operária; pela tentativa de construção de uma sociedade salarial, pela urbanização; pela criação de um sistema educacional público; a igreja católica perde o protagonismo na formação de trabalhadores e trabalhadoras, mas continua mantendo prestígio na educação de parte da sociedade; entre outros. Embora o país tenha mantido a atividade agroexportadora como principal força produtiva há um forte crescimento da produção industrial e do mercado interno.

A Igreja Católica mantém a concepção educacional dentro da doutrina social cristã e a formação pelos princípios morais da religião e do trabalho. Durante todo o período analisado a Igreja mantém relações de colaboração com os representantes do Estado, sendo a educação vista como essencial para efetivação do projeto católico de disciplinar e formar trabalhadores e trabalhadoras na sociedade brasileira.

No próximo capítulo, colocaremos nossas lentes nas transformações ocorridas na cidade de Pouso Alegre/MG e no Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO II - A EUFORIA DO PROGRESSO: MINAS GERAIS E POUSO ALEGRE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No seu tardonho passo, o progresso nacional dos fins do século, chegou a Pousoalegre [*sic*], sacudiu-lhe o torpor e alvoroçou a sua gente, esperando a prosperidade (QUEIROZ, 1956, p. 87).

O presente capítulo tem como objetivo analisar as mudanças políticas, econômicas e sociais, em Minas Gerais e na cidade de Pouso Alegre.

2.1. A política mineira na Primeira República

Durante a Primeira República (1889 – 1930), Minas Gerais foi governada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM)¹⁶. O federalismo, como foi observado no capítulo anterior, favorecia Minas Gerais, o que lhe dava forte peso político e relevante importância econômica, pois era o segundo maior produtor de café do país. O federalismo possibilitava que cada estado brasileiro contraísse empréstimos no exterior, decretasse impostos de importação, regesse por suas próprias constituições, tivesse corpos militares, códigos eleitorais e judiciários (SOUZA, 1977, p. 162). O poder, portanto, estava nos estados, com hegemonia dos mais fortes – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O sistema político era liberal na forma, mas no funcionamento era oligárquico, como observado no capítulo anterior. Estavam ausentes partidos nacionais, a estrutura partidária de cada estado era determinante para definir a política nacional. Minas Gerais e São Paulo, pela força econômica e populacional garantiam a direção dos processos eleitorais. Os dois partidos fortes o PRM em Minas Gerais e o PRP em São Paulo detinham a força no Congresso federal (SOUZA, 1977).

Com a promulgação da Constituição em 1891, que perduraria até 1930, foi instituído o sufrágio universal. O primeiro governador eleito foi Afonso Pena (1892/1894) que se torna presidente em 1906. O PRM se mantém no poder até 1930¹⁷ e consolida a liderança (e disputa) de Bias Fortes (biistas), Francisco Salles (salistas) e Silviano Brandão (silvianistas) no cenário político mineiro (VISCARDI, 1999).

Num quadro marcado por um rígido monopartidarismo, o PRM controlou a Assembleia estadual, forneceu as bancadas mineiras federais e elegeu todos os

¹⁶ “Partido político mineiro fundado em 1888 e reorganizado em 1897. Seu líder mais expressivo foi Artur Bernardes, que esteve à sua frente de 1919 até sua extinção em 2 de dezembro de 1937, por força do Decreto nº 37, que aboliu todos os partidos do país”.

¹⁷ Durante toda a Primeira República, além de dominar como partido único a situação política mineira, o PRM, aliado ao Partido Republicano Paulista (PRP), dirigiu a política nacional.

presidentes estaduais entre 1897 e 1930: Silviano Brandão (1898-1902), Francisco Sales (1902-1908), João Pinheiro (1906-1908), Wenceslau Brás (1909-1910), Júlio Bueno Brandão (1910-1914), Delfim Moreira (1914-1918), Artur Bernardes (1918-1922), Raul Soares (1922-1924), Fernando de Melo Viana (1924-1926), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930) e Olegário Maciel (1930-1933) (CALICCHIO, FGV/CPDOC, s/d)¹⁸.

A região sul de Minas Gerais teve forte presença política em Minas Gerais, dos cinco governadores de 1898 a 1918, quatro eram originários da região: Francisco Sales (1902-1906), Wenceslau Brás (1909-1910), Júlio Bueno Brandão (1908 a 1909¹⁹ e 1910 a 1914) e Delfim Moreira (1914-1918). Também é da região dois presidentes da República nesse mesmo período: Wenceslau Brás (1914-1918) e Delfim Moreira (1918-1919) e dois vice-presidentes Wenceslau Brás (1910-1914) e Silviano Brandão (1902, não chegou a assumir, faleceu antes). A “hegemonia sul-mineira”, entre 1898 e 1918, sobre o aparelho estatal foi sacudida pela ascensão de Artur Bernardes (PRM), eleito presidente de Minas Gerais (1918-1922).

As disputas políticas, entre os três grupos acima citados, no interior do PRM envolviam não só a política estadual como a nacional e contribuíram para fortalecer a liderança de Artur Bernardes e teve como consequência sua indicação para a presidência da República, eleito em 1922 e a indicação de Raul Soares (aliado de Artur Bernardes) à presidência de Minas Gerais (1922-1926)²⁰.

Como já observado no capítulo anterior, os esforços para estabilizar o “pacto oligárquico” após o ambiente conturbado do governo de Artur Bernardes – revoltas tenentistas, insatisfação popular, crises econômicas e políticas – foram concretizados pelas eleições de Washington Luís (PRP) e Melo Viana (PRM). Entretanto, ao final do mandato, as disputas políticas em torno da sucessão presidencial em 1929 marcaram não só a história do país como também a história do PRM em Minas Gerais.

De forma geral, na primeira república predominava os interesses agrário-exportador, voltados para a produção de café, sob a hegemonia da burguesia paulista e parte da burguesia mineira. A cisão entre as elites paulistas e mineiras contribuiu para o fim da Primeira República. Os desentendimentos surgiram quando “Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão” (FAUSTO, 2006, p. 319), já observado no capítulo anterior.

¹⁸ Verbete de autoria de Vera Calicchio. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-mineiro-prm>. Acesso em 04/09/2020.

¹⁹ A única exceção feita ao governador João Pinheiro (1906-1908), falecido em 1908 e assumindo em seu lugar Júlio Bueno Brandão (1908-1909).

²⁰ Não completou o mandato devido ao seu falecimento.

Washington Luís indicou como seu sucessor o paulista Júlio Prestes, filiado ao PRP, tendo como seu vice Vital Soares, filiado ao Partido Republicano Baiano (PRB)²¹.

Antonio Carlos, governador de Minas Gerais e candidato à presidência, sem apoio de Washington Luís aproximou-se dos políticos rio-grandenses, opondo-se à Washington Luís. Neste contexto formou-se a Aliança Liberal reunindo as oposições estaduais e lançaram como candidatos para a presidência Getúlio Vargas (RS) e João Pessoa (PB). A Aliança Liberal não contou com a adesão integral dos mineiros e provocou a primeira e grande cisão no PRM. No plano nacional, o governador de Minas Gerais, pela primeira vez, se opôs radical e abertamente ao governo federal.

A aglutinação das forças oposicionistas tornou viável, junto com a crise que se abatia sobre o país, a revolução de 1930, mudando os rumos da política mineira. Júlio Prestes venceu as eleições em março de 1930, mas o resultado não foi aceito pela oposição. As elites políticas da Aliança Liberal estavam insatisfeitas pela derrota e impulsionam um processo armado. Em outubro de 1930 a revolução tem início em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. O movimento toma corpo nacional, tropas revolucionárias tomam com êxito os quartéis em vários estados da Federação e desmobiliza qualquer contraofensiva por parte de Washington Luís. A queda do Governo ocorre vinte um dia depois e é instaurado o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934).

Como as eleições estaduais coincidiam com as eleições nacionais, Olegário Maciel (PRM) foi nome encontrado pelos apoiadores do governador Antonio Carlos para apaziguar a disputa entre Aliança Liberal e PRM. Olegário Maciel (PRM) foi eleito governador e mantido no poder por Getúlio Vargas, ao contrário dos demais governadores que foram substituídos por interventores. A tática adotada por Olegário Maciel tinha objetivos claros impedir a desintegração do estado e não entrar em choque com o Governo Federal.

A fim de sobreviver, o governador Maciel colaborou intimamente com Vargas, que precisava de Minas para consolidar sua própria presidência abalada pelas correntes contrárias e confusas do Governo Provisório (1930-34). Maciel, ex-Liberal do Império e com quase oitenta anos, demonstrou um vigor inesperado em sua administração (WIRTH, 1982, p. 168).

Em Minas Gerais iniciou-se uma campanha contra o PRM, cuja liderança principal era Artur Bernardes, ao mesmo tempo se organizou a Legião Liberal Mineira com adesão do governador do estado (Olegário Maciel)²². Em 1932, a Legião Liberal Mineira e parte do

²¹ Essa legenda ficou conhecida como a “Concentração Conservadora”

²² Os legionários constituíam uma milícia uniformizada com camisas cáqui

Partido Republicano Mineiro²³ fundem-se por meio do chamado Acordo Mineiro e criam o Partido Social Nacionalista (PSN). O debate e as negociações do Acordo mineiro marcaram a política do final de 1931 ao início de 1932. Por outro lado, Minas Gerais tinha uma posição ambígua, de um lado defendia o governo provisório de Getúlio Vargas e de outro apoiava a causa paulista que levou à Revolução Constitucionalista de 1932. Desta posição ambígua e divergências resultou a dissolução do recém-criado partido (PSN) em maio de 1932.

Artur Bernardes apoiou o movimento que conduziu à Revolução Constitucionalista em São Paulo.

Em abril de 1932, inicia-se todo um processo de articulação entre Minas e São Paulo em prol da normalização constitucional. A facção de Bernardes, naquele momento, apoiou incondicional e radicalmente a iniciativa a pela Revolução Constitucionalista de 1932, na esperança de restaurar um poder que sentia fugir-lhe das mãos (BOMENY, 1980, p. 163).

O governo federal esmagou o movimento armado, afastou todos os políticos aliados a Artur Bernardes dos postos públicos e exilou-os com direitos políticos cassados. As ideias em torno do constitucionalismo, entretanto, foram vitoriosas, o governo federal chamou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e decidiu criar em Minas Gerais e nos demais estados um partido governista. Em 1933 foi organizado o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais para defender os objetivos da Revolução de 1930. O PRM, a despeito do exílio de Artur Bernardes, elege 6 deputados para a Assembleia Nacional Constituinte e o PP elege 31 deputados, somados era a maior bancada. Paralelamente à Constituinte, desencadeou-se uma crise sucessória em Minas Gerais com a morte de Olegário Maciel, em 1933. Surgiram dois candidatos à sucessão: Gustavo Capanema (PP) e Virgílio de Melo Franco (representante do Tenentismo), sem acordo entre ambos, Antonio Carlos indica mais quatro candidatos. Diante do impasse, Vargas não só inclui na lista o nome de Benedito Valadares, deputado do PP, como o designa para interventor em Minas Gerais. Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco romperam com Vargas.

Em 1935 foi instalada a Assembleia Constituinte Estadual em Minas Gerais. Benedito Valadares foi eleito o primeiro governador²⁴ de Minas Gerais com os 34 votos do Partido Progressista, pois o PRM abandonou em bloco a assembleia na votação. O apoio de Minas a Vargas se consolida.

²³ Outra parte continuava liderada por Artur Bernardes (CARDOSO et al., 2006).

²⁴ Até então eram presidentes do estado.

Vários acontecimentos de progressivo fechamento do regime prepararam o golpe de 1937: a aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1935; a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançava uma grande campanha de arregimentação popular e de doutrinação ideológica; a criação em março e fechamento em julho da Aliança Nacional Libertadora (ANL); a Revolta Comunista (em novembro) em Natal, Recife e Rio de Janeiro serviu de pretexto para a adoção de medidas repressivas capazes de assegurar ao Executivo uma maior concentração de poderes; decretação do estado de sítio; decretação do estado de guerra (dezembro). Essas medidas levaram à Constituição de 1937, outorgada, que dissolveu o Senado, a Câmara Federal, as câmaras estaduais e municipais. Benedito Valadares foi confirmado por Vargas como interventor do governo de Minas Gerais e mais tarde todos os partidos políticos do país foram extintos. Após a instauração do Estado Novo Valadares se comprometeu fielmente com a política Varguista, confiou e apoiou Getúlio até sua queda em 1945 (Wirth,1982).

Em outubro de 1943, durante as comemorações dos 13 anos da Revolução de 1930, foi lançado pela elite liberal o Manifesto dos Mineiros “defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país”²⁵. O governo Vargas reagiu ao Manifesto afastando de cargos públicos os signatários do documento e pressionando o setor privado para o mesmo procedimento.

Como observamos a política mineira entre 1889 e 1930 foi palco de disputas entre diferentes grupos oligárquicos e tendências no Partido Republicano Mineiro, mas manteve o pacto oligárquico com São Paulo. A ruptura com a política dos governadores, a partir de 1930, marcou o final da Primeira República e instalou novas cisões na política mineira, uma parte permaneceu aliada à oligarquia paulista e outra parte aliada ao governo de Getúlio Vargas. A aliança com o varguismo permaneceu até 1945.

Na análise da política de Pouso Alegre²⁶ observa-se que as elites políticas tiveram presença relevante na política mineira até 1930.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política de inspiração fascista, criada por Plínio Salgado em 1932 e fechada em 1937 pelo Estado Novo, teve forte presença em Pouso Alegre (MARQUES, 2016). Em Minas Gerais o conservadorismo católico, existe uma “exacerbada religiosidade da sociedade, pode ser creditada como um dos fatores que facilitaram a vascularização do integralismo na região” (PALHARES, 2016, p. 68). Em Pouso Alegre, os integralistas iniciaram suas atividades de arregimentação entre 1933 e 1934 e se tornaram um

²⁵ Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>, acessado no dia 07 de fevereiro de 2020.

²⁶ Ver: <http://www.tvuai.com.br/pousoalegre/pa153/os3poderes2.html>, acessado no dia 16 de janeiro de 2021.

grupo influente na política local. Eles produziram o seu próprio jornal *A Razão e* possuíam na cidade um dos núcleos mais ativos do Sul de Minas (MARQUES, 2016) com mais ou menos 1000 membros. A 43ª região da AIB abrangia as seguintes cidades: Pouso Alegre, Jacutinga, Monte Sião, Silvianópolis, Santa Rita do Sapucaí e Borda da Mata.

Palhares (2016) afirma que nomes do alto escalão do Governo Provisório (1930-1934) flertavam com as correntes próximas ao Integralismo – Legião de Outubro – conduzido por Francisco Campos (Ministro), Gustavo Capanema (Secretário do Interior de Minas Gerais) e Amaro Lanari (Secretário de Finanças de Minas Gerais). A “Legião de Outubro” se extingue em 1932, “Francisco Campos e Gustavo Capanema voltam a militar nos grupos oligárquicos dos quais eram oriundos e Amaro Lanari ingressa na Ação Integralista Brasileira” (PALHARES, 2016, p. 61).

O declínio do movimento na região do Sul de Minas está relacionado com o Estado Novo (1937) – e a Lei de Segurança Nacional (LSN), reprime o movimento Integralista em todo o país.

O integralismo passa a ser perseguido em todo o país, Plínio Salgado e outras lideranças são exilados, vários dos apoiadores que continuavam a defender os ideais do movimento foram presos. O jornal *A Razão* não volta a publicar e o núcleo de Pouso Alegre também é logo fechado pela Polícia Política de Minas Gerais que durante os próximos anos estaria sempre alerta em busca dos integralistas que ainda buscavam levantar o movimento, divulgar seus ideais, manter suas práticas (MARQUES, 2016, p. 91).

A presença dos integralistas na região do Sul de Minas é a demonstração de força e organização dos setores conservadores.

2.2. A economia mineira e pouso alegre

A economia mineira possuía peculiaridades regionais: Sul, Mata, Triângulo, Oeste, Centro, Leste e Norte, essas regiões nas primeiras décadas da República se desenvolveram em diferentes estágios. Em todas essas regiões havia uma densidade produtiva também concentrada na pecuária. No Norte, a pecuária era predominante e estava conectada com a Bahia. Porém destacamos as regiões do Sul, da Mata e do Triângulo que tinha ligações históricas com São Paulo e Rio de Janeiro.

Wirth (1982) afirma que a economia mineira, entre 1889 e 1937, manteve-se estagnada e sem grandes modificações em relação a força de trabalho e a modernização. O desenvolvimento da força de trabalho, após Abolição da Escravatura (1888), se mostrou assentada nas diferenças regionais, por exemplo, os municípios de Lavras, Itajubá se mostravam

distintos do que Pouso Alegre, no uso do trabalho escravo (VALE, 2018). Também tivemos nessas localidades, a imigração, mas não teve o êxito conforme ocorreu no Estado de São Paulo.

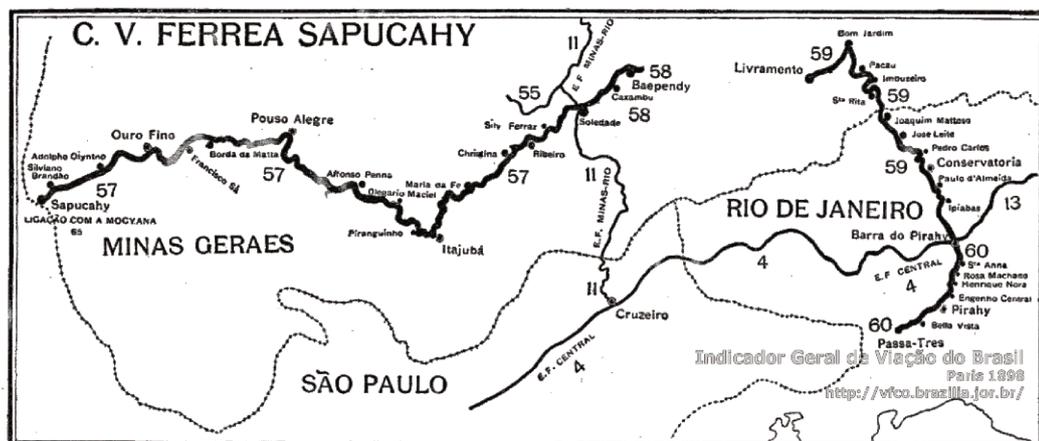
(...) não é possível afirmar que o Sul de Minas teria resolvido por completo a questão da mão de obra, seguindo o exemplo da transição do trabalho como ocorrido em São Paulo. A imigração, abundante e transformadora no interior paulista, não se efetivou com o mesmo peso nas cidades sul mineiras (SAES; CASTILHO, 2015, p. 75).

Em Pouso Alegre houve a chegada dos imigrantes, italianos, portugueses, espanhóis, sírios, libaneses, alemães, austríacos e israelitas. Gouvêa (1998) trouxe que a incorporação desses imigrantes nas atividades agrícolas, artesanais e mercantis na região. Favoreceu a formação da burguesia mercantil pouso alegreense.

No Triângulo Mineiro a concentração estava no cultivo de arroz, feijão, milho e nas plantações de açúcar. O declínio do Centro “cessou a partir de 1920, quando o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, bancos e comércio deu uma base econômica à nova capital política em Belo Horizonte” (WIRTH, 1982, p. 43). Na Zona da Mata, a economia regional estava baseada na produção agrícola, café e entre outras mercadorias, apesar do crescimento industrial espontâneo na cidade de Juiz de Fora, apelidada de “Manchester Mineira”.

A economia da região do Sul de Minas estava assentada na produção de café, de leite, além da pecuária e de outras mercadorias agrícolas, portanto, a produção de alimentos é a principal fonte econômica da região. As altas produções de café possibilitaram na construção de linhas férreas²⁷, em toda a região nas primeiras décadas republicanas.

Figura 2 - Mapa da Linha Férrea do Sapucaí, ano de 1898.



Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1898sapucahy.shtml>, acessado no dia 30 de maio de 2020.

²⁷ A Rede Mineira de Viação (RMV), administrou após 1930, os seguintes ramais ferroviários no Sul de Minas: Ramal do Sapucahy, Linha da Barra, Ramal de Delfim Moreira e Ramal de Paraisópolis. Ver: https://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_sapucahy/rmv_ramal_sapucahy.htm, acessado no dia 30 de maio de 2020.

A Viação Férrea do Sapucaí instalada em 1895 conectou as cidades de Soledade de Minas, Itajubá, Pouso Alegre, Ouro Fino até a Estrada de Ferro Mogiana em São Paulo. O escoamento de produtos, por meio dos trens, colocou a região como importante fornecedora de alimentos – milho, feijão, porcos, bois, carneiros, toucinho e queijo – para as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro (VALE, 2018). Castilho (2012) assegura diversificação da produção de alimentos escoada nas estações ferroviárias. O comércio com os grandes centros urbanos trazia euforia às elites econômicas do Sul de Minas em relação ao “progresso”.

As ações de modernidade na região e em Pouso Alegre, nesse período, ocorrem com a criação de colônias agrícolas: colônia Francisco Sales, Senador José Bento e Inconfidentes. As colônias Senador José Bento e Inconfidentes, se tornaram cidades posteriormente. A colônia Francisco Sales, em Pouso Alegre, tinha o intuito de ser um estabelecimento de produção agrícola, abrigando boa parte dos imigrantes que chegaram na cidade, usando os seus conhecimentos e técnicas.

O núcleo Francisco Sales, localizado hoje no bairro pouso-alegrense da Faisqueira, era de propriedade do estado, sendo criado pela Lei nº150 de 20 de outubro de 1896. Somente em 1905, teve início sua efetiva instalação, estendendo-se até próximo ao bairro do Cristal. Ali se estabeleceram famílias originadas da Itália, Portugal e Espanha, em lotes de 5 alqueires, vendidos aos imigrantes no valor de 1:200\$00. Para o desenvolvimento dos trabalhos na lavoura, contava com a ajuda e assistência do governo, disponibilizando trator e ferramentas, a assistência de um agrônomo especializado e também produtos como sementes, adubos, entre outros (VALE; SAES, 2015, p. 268).

Essas colônias em geral tinham apoio das oligarquias e foram criadas no governo de Francisco Sales (1902-1906), filiado ao PRM. A modernização a partir de 1900 em Pouso Alegre, estava atrelado ao projeto das elites locais de desenvolver a industrialização e “alcançar” o progresso. Vale (2018, p. 139) cita quatro importantes obras realizadas na cidade: “bonde que ligaria a Colônia Francisco Sales aos trilhos da Rede Mineira, localizado na região central, a instituição de transportes públicos, a instalação da luz elétrica e a criação de uma companhia telefônica”. Essas modernizações tinham objetivos de estruturar a cidade, com infraestrutura, suficiente para as demandas da produção agrícola e da instalação de manufaturas.

As cidades do Sul de Minas Gerais, como Itajubá, Pouso Alegre, Varginha, Passos e Santa Rita do Sapucaí tiveram expressivas “taxas de crescimento da produção industrial e possuíam uma produção industrial significativa para a região em 1907” (MARSON, 2017, p. 172). Essas manufaturas produziam queijos, manteigas e banhas, além dos seus derivados. Em

1920, Pouso Alegre se torna o maior município em produção de alimentos: arroz, milho e mandioca (VALE; SAES, 2015, p. 258).

A economia mineira perante as dificuldades regionais, na década de 1920, em decorrência do Governo Estadual de Artur Bernardes (1918-1922), PRM, se encontrava estagnada. A mineração é impulsionada pela criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1921, por Artur Bernardes. Essa iniciativa representou investimento de capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais do estado.

A crise de 1929 e a queda dos preços do café, também afetou Minas Gerais, por ter uma produção bem significativa. Enquanto a Zona da Mata e o Sul de Minas duelavam na produção e na exportação de café. Não obtivemos dados de como foi a crise para o setor produtivo da região do Sul de Minas.

Na Era Vargas (1930-1945), a economia mineira se desenvolveu industrialmente, perante a centralização da economia nos polos siderúrgicos na Zona Metalúrgica (VAL; GODOY, 2014). Também ocorreu crescimento relativo e queda na produção industrial em diferentes regiões de Minas Gerais.

Entre 1907 e 1937, a região que mais perdeu participação relativa foi a Zona da Mata mineira, que, de 44,9% da produção industrial em 1907, representou 23,1% em 1937, passando de primeira região industrial para segunda no período. A região do Centro passou de 32,8% em 1907, segunda região industrial no período, para 39%, primeira região industrial, em 1937. A região que mais ganhou participação relativa na produção industrial do estado de Minas Gerais foi o Sul entre 1907 e 1937, apesar de continuar como a terceira região industrial (MARSON, 2017, p. 164).

Em 1907, o Sul de Minas apresentava um percentual de 10,2% da produção industrial do estado, a política econômica na Primeira República estava concentrada na valorização do café, já em 1937 os incentivos financeiros do Varguismo podem ter favorecido o crescimento modesto, mas relevante de 17,2% da capacidade industrial do Sul de Minas (MARSON, 2017). Pouso Alegre apresentou um aumento considerável, entre 1907 e 1937, de manufaturas instaladas no município, de 21 firmas em 1907 aumentou para 86 em 1937, um aumento considerável de 309% de novas manufaturas. A produção manufatureira estava dividida nos seguintes ramos: alimentícias, agrícolas, metalúrgica, madeireira, setor calçadista e cerâmica. Entretanto, as bases agrícolas eram predominantes, possuindo de “quatro entre cinco mineiros trabalhavam no campo” (WIRTH, 1982, p. 46).

A modernidade também afetou no equilíbrio populacional mineiro e pouso alegre, pois no levantamento demográfico, entre os anos de 1872 e 1940. Os números apresentados

desse censo demográfico apresentam Minas Gerais com uma população de quase 7 milhões de habitantes em 1940.

Figura 3 – Demografia da região Sudeste.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1872 ¹	1890 ¹	1900 ¹	1920 ¹	1940 ¹
Minas Gerais	2.039.735	3.184.099	3.594.471	5.888.174	6.763.368
Espírito Santo	82.137	135.997	209.783	457.328	790.149
Rio de Janeiro	1.057.696	1.399.535	1.737.478	2.717.244	3.611.998
São Paulo	837.354	1.384.753	2.282.279	4.592.188	7.180.316

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940.²⁸

Em Pouso Alegre, os dados encontrados do ano de 1907 nos mostra um valor aproximado de 35.363 habitantes e no ano de 1912, a população reduziu para 18.594 habitantes (SAES; MARTINS; GAMBI, 2015). Em 1920, o censo apresentava uma “população de quase 70 mil habitantes, a cidade era a maior do Sul de Minas e com um centro comercial regional” (VALE; SAES, 2015, p. 269) e no ano de 1940, a população do município reduziu para 34.447 habitantes (MARSON, 2017, p. 179). As oscilações da taxa populacional pouso alegreense está atrelada a três aspectos: a emancipação de distritos, formando novos municípios; a migração para outros estados que possuíam um aumento industrial relevante – São Paulo e Rio de Janeiro – e também, a migração para outras regiões do Estado de Minas Gerais.

2.3. A classe trabalhadora mineira e pouso alegreense

A formação da classe operária mineira concentrou-se nas regiões mais industrializadas do estado: Juiz de Fora, Belo Horizonte e em algumas regiões do sul. As organizações operárias atingiram uma conscientização, principalmente, em Belo Horizonte e Juiz de Fora que são lugares que apresentam a densidade industrial mais elevada do estado. Paula (2015, p. p. 120-1) afirma a existência das seguintes entidades operárias em Minas Gerais no ano de 1906.

Belo Horizonte, Centro Operário Sindicalista
 Belo Horizonte, Sindicato dos Pedreiros
 Belo Horizonte, Sindicato dos Carpinteiros e Associação Beneficente Irmãos Artistas
 Juiz de Fora, União Operária
 Machado, Liga Operária.

²⁸ Ver: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>, acessado no dia 08 de agosto de 2020.

As entidades operárias estavam espalhadas no Centro, na Zona da Mata e no Sul. Em Belo Horizonte, as organizações operárias atingem um grau elevado de organização e mobilização, devido à presença de imigrantes italianos que fundam a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, na última década do século XIX (AMARAL, 2011). Durante a década de 1910 ocorre a organização de um Partido Operário Mineiro (POM) – não tivemos mais informações sob esse Partido Operário –, entretanto, a Primeira República (1889-1930) apresenta as seguintes organizações operárias na capital mineira.

(...) a Liga Operária (1900), a Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais (1905), o Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais (1907), a Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais (1909) e a Confederação Católica do Trabalho (1919), que procuravam, entre outras coisas, defender os interesses dos trabalhadores através da ampliação dos direitos políticos (PASSOS, 2011, p. 67).

Na Era Vargas, o movimento operário tanto na capital mineira quanto no interior se organizou pela via sindical. Amaral (2015) traz um dado importante, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reconhecia apenas 21 sindicatos espalhados em Belo Horizonte, Juiz de Fora e outras cidades. Em Juiz de Fora, os estudos apontam a presença dos italianos como essenciais na organização operária. No ano de “1906, já existia uma organização de operários em Juiz de Fora cuja denominação dá conta da sua finalidade e orientação, CENTRO BENEFICIENTE DAS CLASSES OPERÁRIAS” (ANDRADE, 1984, p. 92).

Batalha (2000) argumenta que os operários em Juiz de Fora, após as greves gerais de 1917, buscaram se reunir e organizar uma entidade sindical. A criação da Federação Operária Mineira estava partilhada por uma “constelação de correntes: socialistas de diferentes matizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos (BATALHA, 2000, p. 33). Na Era Vargas (1930-1945), o movimento operário de Juiz de Fora se encontrava fragilizado e desarticulado, devido à crise e o desemprego, também estava ameaçado pela repressão policial (OLIVEIRA, 2015), os operários buscaram a reivindicar direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho.

Na região do Sul de Minas a organização da classe operária acontece com a existência da “Liga Operária” e estava presente em Machado e Poços de Caldas, sendo fundada em 1913 por meio das “excursões de propaganda, e era filiada à Federação Operária de São Paulo, em que pese estar localizada em Minas Gerais” (PAULA, 2015, p. 150). Também tem registro de atividades de grevistas na região em decorrência da greve geral de 1917, principalmente, do setor ferroviário.

Em 1920, Sarandy Raposo fundou a Federação Sindicalista Cooperativa Brasileira, substituída no ano seguinte pela Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, que tinha por base sobretudo associações ligadas à Estrada de Ferro Central do Brasil, no Distrito Federal, estado do Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e leste de São Paulo (BATALHA, 2000, p. 27).

Em Pouso Alegre os números de operários empregados nas manufaturas em 1907 era 58 operários espalhados em 21 manufaturas e no ano de 1937 esse número subiu para 407 operários em 86 firmas na cidade. Esses últimos eram compostos por 385 homens e de apenas 22 mulheres. Ao se tratar da presença de organizações operária em Pouso Alegre, o jornal *A Razão*, periódico oficial dos integralistas, detalha em 1936 a presença do núcleo da ANL.

Em Pouso Alegre fundou-se também um “núcleo” aliancista. Os entusiastas pelos seus programas eram sobejamente conhecidos como corifeus das idéias vermelhas. E a Aliança conseguiu aqui iludir alguns incautos, inclusive o seu presidente, que não sabia o que estava fazendo (Jornal *A Razão*, Pouso Alegre, Ano I, 13 de agosto de 1936, nº 18, p. 2).

A presença de uma organização ligada ao PCB na região e em Pouso Alegre supõe a conscientização do operariado local nos limites regionais e de suas peculiaridades culturais de organização²⁹.

União Operária Pouso Alegrense (UOPA)³⁰ é outra organização intitulada “operária” em Pouso Alegre, desde de 1933, é recorrente nos jornais o relato de sua existência, pois a UOPA tinha características mútuas do “sindicato” católico, além de ser um espaço voltado especialmente para a organização dos trabalhadores. Sua estrutura organizativa estava baseada em sócios de altos escalões da sociedade pouso alegrense, entretanto, a UOPA era um espaço do patronato local e preparado especialmente para atender os trabalhadores, auxiliando financeiramente nas horas difíceis.

A presença de sindicatos católicos possuía inspiração na Encíclica Papal de Leão XIII, o *Rerum Novarum* de 1891. Amaral (2015) argumenta que o texto da *Rerum Novarum* buscava impulsionar esses principais temas sociais: o corporativismo, a harmonia e a cooperação entre as classes sociais.

²⁹ Comitês Centrais do Partido Comunista Brasileiro na região do Sul de Minas em 1945 estavam nas seguintes cidades: “Passa Quatro, São Lourenço, Soledade de Minas, Itanhandu, Conceição do Rio Verde, Três Corações, Varginha, Alfenas, Elói Mendes, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Ouro Preto, Jacutinga, Campanha, Cambuquira, São Gonçalo do Sapucaí, Caxambu, Andrelândia, Poços de Caldas, Guaxupé, Andradadas, Botelho, Passos, São Sebastião do Paraíso, São Tomaz de Aquino, Jacuí, Camanducaia” ver: FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. **A estrutura orgânica do PCB em Minas Gerais e sua articulação junto ao Movimento Operário 1930 a 1950**. Anais do XIX Encontro Regional de História Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho, Juiz de Fora/MG, 28 a 31 de julho de 2014, p. 4.

³⁰ A UOPA é uma organização patronal, pertencentes as elites pouso alegrenses.

Batalha (2000) afirma a existência da Confederação Católica do Trabalho (1919) que funcionava na capital mineira e eram uma central de sindicatos católicos, suas ações estavam em inibir as greves gerais e a presença do anarquismo ou do socialismo, sendo uma estratégia das elites eclesiásticas, no que tange, a disciplina dos seus fiéis, a manutenção da ordem e principalmente nos valores do trabalho digno assentados no catolicismo.

O tipo de sindicato desejado era semelhante à regulação do trabalho tal como existia no Vaticano, inspirado numa visão do trabalhador para além de produtor de riquezas, ou seja, como alguém que desempenha um papel socialmente fundamental como mantenedor da família, estrutura básica da sociedade dentro da doutrina social católica (ARDUINI, 2015, p. 88).

Essas características podem ser encontradas na UOPA que revela as relações com os valores cristãos e cívicos (SANTIAGO, 2016). A UOPA publicava os seus anúncios, textos e notícias nos seguintes jornais: *O Pouso Alegre* e no jornal *Acção Operária*³¹. O Movimento Integralista esteve presente no interior da UOPA, por meio de redatores e diretoria. A UOPA possuía a participação de figuras públicas, tais como João Beraldo do Partido Progressista (PP), e da Igreja Católica em Pouso Alegre.

No final da década de 1930, o Estado de Minas Gerais apresentava os seguintes cenários de “Associações de classe”, conforme os dados encontrados na **Sinopse Estatística do Estado de Minas Gerais, Ano V – 1939/1940**, do ano de 1942.

Figura 4 – Números de Sindicatos, Uniões e Federações – ano de 1939 em Minas Gerais.

IV — ASSOCIAÇÕES DE CLASSE						
MOVIMENTO GERAL DOS SINDICATOS, UNIÕES E FEDERAÇÕES RECONHECIDOS — 1939 (31-XII)						
ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES DE CLASSE				Número de associados	Patrimônio
	Total	Segundo a espécie				
		Sindicatos	Uniões	Federações		
De empregados.....	131	130	1	—	17.843	360.906\$
> empregadores.....	163	161	—	2	53	...
> profissões liberais.....	12	12	—	—	195	1:493\$
> trabalhadores por conta própria.....	1	1	—	—
Total.....	307	304	1	2	18.091	362.399\$

Fonte: **Sinopse Estatística do Estado de Minas Gerais, Ano V – 1939/1940, número 4**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1942, p. 148.

³¹ “Orgam dos Interesses da União Operária Pousoalegrense” (Jornal *Acção Operária*, 08 de abril de 1934, Anno I, número 29, p. 1), acerca desses jornais: “Sabemos o jornal *Acção Operária* circulou apenas no ano de 1934. Acreditamos que o fim de sua produção esteja ligado às dificuldades financeiras, pois não há evidências de que este jornal recebia alguma subvenção pública como no caso do *O Pouso Alegre*. Dessa forma, manter um jornal semanal, não seria tarefa fácil em uma cidade pequena, com um número reduzido de leitores, e, portanto, também um número reduzido de tiragens” (SANTIAGO, 2016, p. 90).

Os números apresentados demonstram a presença sindical em todo o Estado de Minas Gerais, também a existência de organizações heterogêneas e da enorme presença de sindicatos patronais. Enquanto Vargas assumia uma caricatura populista de avançar nas leis trabalhistas – CLT – também buscava proteger o patronato por meio de incentivos e créditos.

2.4. A Igreja Católica em Minas Gerais e em Pouso Alegre

A Igreja Católica esteve presente nos movimentos sociais, seja por meio da criação de sindicatos católicos e do Movimento Integralista. Wirth (1982) afirma que a religião, em Minas Gerais, apresentava cada vez mais destaque na vida política e social, principalmente, nas cidades do interior. A expansão da Igreja Católica acontece, através da criação de Dioceses nas cidades: Pouso Alegre (1900); Campanha (1907); Uberaba (1907); Montes Claros (1910); Arassuaí (1913); Caratinga (1915); Guaxupé (1916); Aterrado (1918); Belo Horizonte (1921) e Juiz de Fora (1925).

No período de 30 anos, foram fundadas em todo Estado de Minas Gerais, 10 dioceses. Esses municípios possuíam um destaque político e econômico, boa parte das elites políticas que integravam o aparelho estatal eram representantes dessas regiões. Miceli (2009) aborda que no Sul de Minas, as dioceses foram impulsionadas pela expansão do café e instaladas nas principais cidades da região: Pouso Alegre, Guaxupé e Campanha. A criação da Diocese em Pouso Alegre é tratada como “fundamental importância para o progresso de Pouso Alegre e desenvolvimento de toda a região sul-mineira” (GOUVÊA, 1998, p. 75).

Atuação da Igreja Católica no campo político, no fim do século XIX, propôs a organização do Partido Católico (PC). Wirth (1982) argumenta que a Igreja decidiu trabalhar dentro do PRM, fazendo aliança com as oligarquias regionais e alertando para as causas católicas, sendo a educação prioritária. Suas reivindicações não demorariam 20 anos para serem promovidas pelas elites políticas do PRM.

Em Minas Gerais, o movimento de reaproximação entre a Igreja e o poder republicano é facilitado pela presença, no Governo do Estado, de um Presidente que professa publicamente sua fé católica, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Também no Episcopado mineiro, a chegada de dois Arcebispos mais jovens, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em Mariana (1921-1960), e Dom Antônio dos Santos Cabral, em Belo Horizonte (1921-1967), sem ligação com o passado monarquista, é de molde a facilitar os entendimentos (PIERUCCI, 2007, p. 352).

A Igreja Católica pouso alegreense buscou articular com as elites locais, um projeto para toda a região, baseado na organização de uma sociedade cristã, assentada nos valores morais e éticos do trabalho. Também tivemos a influência do clero no desenvolvimento e crescimento do integralismo no Sul de Minas.

(...) integralista D. Octavio das Chagas Miranda direciona outros membros da igreja para pregar a doutrina integralista, buscando novos membros da zona rural para o movimento, que representava a Igreja Católica contra o regime político imposto que na sua visão não prestava. Utilizando o próprio espaço reservado para as confissões dos seguidores da igreja para disseminar a luta integralista pela conquista do povo brasileiro (MARQUES, 2016, p. 34).

O Bispo D. Octávio Chagas de Miranda buscava disseminar por meios litúrgicos a doutrina integralista e captar mais sócios para essa causa. A ala conservadora da Igreja Católica estava insatisfeita com o Governo de Vargas, depois da Constituinte de 1934. O que observamos são as disputas políticas no interior da sociedade brasileira e que estão presentes no campo social em Pouso Alegre.

2.5. A educação mineira e pouso alegreense

Após a Proclamação da República (1889) e a promulgação da Constituição (1891), a educação foi vista como essencial na consolidação da República, porém nunca foi efetivado um ensino que formasse cidadãos.

Era necessário, portanto, um projeto que fosse capaz, primeiramente, de equilibrar a oferta e a demanda educacionais, universalizando o ensino primário e construindo uma base educativo-ideológica que se encarregasse de disseminar os ideais republicanos, a ideia de pátria, as expectativas de progresso, a possibilidade de ascensão social, a divulgação de novos heróis e datas festivas, que instalasse o civismo como valor, consolidando a formação de um novo cidadão, o cidadão republicano (NETO; CARVALHO, 2019, p. 6).

A organização da educação republicana estava em disputa entre os liberais, positivistas, maçons e católicos. Na essência o Estado deveria assumir a organização da educação para todos os cidadãos, o pacto federativo deu independência constitucional para os entes federados pensarem no seu próprio modelo educacional, na prática ocorre a “entrega” da educação para outros agentes sociais.

A educação mineira estava sob cuidados do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (GATTI JÚNIOR; GUIMARÃES, 2019). Os números de alfabetizados e de analfabetos mineiros, correspondente ao ano de 1906 apresentava uma taxa elevada de

analfabetos, para cada 1000 pessoas, 256 sabiam ler e 744 eram declarados analfabetos³², baseando esses números numa população de aproximadamente de 4 milhões de habitantes. No censo de 1920, a “taxa de escolarização da população em idade escolar no ensino primário era, em Minas Gerais, de 19,3% (21,7% para o sexo masculino e 16,8% para o sexo feminino” (GALVÃO; FRADE, 2019, p. 36).

A Constituição mineira de 1891 buscou consolidar o ensino primário gratuito, mas em contrapartida, o ensino religioso foi homologado como facultativo pelo estado.

A Constituição Estadual de Minas Gerais de 1891, não repete o disposto na Constituição Federal sobre a laicidade do ensino. É certo que no processo constituinte apareceu o tema do ensino religioso como facultativo em oposição a proposições que militavam em favor do comparecimento explícito da laicidade. Mas a Constituição Estadual assegura a gratuidade do ensino primário, estabelecendo a necessidade de uma lei estadual sobre a organização da instrução pública (CURY, 2019, p. 133).

No governo de João Pinheiro (1906-1908), filiado ao PRM, buscou abolir das escolas públicas a educação religiosa mesmo facultativa (SOUSA JUNIOR, 2015). É também nesse período que ocorre o desenvolvimento da educação profissional, por medida do Estado mineiro. A primeira elaboração ocorre no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial (1903), ainda no governo de Francisco Sales (1902-1906), do PRM. Silva (2016) apontou os projetos de crescimento econômico e industrial das elites mineiras dos setores agrícola, comercial e industrial, sendo representantes das regiões do Centro, Mata e Sul.

João Pinheiro considerado legítimo “industrialista” e com aspirações positivistas³³ aplicou novas diretrizes ao ensino profissional na educação primária, tendo como objetivo de introduzir o “taylorismo³⁴ na escola, isto é, organizá-la como se organizava o trabalho nos

³² BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego). Encontrado no artigo de BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

³³ “O positivismo é uma das doutrinas filosóficas derivadas do iluminismo. Sua origem mais remota se encontra em Condorcet, filósofo vinculado à Enciclopédia. Mas foi com Augusto Comte (1798-1857) que o positivismo se tornou uma escola filosófica. Os fundamentos do positivismo consistem na busca de uma explicação geral diante de um fenômeno derivado da industrialização: a crescente especialização”. Para mais detalhes, ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>, acessado no dia 02 de junho de 2020.

³⁴ “Taylorismo é o sistema de organização do trabalho concebido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), com o qual se pretende alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço. Quase ao mesmo tempo em que Taylor realizava seus estudos nos Estados Unidos, surgiram na França os estudos de Henri Fayol (1841-1925), engenheiro de minas. A análise de Fayol teve um enfoque oposto ao de Taylor. O autor francês dirigiu sua atenção à estrutura organizacional da empresa, começando pela cúpula desta. Distinguiu então seis diferentes classes de funções: técnica, comercial, financeira, de segurança, contábil e administrativa. Destacou que a função de alta direção da empresa é quase exclusivamente administrativa e fixou princípios da administração”. Ver: GOMES, Ângela de Castro Gomes (Org.). **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada**. - Rio de Janeiro: CPDOC, 2007, p. 137.

Estados Unidos” (CARVALHO, L., 2012, p. 222). Para essas medidas foram implantadas várias reformas educacionais em Minas Gerais:

Para colocar em curso o projeto de modernização do estado, foram promovidas várias reformas educacionais, dentre estas destacam-se: João Pinheiro (Lei n. 439 de 1906), Wenceslau Brás (Decreto 2.836 de 1910), Bueno Brandão (Lei n. 533 de 1910), Delfim Moreira (Lei n. 657 de 1915), Artur Bernardes (Lei n. 800 de 1920), Olegário Maciel (Lei n. 864 de 1924), Fernando Melo Viana (Decreto n. 6831 de 1925) e Francisco Campos (1926/1927/1928, respectivamente leis números 926, 7.970-A e 1.036, que aprovam os regulamentos dos ensinos primário e normal) (CARVALHO, 2013, p. 1).

A modernização estava assentada nos avanços industriais. A crise política, social e econômica na década de 1920 afetou os projetos educacionais, entretanto, na direção educacional de Francisco Luís da Silva Campos, em 1928, no governo de estadual de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1926-1930), do PRM, buscava impulsionar as Reformas Educacionais na tentativa de “difundir a escola primária no estado, bem como visualizar e possibilitar o controle social, fundamental à formação da “cidadania controlada”, ou seja, dentro do ideário das elites republicanas” (CARVALHO, 2012, p. 219).

Wirth (1982) afirma que sob o comando do secretário de interior Francisco Campos na década de 20, Minas Gerais se tornou líder, junto com São Paulo e Rio de Janeiro, em reformas educacionais que buscavam melhorar a educação primária. O governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, “convocou Francisco Luís da Silva Campos, que assumiu o cargo de secretário do Interior e faria a reforma do ensino público mais importante da década” (CARVALHO, 2012, p. 226).

Na Era Vargas, a educação mineira se adequa as mudanças políticas e econômicas propostas para a nação. Com a queda do “pacto oligárquico”, a educação sofre mudança na sua organização, a criação do Ministério da Educação e Saúde por Vargas em 1930 reforça a “preocupação em traçar um projeto nacional de educação” (VEIGA, 2007, p. 238).

A educação católica em Minas Gerais estava consolidada através dos fortes seminários diocesanos. Após 1889, a Igreja Católica ocupou mais decisivamente o setor educacional na tentativa de restaurar a presença católica na sociedade brasileira. Esse projeto apontou para o desenvolvimento de estabelecimentos educacionais para as elites e para a classe trabalhadora, tais como a educação profissional e doméstica.

Em Pouso Alegre na década de 1920 havia uma taxa de apenas “24,9% de sua população (que) declarasse saber ler” (GALVÃO; FRADE, 2019, p. 50). O sistema educacional pouso alegre era monopolizado, principalmente, pelas instituições educacionais da Igreja Católica

ou de congregações religiosas³⁵, mas também existia na cidade, outros estabelecimentos de ensino não católicos³⁶.

Após em 1900 criou-se Seminário Diocesano Nossa Senhora Auxiliadora e o Ginásio Diocesano São José, conhecido como Colégio São José. Essas instituições foram responsáveis pela escolarização dos filhos das elites política e econômica pouso alegre e da região do Sul de Minas Gerais. A formação das mulheres, na primeira década 1900, era do Colégio das Irmãs da Visitação (1902), basicamente esse estabelecimento educacional era destinado às jovens dos níveis sociais mais elevados. Em 1911 foi instalado em seu lugar o Instituto Santa Doroteia³⁷, que manteve os padrões educacionais. Tanto o Colégio São José quanto o Instituto Santa Doroteia buscaram formar a elite política e econômica pouso alegre.

D. Octávio Chagas de Miranda, a partir de 1916 tomou medidas de ampliação da rede educacional pouso alegre, essas medidas foram: a criação da Escola Profissional Delfim Moreira em 1917, destinados para os meninos pobres e órfãos do município.

Também tivemos a fundação do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes em 1920 e Escola Doméstica Santa Terezinha em 1929. Ambas instituições atendiam um público específico, as meninas pobres e órfãs. A educação oferecida pelas instituições da Igreja Católica era dividida em gêneros, uma para os meninos e outras para as meninas.

2.6. A imprensa pouso alegre

A imprensa pouso alegre se desenvolveu, em 1830, pelo Senador e Padre José Bento Ferreira de Melo que fundou o primeiro jornal do Sul de Minas, o Pregoeiro Constitucional (QUEIROZ, 1998)³⁸. A imprensa buscou noticiar, comentar, observar e debater os principais acontecimentos na sociedade, portanto, a imprensa foi o reflexo da época.

³⁵ Seminário Diocesano Nossa Senhora Auxiliadora (1900); Colégio São José (1900); Colégio das Irmãs da Visitação (1902); Instituto Santa Doroteia (1911).

³⁶ A escola pública denominada de Grupo Escolar Monsenhor José Paulino (1906) – ver: Toledo (1997) era propriedade do Governo de Minas Gerais; também teve nesse período a presença de instituições de Ensino Superior, a Faculdade de Farmácia e de Odontologia (1914) – ver: Vilhena (2017) e a Escola de Veterinária (fundada em 1919) – ver: Toledo (1997).

³⁷ Ver: BALBINO, Antônio Gilberto. **Uma cidade, uma escola, muitas histórias: o Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre – MG (1911-1976)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade São Francisco/USF: Itatiba/SP, 2008.

³⁸ Ver mais: PASCOAL, Isaias. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. **Varia hist. [online]**, volume 23, número 37, p. p. 208-222, 2007. QUEIROZ, Amadeu de. **O senador José Bento (estudo histórico)**. Belo Horizonte/MG: Imprensa Oficial, 1933.

Na imprensa pouso alegre³⁹ também ocorreu maior agitação de jornais nas primeiras décadas do século XX. Os jornais: *A Semana Religiosa*, *A Gazeta de Pouso Alegre* e *A Razão* refletem o quadro político, econômico e social, esses jornais tiveram destaque no debate de projetos em Pouso Alegre.

A Semana Religiosa é o órgão oficial da Diocese, fundado no ano de 1916, publicado semanalmente, se tornou o principal veículo de comunicação do clero pouso alegre com a sociedade local (QUEIROZ, 1998). Os principais membros da hierarquia eclesiástica da Diocese, eram os responsáveis pela organização do periódico. O projeto debatido era essencialmente a doutrina social católica e buscava restaurar o catolicismo na sociedade brasileira e no Sul de Minas Gerais. Esse jornal também divulgava, as ideias e os embates no período marcado pelas transformações políticas, econômicas e sociais no nível nacional e regional.

Galvão e Frade (2019) argumentam que esse segmento religioso possui força na formação de leitores, pois são importantes os “impressos e meios de comunicação, utilizados pela Igreja, transformaram o próprio papa em um ícone popular” (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016, p. 144) e “pode ser entendida como uma espécie de medidora das ideias e movimentos que a comunidade eclesial se promovia socialmente” (SAMPAIO, 2009, p. 20).

A Gazeta de Pouso Alegre é o periódico local das notícias relacionada à Igreja e o Exército, das famílias tradicionais, dos eventos, das celebrações e etc... Circulou no período de 1916 a 1932, esse veículo caracterizou-se pelo debate político, social e econômico da sociedade pouso alegre. Esse jornal discutia com ênfase e as principais questões sociais na sociedade brasileira e pouso alegre no período. O seu projeto caracterizava-se em apoiar as medidas tomadas pelas principais lideranças, como a Igreja Católica, o Exército, os políticos e as famílias tradicionais locais. Tais ações visavam a educação de meninos e meninas para o trabalho, além de enfatizar o papel religioso no andamento da sociedade.

A Razão é o periódico do Núcleo Integralista pouso alegre e considerado relevante na disseminação da AIB, na região do Sul de Minas. Buscava apoiar as medidas da Igreja Católica, atrelando a aproximação do clero com as ideias integralistas. O objetivo era de desenvolver uma sociedade pautada no conservadorismo e de um Brasil católico.

³⁹ O nosso objetivo não era fazer uma análise da imprensa e sim compreender a partir de seus números os projetos da Igreja Católica e do Estado frente a educação profissional em Pouso Alegre.

Esses três jornais apresentam em sua base o conservadorismo, o sentimento católico e o papel redentor da educação para o desenvolvimento da nação. Em suas linhas editoriais estão presente uma imprensa baseada no regionalismo mineiro.

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o combate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menos, sem tiroteios ou assassinatos (WIRTH, 1982, p. 131).

A Semana Religiosa vinculada à Igreja Católica, *A Gazeta de Pouso Alegre* comentava sobre as ações das instituições locais (a Igreja, os políticos, o Exército e as famílias tradicionais) e *A Razão* ligados aos projetos da AIB, esses jornais são uma narrativa que representam os diferentes grupos sociais presentes na sociedade local.

O período estudado nesse capítulo foi marcado por profundas mudanças políticas, entre as frações da oligarquia mineira, representada por – biistas, salistas e silvianistas – no “pacto oligárquico” e os – bernadistas – na Era Vargas, essas elites políticas dominaram o PRM na conjuntura da Primeira República e após 1930, entra em cena o PP. No campo econômico ocorre a modernização industrial em diferentes regiões do estado, tais como o avanço das manufaturas no Sul, Zona da Mata e Centro; a estimulação da produção agrícola, por meio das colônias agrícolas e a concentração siderúrgica, na década de 1920.

O período entre 1930 e 1945 foi marcado por profundas mudanças em direção ao desenvolvimento industrial do país; pela derrota do pacto oligárquico; pela ascensão da burguesia industrial e da classe operária; pela tentativa de construção de uma sociedade salarial, pela urbanização; pela criação de um sistema educacional público; a igreja católica perde o protagonismo na formação de trabalhadores e trabalhadoras, mas continua mantendo prestígio na educação de parte da sociedade; entre outros. Embora o país tenha mantido a atividade agroexportadora como principal força produtiva há um forte crescimento da produção industrial e do mercado interno.

No campo social, há a formação da classe trabalhadora por meio da imigração e as organizações operárias em diferentes estágios regionais; a expansão da Igreja Católica e a sua atuação no campo político educacional e a educação mineira esteve formulada com o objetivo de formar trabalhadores.

Em Pouso Alegre, a Igreja Católica criou instituições educacionais divididas em gênero – masculino e feminino – e de classe social – pobres e favorecidos -, é também nesse período

que ocorrem importantes modernizações na cidade, tais como a urbanização, a imigração, a ferrovia, a instalação da energia elétrica e a companhia telefônica. A Igreja também se envolveu nos movimentos sociais com a UOPA, o Integralismo e publicou o seu próprio jornal. A imprensa pouso alegreense trouxe em suas linhas editoriais os projetos sociais em disputas da Igreja, da elite política e dos movimentos sociais.

Partindo das reflexões desse capítulo no próximo capítulo buscaremos analisar a educação profissional oferecida pela Igreja Católica, através da Escola Profissional Delfim Moreira a qual atendia os meninos pobres e órfãos do município de Pouso Alegre. Usaremos como fontes a imprensa, a literatura memorialista e as fotografias.

Qual é objetivo de educar os meninos pobres e órfãos para o trabalho?

CAPÍTULO III - A ESCOLA PROFISSIONAL DELFIM MOREIRA EM POUSO ALEGRE (1917-1947)

O presente capítulo busca analisar, atuação da Igreja Católica, na organização e da manutenção da Escola Profissional Delfim Moreira, responsável na formação de trabalhadores para os ofícios manuais em Pouso Alegre. Analisaremos a organização da escola, Igreja, Estado, famílias tradicionais e políticos em torno desse projeto; as fontes de financiamento (pública e privada) para a organização e manutenção da escola; o currículo, suas oficinas manuais e os objetivos da formação de trabalhadores para as atividades no campo (agricultura) e na cidade (industrial).

Quais as relações entre o Estado e a Igreja Católica no processo de organização e manutenção da Escola Profissional? Por que de ensinar ofícios manuais aos meninos pobres e órfãos? A partir dessas indagações e usaremos as seguintes fontes: a imprensa local – *A Semana Religiosa*, *A Razão* e *A Gazeta de Pouso Alegre* –, as fotografias e os escritos memorialistas.

3.1. “É PARA AS CLASSES DESAFORTUNADAS QUE O CORAÇÃO DE DEUS PARECE INCLINAR-SE MAIS”⁴⁰

A fundação da Escola Profissional Delfim Moreira ocorreu no dia 19 de março de 1917, sendo uma instituição pertencente a Diocese e que buscava, a formação profissional dos meninos pobres e órfãos de Pouso Alegre.

19 de março é o dia de São José, considerado o santo padroeiro dos trabalhadores e da família. “Curiosamente” objetivo da Escola Profissional estava na formação de trabalhadores para os ofícios manuais de meninos pobres e órfãos, com uma faixa etária de 10 a 17 anos. Em seu currículo oferecia as seguintes oficinas manuais: sapataria, carpintaria, marcenaria, tipografia, artes e uma seção agrícola, de forma geral, estava inserida na proposta de industrialização e urbanização do país.

Fundado pelo 3º bispo diocesano de Pouso Alegre, D. Octávio Chagas de Miranda, essa realização é caracterizada como de grande alcance social para a sociedade cidadina. A memória oficial busca enaltecer a atuação do Bispo Diocesano a frente das instituições educacionais desenvolvidas para a classe trabalhadora. Le Goff (2013) afirma que essa memória tem como características de perpetuação, seja voluntária ou involuntária. Essas características são

⁴⁰ Trecho extraído da Carta Encíclica “*Rerum Novarum*” do Sumo Pontífice Papa Leão XIII – Sobre a condição dos operários. http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html, acessado no dia 13 de fevereiro de 2020.

encontradas nos “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 2013, p. 473).

A inauguração dos novos prédios da Escola Profissional é tratada como relevante nos noticiários do jornal *Gazeta de Pouso Alegre*.

Escola Profissional

Inaugurou-se hontem oficialmente a Escola Profissional Delfim Moreira, fundada nesta cidade pelo seu bispo diocesano. **É um acontecimento assaz promissor para o engrandecimento da nossa bela e culta cidade**, e bastante demonstrativo do espírito de iniciativa que existe entre nós, não só da parte dos dirigentes locais, como também da parte do povo, que não desampara nunca todo e qualquer empreendimento que redunde em um melhoramento local (Jornal *Gazeta de Pouso Alegre*, Anno II, 7 de outubro de 1917, nº 18, p. 1) (grifo nosso).

Ocorre o engrandecimento da Escola Profissional através da narrativa jornalística, a memória oficial construída desse estabelecimento educacional, pois corrobora com a preocupação das elites políticas e eclesiásticas na formação de trabalhadores. Os artigos divulgados pela imprensa local e também da literatura memorialista veiculam as relações, entre o Estado e a Igreja Católica, na organização da Escola Profissional. O jornal *Gazeta de Pouso Alegre* e a literatura memorialista, mencionam a atuação para a criação da escola do senador estadual Eduardo Amaral, filiado ao PRM.

O Sr. Senador Eduardo Amaral n'um **nobre impulso** que muito honra a magnanimidade do seu bem formado coração, **acaba de fazer donativo á Escola Profissional ‘Delfim Moreira’ da chácara e prédio onde se vae installar** esse novel [*sic*] e útil estabelecimento de ensino, para os que adquira há dias aquella propriedade (Jornal *Gazeta de Pouso Alegre*, Anno II, 7 de outubro de 1917, nº 18, p. 2) (grifos nossos).

Em 14 de outubro do mesmo ano, esse instituto, com o nome de Escola Profissional Delfim Moreira, inaugurou as suas oficinas de tipografia, e a sapataria, em prédio próprio, **doado pelo senador Eduardo Amaral, e respectivo terreno de cerca de um alqueire, sendo lançada no mesmo dia a pedra fundamental do aumento do prédio** (GOUVÊA, 1998, p. 181) (grifo nosso).

No entanto, para que vingasse, eram necessários recursos financeiros: terreno para abrigar a escola, dinheiro para executar a obra. Dom Otávio, com sua característica tenacidade, lançou o desafio. E logo encontrou respostas: o Senador Eduardo Amaral, recentemente elevado a Vice-Presidente de Minas, por eleições diretas, como católico praticamente e desprovido de exagerado apego ao seu pequeno patrimônio e aos seus bens particulares, **doou ao Bispado todo o terreno de uma chácara de sua propriedade, onde foi construída a Escola Profissional, com grande área para a agricultura** (TOLEDO, A, 1997, p. 78) (grifo nosso).

Os artigos chamam atenção para o processo de financiamento das primeiras instalações da Escola Profissional, onde o jornal e os memorialistas exaltam o ato “cristão” praticado pelo

senador estadual Eduardo Amaral, pois na realidade são formas de financiamentos privados de políticos locais e de membros da sociedade pouso alegreense. Espíndola (2016) observa que a escola no primeiro momento funcionou anexa ao Colégio Diocesano.

No terreno doado pelo senador estadual foi instalado a Oficina Agrícola, sendo essa uma das primeiras oficinas inauguradas na Escola Profissional, além do ensino das primeiras letras e de carpintaria.

Figura 5 - Vista da oficina Agrícola da Escola Profissional Delfim Moreira (1919).⁴¹



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo em Pouso Alegre.

A Oficina Agrícola tinha objetivo de ofertar um projeto de qualificação os meninos órfãos e pobres para os serviços manuais relacionados a agricultura. Essa colaboração entre os representantes do Estado e da Igreja Católica é proclamado pela memória oficial, como um ato “nobre” e “cristão” e se insere na alocação de recursos financeiros para a Escola Profissional.

Com o apoio da comunidade católica pouso-alegrense, a semente foi plantada; porém, para que ela brotasse, eram necessários, em primeiro lugar, terreno para abrigá-la e, em segundo lugar, os recursos financeiros para construí-la. Como arranjá-los?

Foi um desafio que D. Otávio resolveu topar!

E saiu à luta, indo de pronto à casa de seu amigo, Senador Eduardo Amaral, para traçarem o plano de ação. O Senador, recentemente elevado, por eleições diretas, ao posto de Vice-Presidente de Minas, ouviu as ponderações de D. Otávio e, **como bom católico e desprovido de qualquer apego ao seu pequeno patrimônio, aos seus bens particulares, doou, sem nenhuma cláusula ou interesse, toda a área de terreno e prédio que acabara de adquirir, para instalação da Escola, no mesmo local onde hoje está a Escola Profissional.**

⁴¹ Doada pelo Dr. José Rios.

Foi um momento de grande emoção para D. Otávio, que viu sua semente brotando pelo gesto nobre e desprendido do velho amigo, que apenas visava ao bem das pessoas carentes de sua terra natal, oferecendo ainda o seu apoio de cidadão e chefe político. O desprendimento do Senador provocou um **rebuliço na cidade, gerando inúmeras outras doações, pois a maior dificuldade foi transposta**. Daí, além de muitas doações menores, D. Otávio recebeu também as seguintes outras: **10 mil contos do Governo Federal, por intermédio do Deputado Federal Josino Araújo, ilustre pouso-alegrense; 2500 contos do Governo Estadual; 600 contos da Câmara Municipal**; do Dr. Cícero Rosa, assistência médica gratuita; do Padre Mendonça, o pagamento da metade do mobiliário; do Cônego Antonio Dutra, um trolley para transporte; do Padre Ataliba de Mello, dois burros de carga; e várias outras doações, assegurando que D. Otávio, em seu sonho e seu trabalho, estava recompensado pela semente que fizera germinar!!! (TOLEDO, E, 1998, p. p. 99 - 100) (grifos nossos).

Os recursos da esfera pública foram obtidos, por intermédio do Deputado Federal Josino Araújo do PRM, do Governo Federal de Wenceslau Brás (1914-1918) do PRM, também do Governo Estadual de Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1914-1918) do PRM, e da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

Notamos duas vertentes de “doações”, a primeira compreende aos recursos da esfera pública (Municipal, Estadual e Federal) e privada, tais como as elites eclesiais, políticas e econômicas locais, além das famílias tradicionais. Essas ações caracterizam-se numa “colaboração recíproca”, entre o Estado e a Igreja Católica nesse período.

Inaugurava-se a “colaboração recíproca” entre Estado e Igreja. O Estado buscava o apoio político e ideológico do clero católico na manutenção da ordem, ameaçada primeiro pelos movimentos anarco-sindicalistas, depois pelos movimentos insurrecionais dos militares. A Igreja Católica, por sua vez, buscava o reconhecimento oficial de seus atos (como a validade civil do casamento religioso) e a possibilidade de exercer seu ministério nos hospitais, nas prisões e nas escolas mantidas pelo Estado. (CUNHA, 2005, p. 23)

Em Pouso Alegre, essas instituições – Igreja e Estado – estarão presentes nos projetos políticos e sociais nas primeiras décadas do século XX. Esses mecanismos utilizados pelas elites locais foram essenciais para a organização e manutenção da Escola Profissional, garantindo a educação profissional para as classes populares. Enquanto a Igreja Católica buscava restaurar o catolicismo como força dominante na sociedade brasileira, o Estado atentou-se na iniciativa de harmonizar a ordem e efetivar a modernização.

A participação nas principais campanhas cívicas promovidas pelos grupos dirigentes ao longo da República Velha – em prol do alistamento e do serviço militar obrigatório, das reformas da instrução, a mobilização patriótica da mocidade acadêmica – garantiu **à hierarquia católica a concessão de subsídios e empréstimos governamentais, envolvendo montante significativo de recursos em favor de todo o complexo institucional sob tutela eclesial** (MICELI, 2009, p. 157) (grifo nosso).

Essas relações institucionais podem ser assinaladas, nos papéis de arrecadação de recursos para a instalação da Escola Profissional por meio de fontes públicas e privadas. As elites locais através do jornal *Gazeta de Pouso Alegre* buscaram ressaltar, o papel dessa instituição para o desenvolvimento social e econômico local, ou seja, na formação de trabalhadores.

Escola de Pharmacia, Collegio Dorothêa e Escola Profissional, este último é incontestavelmente o que vae prestar mais somma de serviços porque terá um **longo âmbito de acção, dirigindo e beneficiando exatamente as classes menos afortunadas e propriamente mais productoras**, enquanto os outros dois ficam restrictos às classes mais altas e afortunadas (*Gazeta de Pouso Alegre*, Anno II, 7 de outubro de 1917, nº 18, p. 2) (grifo nosso).

Apesar de ter outras instituições educacionais⁴², a imprensa local enfatiza os serviços prestados pela Escola Profissional na educação das classes “desfavorecidas”. Nesse período, se instalava na cidade manufaturas que necessitariam de trabalhadores qualificados, portanto, a educação profissional é tratada como essencial para o desenvolvimento da industrialização regional.

As inaugurações de novas oficinas eram noticiadas com entusiasmo pela imprensa local. O espaço para a formação de trabalhadores “produtivos” e “úteis” para a sociedade são dadas como características essenciais no jornal *Gazeta de Pouso Alegre* e pela literatura memorialista. A “euforia” do progresso estava relacionada nos surtos industriais, da modernização e da urbanização na sociedade brasileira, desta forma a inauguração de novas oficinas era motivo de festa, reforçando a preocupação das elites locais com as classes populares.

A Escola profissional, officina onde se **fazem cidadãos**, aptos em futuro a serem **uteis á sociedade**, e, **ao progresso de nossa pátria**, é também para bem alto render agradecimento ao **Sr. Bispo D. Octavio** (*Jornal Gazeta de Pouso Alegre*, Anno IV, 10 de agosto de 1919, nº 100, p. 2) (grifos nossos).

Nesses tempos o pastor da cidade, Dom Otávio Chagas de Miranda, com os olhos voltados para os mais **humildes e carentes, numa visão futurista, identificou o progresso que se avizinhava com precisão de mão-de-obra qualificada**. Vendo a pobreza também crescendo, D. Otávio, em momento de grande inspiração, idealizou a criação de uma **Escola Profissional, com a finalidade de preparar o seu rebanho mais humilde para o trabalho** (TOLEDO, E, 1998, p. 99) (grifos nossos).

A Escola Profissional, no primeiro ano de trabalhos, continha 17 alunos em sua primeira turma. Nos primeiros meses após a sua fundação se especializaram os alunos em diferentes

⁴² Sobre a Escola de Farmácia e o Instituto da Doroteia (Colégio), explicamos sobre elas no capítulo anterior.

oficinas, essa formação nos ofícios manuais foi enaltecida pela literatura memorialista através da memória oficial dos primeiros meses da escola.

A história da Escola Profissional de Pouso Alegre tem muitas etapas. É uma história magnífica, **feita de crença, amor, trabalho e perseverança** (TOLEDO, E, 1998, p. 99) (grifo nosso).

Na primeira turma matricularam-se 17 meninos, que seguiram diversos ramos sob a direção do saudoso e dedicadíssimo diretor Monsenhor Antônio Rigotti: entre os 17 podemos citar **um exemplar aluno que daí saiu para o seminário, tornando-se o virtuoso e estimadíssimo sacerdote Padre José Oriolo**. Como professor aí se destacou o saudoso George Delahaye, que organizou o primeiro jornal da escola denominado O Trabalho (TOLEDO, A, 1997, p. 79) (grifo nosso).

Com muita luta e determinação, **a Escola Profissional iniciou os trabalhos com 17 alunos, aprendendo os seus ofícios**. Ao final do ano, 13 deles se formaram e que foram: 1) João Brás – Chefe de Sapataria e Barbeiro; 2) Antônio Pedroso – Alfaiate; 3) Francisco Gonçalves – Tipógrafo; 4) Benedicto Silva – Cozinheiro; 5) José Fernandes – Sapateiro; 6) José Marianno – Carpinteiro; 7) José Lima – Pedreiro e Agricultor; 8) Pedro Almeida – Carpinteiro; 9) José do Carmo – Carpinteiro; 10) Homero Toledo – Tipógrafo; 11) José Braga – Agricultor; 12) João Murillo – Oficial; 13) Pedro Paulo Ribeiro – Oficial. Os outros 4 iniciantes foram: José Rezende, Estevam Vasconcelos, José Oriollo (que foi para o Seminário) e José Miranda (que se transferiu para o Colégio São José).

O primeiro ano da Escola Profissional foi marcado pelo **período da experiência e iniciação**, onde a fonte maior de esperança foi acalentada por um de seus mestres, o Professor Georges Delahaye, que, em artigo publicado no jornal “O Trabalho”, órgão oficial do educandário, com data de 08/03/18, assim dizia, em seu início: **“Quem vê hoje os meninos da florescente Escola Profissional, apenas poderia reconhecê-los. Os trapos de ontem quase confeccionados de buracos, foram substituídos por um uniforme comum, simples, sem dúvida, mas de uma decência modelar. Os sapatos de outrora que, com grandes bocas abertas de todos os lados, gritavam fome, foram relegados não sei onde, e os de hoje dariam ciúmes no campeão sul-americano de foot-ballers”**... E seguia, dizendo que a Escola forma, além da efetiva conduta humana, os mais diversos tipos de ofício, dando oportunidade aos seus alunos que construam o seu lugar na sociedade, pelos variados segmentos.

Os primeiros 365 dias da Escola Profissional foram duros, difíceis, mas foram marcados com **exemplos de determinação do bem comum e gloriosos na tarefa do dia-a-dia**, porém ela prosseguiu, desde então, **formando novos profissionais, aprimorando o caráter e a dignidade humana** (TOLEDO, E, 1998, p. p. 100 - 101) (grifos nossos).

Os relatos apresentados enaltecem a Escola Profissional como “guardiã” da preparação dos meninos pobres e órfãos, para o trabalho e para uma vida baseada nos valores cristãos. As autoridades da escola começam à produzir o seu próprio jornal: *O Trabalho*⁴³. Entretanto, reproduz o discurso do professor da instituição, o Sr. Georges Delahaye e sendo publicado pelo memorialista e ocorre uma comparação dos meninos cuidados pela escola com os jogadores campeões do Sul-americano (1919), ou seja, busca evidenciar o papel da formação profissional nas vidas desses primeiros aprendizes.

⁴³ Ver: QUEIROZ, Amadeu de. **Pouso Alegre – A Origem da Cidade e a História da Sua Imprensa**. Borda da Mata/MG: Art’s Gráficas e Editora, 1998, p. 97.

A formação dos meninos, também estava assentada nos princípios cristãos e humanistas da doutrina social católica. A educação profissional é tratada pelas elites políticas e religiosas Pouso Alegre como sendo um movimento que, primeiramente, “respondia aos sentimentos morais e religiosos da época e, depois, às necessidades “nacionais” da indústria nascente” (CIAVATTA, 2009, p. 175).

A literatura memorialista e a imprensa buscaram produzir um registro oficial acerca da formação ofertada pela Escola Profissional, essa representação política e religiosa é encontrada nas principais notícias que encontramos. A presença de autoridades religiosas e políticas na inauguração do novo prédio (1919). A construção do novo edifício no terreno doado pelo Eduardo Amaral, a nomeação do novo prédio é palco da homenagem das elites religiosas ao representante da oligarquia regional do Sul de Minas, Delfim Moreira.

Espíndola (2016) afirma que Delfim Moreira, além de ser filho de um importante fazendeiro do Sul de Minas, o seu nome se destacou no cenário político regional e nacional chegando ao cargo de Presidente da República (1918-1919).

No dia 4 de agosto de 1919, com a presença do Exmo. Sr. Dom Joaquim Mamede da Silva Leite, do Revmo. Sr. Bispo Diocesano, Dom Otávio Chagas de Miranda, do Senador Eduardo Amaral e demais autoridades, foi inaugurado solenemente **o novo edifício da Escola Profissional a que, por decisão do Bispo, foi dado o nome de Delfim Moreira, então Presidente da República** (TOLEDO, A, 1997, p. 79) (grifo nosso).

A nomeação da nova instituição com o nome do presidente foi ação estratégica da elite eclesiástica buscava apoio das oligarquias para os projetos sociais da Igreja Católica, principalmente, em relação as instituições educacionais destinadas para as classes populares.

Espíndola (2016) argumenta que a escola foi construída na rua Monsenhor José Paulino, local onde estão abrigados o Palácio Episcopal e o Colégio São José. Esse prédio também apresentava um estilo arquitetônico inspirado no neoclassicismo em sua estrutura, tais como estátuas de santos e símbolos religiosos, evocando perfeitamente um ambiente disciplinador. Essas representações mencionadas podem ser observadas na fotografia a seguir, do prédio da Escola Profissional em Pouso Alegre.

Figura 6 - Escola Profissional Delfim Moreira (1919).⁴⁴



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

O projeto da educação profissional buscava a valorização do trabalho e dos dogmas católicos, principal função atribuída à Escola Profissional em sua trajetória inicial, sendo uma instituição fundamental para desenvolver o progresso da nação e da sociedade paulista.

Criada esta casa de educação e trabalho, ela se desenvolveu com a construção de novos pavilhões e implantação de várias oficinas, **como carpintaria e marcenaria, alfaiataria, oficina de artes, além de uma seção de agrícola**, contando com Octávio com a colaboração e os trabalhos inestimáveis de vários diretores que se sucederam na sua administração (GOUVÊA, 1998, p. 182) (grifos nossos).

Assim, com muita luta e determinação nasceu a Escola Profissional chamada de escola benemérita, uma vez que se **dedicaria à educação de meninos pobres**, que deveriam se **profissionalizar em carpintaria, marcenaria, sapataria, imprensa, lavoura, o que lhes garantiria um sustento digno** (TOLEDO, A, 1997, p. 78) (grifos nossos).

As oficinas assumem o papel importante no preparo dos meninos pobres e órfãos para o trabalho “digno”. Balbino (2016, p. 33) argumenta que elites eclesiais buscavam uma solução rápida e eficaz, acerca da formação de trabalhadores, além de possibilitar a educação religiosa aos meninos. A “educação profissional mostrava-se como fundamental para o desenvolvimento econômico nacional e também estabelecer uma disciplina racional de toda hierarquia do trabalho desde aquele que dirige até o mais humilde trabalhador” (QUELUZ, 2000, p. 90). A Igreja Católica assume um importante papel no processo de formação da classe

⁴⁴ Fotografia doada pelos Irmãos Puccini.

trabalhadora pouso alegreense, possuindo apoio dos políticos, das famílias tradicionais, dos comerciantes e dos fazendeiros.

Acerca das oficinas da Escola Profissional, os aprendizes eram disciplinados para o trabalho, essas ações de se impor “uso-econômico-do-tempo” (THOMPSON, 1998), pois os ensinamentos de uma conduta disciplinadora buscam moldar as relações sociais e de trabalho na sociedade capitalista. A disciplina é um instrumento de poder das elites locais – políticas, religiosas e econômicas – impostas em cada período histórico mediante as “relações humanas (...) à sua capacidade de autodisciplina[r]” (ELIAS, 2001, p. 240).

Elias e Scotson (2000) afirmam que é em decorrência da monopolização das instituições locais pelas elites, pois amplia as normas e as crenças impulsionando uma maior disciplina nos sujeitos sociais. A disciplina nos espaços educacionais da Escola Profissional buscava impulsionar nos meninos, a valorização do trabalho digno e da harmonia social, entre as classes sociais, essas ideias provêm das Encíclica Papal de Leão XIII, o *Rerum Novarum* de 1891. A concepção de trabalho para a Igreja Católica origina-se da mitologia da “criação”: “Adão e Eva”, quando são expulsos do “Jardim do Éden”, passam a mensagem de Deus para os seus descendentes: “é pelo trabalho que tirarás com que alimentar-te todos os dias da vida” (Genesis 3:17)⁴⁵.

O culto ao trabalho e da harmonia social estava assentado nos valores do catolicismo, pois esse projeto propunha:

Para restabelecer a harmonia social, era essencial, desde o ponto de vista da instituição eclesiástica, promover a colaboração entre as classes, baseado no espírito cristão de justiça e caridade. Nesse quadro, caberia, aos patrões, o respeito à dignidade do operário (justo salário) e o exercício direto da caridade cristã; aos operários, o respeito ao patrão e aos seus bens, assim como o afastamento da sedição socialista, impulsora da destruição social. Por sua vez, o Estado era chamado a contribuir com o bem-estar dos trabalhadores, dentro dos limites do seu poder, protegendo a propriedade particular, impedindo as greves, protegendo os bens da alma (através da garantia do repouso festivo, por exemplo), protegendo o trabalho dos operários, das mulheres e das crianças, e contribuindo à fixação de um justo salário (PRONKO, 2002, p. 27).

A imprensa trouxe notícias sobre datas comemorativas da Escola Profissional e ocorre exaltação desses noticiários pela elite pouso alegreense. Exemplos desse fato são as menções à festa religiosa em homenagem a São José e da ação humanitária de formar trabalhadores nos ofícios manuais.

Os trechos do jornal *A Semana Religiosa* de diferentes períodos reforçam os valores dessa instituição ao longo dos anos. Observemos:

⁴⁵ http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html, acessado no dia 06 de junho de 2020.

O dia 19 do corrente, consagrado ao grande **Santo protector dos operários**, foi de grata alegria para este estabelecimento profissional de educação (Jornal A Semana Religiosa, Anno V, Pouso Alegre (Minas), 24 de março de 1921, nº 229, p. 1) (grifo nosso).

Escola Profissional

COMPLETOU no dia 19 deste o seu **25º aniversário a Escola Profissional, criada pela diocese para educar órfãos e meninos pobres.**

É uma instituição modesta, mas que **vai cumprindo a sua finalidade e fazendo bem a um bom numero de meninos pobres.**

O numero de seus alunos, **todos internos e gratuitos**, é de **40 recebendo instrução primaria e religiosa e frequentando a seção agricola e as oficinas de tipografia, carpintaria, alfaitaria, de sapateiro e estecedor** (sic).

Pelos seus **fins humanitarios e patrioticos**, a Escola Profissional mereceu a simpatia da nossa população, simpatia que pode revelar se **ao menos na encomenda de serviços ás suas oficinas** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVII, Pouso Alegre, 20 de março de 1943, nº 1326, p. 1) (grifos nossos).

A especialização da força de trabalho nas oficinas da Escola Profissional estava destinada, principalmente, para as manufaturas e para a agricultura. São proclamados como valores essenciais para a efetivação do progresso e da restauração católica, sendo o trabalho digno como pauta humanística e patriótica perante às elites pouso alegrenses – políticas e religiosas – nesse projeto e possuindo apoio da comunidade católica local.

Quando houve a visita do Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), filiado ao PRM e católico fervoroso, junto com o seu secretário de Agricultura Pinheiro Chagas, na região do Sul de Minas e na cidade de Pouso Alegre, em 1927, o jornal *A Semana Religiosa* relatou essa visita às oficinas da Escola Profissional.

Escola Profissional

A seguir penetrou o Sr. Presidente na Escola Profissional, **visitando rapidamente a officina artística, a sapataria, a typographia, a nova carpintaria em construcção, bem como a secretaria da Escola, refeitério, etc.**

Quando s. excia. appareceu no alpendre interno, **foi recebido com palmas e vivas pelos alumnos da Escola e do Gymnasio, tocando nessa occasião a banda Euterpe.**

O Diretor da Escola, Pe. Benedicto Proficio, **saudou o illustre visitante e offereceu lhe como lembrança daquelle dia e penhor de reconhecimento**, um medalhão executado na officina artistica da Escola, tendo **a effigie de s. excia. e as armas de Minas**, trabalho esse que impressionou agradavelmente o Sr. Presidente, revelando a competencia do prof. Agostinho Odisío.

O Sr. Dr. Pinheiro Chagas, illustre Secretaario da Agricultura, foi encarregado pelo Sr. Presidente de responder á saudação e o fez com palavras de animação áquella obra modesta, **mas de grande alcance social, digna, portanto, do apoio decidido dos poderes públicos** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XI, Pouso Alegre, 2 de abril de 1927, nº 532, p. 1) (grifos nossos).

Essa visita nas oficinas e na Escola Profissional simboliza as relações entre as elites eclesiásticas e a política estadual no projeto de formação da classe trabalhadora. O estado

buscava apoiar financeiramente os projetos sociais da Igreja Católica. A presença dos alunos na recepção das autoridades é uma afirmação do sentimento patriótico e de disciplina, pois as elites políticas necessitavam de apoio do clero para mobilizar as massas na defesa de valores patrióticos e morais.

Os “donativos” ou “caridade” eram usados para a manutenção da Escola Profissional, ao longo de sua trajetória em Pouso Alegre, portanto, essa ação se insere no assistencialismo.

(...) traduz um conjunto de ações que têm por objetivo assistir/auxiliar/ajudar alguém como manifestação de bondade pessoal do doador e não como direito de acesso do assistido/receptor. Caracteriza-se pela possibilidade de alguém decidir pelo acesso de outrem, os mais pobres, a um bem ou serviço que responde a uma necessidade, mas não constitui um direito social, o que gera uma relação de gratidão entre o receptor e o doador, (...) a expressão assistencialismo supõe um tipo de relação que obstrui a capacidade de exercício da autonomia, facilita a tutela e nega a cidadania. Nesse sentido, é uma prática de controle e disciplina que produz a submissão e permite a manipulação, a humilhação e a obediência (SPOSATI, 2015, p. p. 90-1).

O assistencialismo é uma estratégia de poder e tática de arrecadação de recursos das elites pouso alegrenses, para as obras sociais da Igreja Católica. Sua base de sustentação está assentada na religião e na caridade, para os “desvalidos da sorte” (pobres e órfãos). Naquele período, a imprensa local deu-se muita ênfase para as doações atribuídas à bondade e ao altruísmo das elites, entretanto, trata-se de uma “ajuda” interessada na manutenção das relações de dominação, como poderá ser observado no material de imprensa aqui analisado.

Qual é o sentido do discurso da imprensa sobre os donativos, os auxílios e quermesses? A manutenção das principais obras da Igreja Católica necessitava de um suporte financeiro da população local, portanto, essa forma de “caridade” também se insere como fonte de financiamento privada. Essa ajuda da elite política e das famílias tradicionais são destacadas pelos veículos de imprensa da época, juntamente com os recursos públicos: Municipais, Estaduais e Federais.

Essas noções são úteis para entender como o trabalho e o assistencialismo constituí fundamentos da educação destinada aos setores mais pobres da população, aos “desfavorecidos da fortuna”, como revelam iniciativas educacionais contemporâneas dos primórdios da “revolução burguesa” no país (CIAVATTA, 2009, p. 174).

Criadas com objetivo de atender os “desfavorecidos da fortuna”, essas instituições educacionais usam a caridade – assistencialismo. A Escola Profissional buscava profissionalizar as massas populares para os trabalhos manuais, seja nos ofícios industriais ou agrícolas.

O jornal *A Semana Religiosa* em 1927 apresentou as exigências da Escola Profissional para admissão novos alunos: serem pobres e órfãos, possuir uma boa saúde e idade mínima de 11 anos, pois apresentava nesse período graves problemas financeiros. A solução encontrada foi através dos “protetores”. Esses protetores eram representantes das camadas sociais mais elevadas da sociedade pouso alegreense – políticos, religiosos, comerciantes, fazendeiros e das famílias tradicionais. Ao buscar protetores a instituição explora o papel da caridade diante do projeto de formação de trabalhadores. Observemos:

Escola Profissional

Condições para a aceitação dos alunos

No dia 1º de Março reabrese a Escola Profissional, assim como o Aprendizado Agrícola anexo. **Existem 8 vagas a serem preenchidas.** Para essas vagas serão recebidos os meninos que estiverem nas seguintes condições:

1.º Ser orpham, ao menos de pae ou de mãe, ou muito pobre;

2.º Ter mais de 11 annos de idade e ter boa saude;

3.º Ter um protector que forneça roupa, chapau, calçado e outros objetos de que precisa durante a permanencia na Escola.

A Escola fornecerá aos alumnos alimentação, ensino escolar, profissional e moral, mas não póde absolutamente, por falta de meios, fornecer a roupa, etc (Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XI, Pouso Alegre, 19 de fevereiro de 1927, nº 526, p. 2) (grifos nossos).

Esses “protetores” foram responsáveis pelo financiamento privado da Escola Profissional. O clero estimulava as doações através do sentimento cristão de “ajudar o próximo” e lançava desafios de adquirir mais recursos privados ou públicos. O uso desses recursos e a propaganda na imprensa local eram essenciais para passar a importância de apoiar os projetos da Igreja Católica.

Os artigos analisados demonstraram uma variedade de doações para a instituição, essa forma de financiamento contava com os seguintes produtos: dinheiro, alimentos, materiais de construção, atendimento médico ou dentário. Muitas informações eram veiculadas principalmente no jornal *A Semana Religiosa*.

Analisaremos a seguir, dois “donativos” que refletem os recursos oferecidos a Escola Profissional. Essas notícias foram publicadas no jornal *A Semana Religiosa* em diferentes anos, as semelhanças estão no tipo de contribuição, feita em dinheiro.

DONATIVOS

O sr. dr. Antonio Moreira da Costa, residente no Rio, enviou ao Exmo. Sr. Bispo, para ser distribuida, como aprouesse a S. Excia., a quantia de 500\$000

O sr. Bispo deu a essa importancia o seguinte destino:

Para a Villa D. Nery.....100\$000

- a Associação de Caridade.....100\$000

- a Escola Domestica.....100\$000

- a Escola Profissional.....50\$000

- a Caixa de Assistencia da L.F. Acção Catholica.....50\$000

- a Conferencia Vicentina.....	50\$000
- a Assistência Bom Jesus.....	50\$000
TOTAL	500\$000

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 19 de outubro de 1935, nº 952, p. 3) (grifos nossos)

Do distinto casal Antono Rigotti - D. Luíza Rigotti, em comemoração do seu jubileu de ouro de casamento, recebeu a E. Profissional a importância de 100 cruzeiros (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVII, Pouso Alegre, 20 de fevereiro de 1943, nº 1322, p. 1).

Os donativos em dinheiro buscavam assegurar o projeto eclesiástico de formação “digna” dos meninos pobres e órfãos em suas instituições educacionais. Boa parte dos donativos enviados para a Escola Profissional, também eram enviados para outras instituições educacionais – Escola Doméstica Santa Terezinha e Orfanato Nossa Senhora de Lourdes – sobre a formação doméstica das meninas pobres e órfãs abordaremos no próximo capítulo.

Essas formas de financiamentos buscavam melhorar fisicamente – novas ferramentas e matérias primas – as oficinas manuais e aumentar a produção de produtos manufaturados pelos alunos aprendizes. Esses recursos eram obtidos através das elites políticas, econômicas, religiosas e da sociedade local.

A Escola Profissional desta cidade, devido aos **trabalhos de construção do novo edifício**, só reabrirá suas aulas depois da Semana Santa, em dia que será previamente marcado. **Não ha logares para novos alumnos** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXII, Pouso Alegre, 19 de março de 1938, nº 1074, p. 4) (grifos nossos).

Os **Irmãos Guersoni ofereceram à Escola Profissional o presente de 10.000 tijolos**, para a construção de um muro na referida Escola. Aos doadores, o agradecimento da Diretoria da Escola Profissional (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 21 de agosto de 1943, nº 1347, p. 4) (grifo nosso).

A construção do novo prédio favorecia a expansão da oferta de vagas para os alunos pobres e órfãos, esse aumento corresponde ao projeto de expansão da força de trabalho qualificada, para os fins industriais e agrícolas da época. Também observamos outras formas de angariar fundos, através de quermesses, bingos e festas religiosas realizadas pela Diocese de Pouso Alegre. As elites pouso alegrenses por meios das “doações” aceitavam a missão de favorecer a educação das classes populares nos ofícios manuais.

O jornal *A Semana Religiosa* noticiou a preocupação das elites eclesiásticas com os cortes de verbas do Governo Federal para a instituição. O encerramento do ano letivo de 1943, trouxe apreensão sobre o futuro da Escola Profissional para o ano seguinte (1944), os motivos estavam relacionados ao corte de verbas de Getúlio Vargas para a instituição. A crise econômica e os gastos públicos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) são uns dos

motivos que podem explicar o corte de investimentos. Esse corte representou uma diminuição de vagas aos alunos pobres e órfãos, afetando a disponibilização de recursos para a formação de trabalhadores para as manufaturas e para a agricultura local.

Escola Profissional

No dia de hoje à Escola Profissional Delfim Moreira encerra modestamente os seus trabalhos do ano, com a celebração de uma missa pelo Exmo. Sr. Bispo Diocesano, na capela do Estabelecimento e um **festival íntimo**, à tarde, **executado pelos alunos**. Apesar das dificuldades especiais do momento, **a Escola Profissional vai preenchendo galhardamente a sua missão, dirigida com carinho pelo Revmo. Padre Francisco Stella**. São presentemente 38 os seus alunos, todos internos e gratuitos.

Tendo **o Governo Federal cortado um terço da subvenção do ano próximo, o número dos alunos terá infelizmente que ser diminuído. Por esse motivo nenhum candidato novo será recebido em 1944** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 20 de novembro de 1943, n° 1360, p. 2) (grifos nossos).

Os recursos financeiros do estado destinados para a manutenção das obras sociais da Igreja Católica estavam estabelecidos, entre as elites religiosas e políticas pouso alegrenses e regionais com os representantes estatais, desde a sua fundação (1917). A recusa de estender os recursos por parte do estado provocou intrigas e críticas, por parte da elite eclesiástica, que comandava a Escola Profissional às ações de Vargas.

O exemplo desse mecanismo de financiamento público e privado é as visitas das autoridades políticas de outros lugares: Cambuí e Córrego, além da visita do prefeito da cidade de “Gymirim”⁴⁶ à Pouso Alegre que ofereceram donativos em dinheiro para a Escola Profissional, esse dinheiro supriria as necessidades materiais, como a manutenção dos alunos nos alojamentos, a formação religiosa e profissional no estabelecimento educacional.

Donativo para a Escola Profissional

Em dias da semana passada tivemos o prazer de receber a visita do **sr. José Bartholomeu de Oliveira, muito digno prefeito de Gymirim**. Sua Excia, como de costume, deixou **um donativo em dinheiro para a Escola Profissional**, o que muito de coração lhe agradecemos (Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 18 de abril de 1936, n° 977, p. 2) (grifos nossos).

DONATIVOS

O exmo. sr. Bispo Diocesano recebeu, na recente visita pastoral, os seguintes **donativos espontaneos**;

Para a Catedral:

Cel. David Bueno (Cambuí) Cr. \$50,00, José Lopes (Cambuí) Cr. \$ 50,00.

Para a **Escola Profissional**:

Manoel Finamor (Corrego) Cr. \$100,00, Sebastião Faustino Salles Cr. \$20,00, Sebastião Salles Filho (Corrego) Cr. \$20,00 (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVII, Pouso Alegre, 15 de maio de 1943, n° 1333, p. 3) (grifos nossos).

⁴⁶ Atualmente é a cidade de Poço Fundo, localizada na região do Sul de Minas Gerais.

O corte de verbas de 10 mil cruzeiros do Governo Federal, ainda repercutia na imprensa pouso alegre, tanto que o jornal *A Semana Religiosa* em 1944 publica a notícia do recebimento de uma “doação” no valor correspondente à 10 mil cruzeiros. Segundo os redatores essa ação é justificada pela “providência divina” e os religiosos exaltam essa ação como essencial, na manutenção das obras sociais das instituições educacionais e da Escola Profissional. A preocupação de manter as atividades funcionais estava sob os interesses das elites eclesiásticas, econômicas e políticas pouso alegrensenses que ansiavam, primeiramente, pelo progresso econômico e, em seguida, da restauração católica da sociedade local.

GENEROSO DONATIVO

UM grande amigo do nosso Prelado e da nossa diocese, residente no Estado de S. Paulo, **acaba de enviar um cheque de 10 mil cruzeiros para as obras diocesanas de Pouso Alegre**. O exmo. sr. Bispo destinou esse importante donativo à Escola Profissional Delfim Moreira, a qual, tendo **sofrido a redução exatamente de 10 mil cruzeiros no auxílio que costumava receber do Governo Federal**, iria lutar com dificuldades, especiais no corrente ano.

Essa generosa e delicada oferta, inteiramente espontânea, foi certamente inspirada pela **Providência Divina, que nunca desampara os institutos de caridade**.

Não podendo revelar o nome do venerando doador, pedimos para ele as melhores bênçãos de Deus e para seus **empreendimentos o maior sucesso e prosperidade** (Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 8 de janeiro de 1944, nº 1365, p. 1) (grifos nossos).

Rangel (2013) afirma que essa forma de assistência financiou muitas instituições religiosas ao longo das décadas, seja por meio de esmolas, doações, testamentos ou por caráter devocional em sua prática. A relevância da imprensa local de noticiar tinha objetivo claro, de conscientizar essas práticas de “financiamentos” privados pela sociedade pouso alegre. As relações de poderes – Estado e Igreja Católica – estavam assentadas na formação de trabalhadores e em troca de uma educação pautada nos valores morais da religião cristã.

O jornal *A Semana Religiosa* na década de 1940 trouxe as notícias sob as mudanças na direção da Escola Profissional. A Diocese sob o comando de D. Octávio Chagas de Miranda controlava financeiramente a escola e também a parte administrativa, nomeando seus diretores, “Dom Otávio nunca permitiu que a escola passasse para o controle do poder público, percebendo-se também entre seus diretores a predominância de religiosos” (ESPÍNDOLA, 2016, p. 310).

Foram nomeados para gerir a Escola Profissional os seguintes dos nomes clericais: João Carvalho⁴⁷ (1940) e João do Rêgo Cavalcanti (1944) e essa ação administrativa, por parte do

⁴⁷ Acreditamos que o nome no jornal esteja errado, pois nesse período de 1939 a 1941, assumem a direção da Escola Profissional Delfim Moreira dois representantes clericais: Cônego Luiz Gonzaga Ribeiro (1939-1940); Padre Afonso de Carvalho (1941). (ESPÍNDOLA, 2016, p. 310).

alto clero, em colocar homens de confiança na gestão da escola reforça um jogo de cintura por parte do Bispo Diocesano, mesmo com todas as pressões políticas para possibilitar uma indicação de membro da elite política.

Escola Profissional Delfim Moreira

Reabriram-se as aulas da E. Profissional Delfim Moreira, **com 40 alunos internos, todos gratuitos.**

Foi nomeado Diretor da Escola o Redmo. Pe. João Carvalho.

Funcionam na **Escola um curso primário, dirigido pela normalista Srta. Filomena Gouvêa, uma seção de agricultura e oficinas de tipografia, sapataria, alfaiataria, escultura e marcenaria**, esta ultima com novas instalações e sob a direção do sr. João Honorato Filho (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXIV, Pouso Alegre, 24 de fevereiro de 1940, nº 1172, p. 1) (grifos nossos).

Escola Profissional Delfim Moreira

Parte do confortavel prédio, onde funciona a Escola Profissional Delfim Moreira, que **administra instrução completamente gratuita a meninos pobres.**

A Escola Profissional, que está sob a **Direção do Revmo. Pe. João Cavalcanti**, mantém as seguintes oficinas: **tipografia, sapataria, alfaiataria, ferraria (ainda não inaugurada), oficina artistica e marcenaria, além do curso agrícola** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 15 de janeiro de 1944, nº 1366, p. 6) (grifos nossos).

É na gestão desses diretores que ocorrem a ampliação dos espaços da Escola Profissional e a criação de novas oficinas na grade curricular. A formação de 40 alunos nos ofícios manuais, na formação profissional, através de suas oficinas, possuindo o ensino primário de primeiras letras aos meninos pobres e órfãos dirigida pela professora Filomena Gouvêa.

Figura 7 - Os nomes dos diretores da Escola Profissional (1917-1947)

1	—	MONS. JOÃO BATISTA RIGOTTI	. . .	1917	—	1927
2	—	SR. JOSÉ MOREIRA DE ALMEIDA	. . .	1928		
3	—	PE. JOSÉ ORIOLO	1929	—	1930
4	—	MONS. OTAVIANO LAMANÉRES				
		Diretor Jurídico				
5	—	DR. GERALDO CLEMENTE DE ANDRADE				
		Diretor Executivo	1931	—	1938
6	—	CÔN. LUIZ GONZAGA RIBEIRO	1939	—	1940
7	—	PE. AFONSO DE CARVALHO	1941		
8	—	PE. JOÃO DO RÊGO CAVALCANTI	1942		
9	—	PE. FRANCISCO STELLA	1943		
10	—	DR. JOÃO CHAGAS	1944	—	1947

Fonte: Revista 50 anos da fundação da Escola Profissional Delfim Moreira (1917-1967), p. 17.

A influência da Igreja Católica sob os meninos na Escola Profissional, também refletia no caráter “obrigatório” de catequizar. A catequização visa “educar” as crianças, a partir dos moldes do cristianismo e aumentar a influência católica nos costumes da sociedade local, portanto, esse “princípio de que resistir à autoridade é resistir a Deus, e o que todo poder vem

de Deus, se tornam as bases da argumentação católica no período, (...) Igreja Católica se apresentou como a escola da ordem” (NAGLE, 2009, p. 79).

O jornal *A Semana Religiosa* demonstrou a presença da catequização e da festividade religiosa nos espaços educacionais. Quando ocorreu a cerimônia da Primeira Comunhão e a festividade em comemoração ao dia de São Pedro para os meninos pobres e órfãos.

Realizou-se no dia 16 deste a cerimonia da **1ª comunhão dos alunos da Escola Profissional**, Horacio Aleixo, Humberto Cavalcanti de Albuquerque, João Maria dos Santos e Francisco Domingues da Silva – Houve **uma festinha íntima** que deu realce á cerimonia (Jornal Semana Religiosa, Anno VIII, Pouso Alegre (Minas), 9 de agosto de 1924, nº 397, p. 1) (grifos nossos).

O dia 29 de Junho, dia do grande Apóstolo São Pedro, será o dia de Jesús Sacramento, na Escola Profissional. **Mestres e alunos, unidos em um só sentimento de gratidão, irão prestar suas homenagens ao Deus do Amor.**

Para maior **fruto espiritual** haverá um triduo de preparação, para o qual estão **convidados os mestres e seus auxiliares**. Todos a Jesús sacramentado! (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVII, Pouso Alegre, 26 de junho de 1943, nº 1339, p. 2) (grifos nossos).

O simbólico cristão está presente nos espaços institucionais, a homenagem ao “Deus do amor” e uma festinha de celebração de Primeira Comunhão reforça a presença da Igreja Católica, na região do Sul de Minas. Se o projeto eclesial estava na restauração do catolicismo na sociedade brasileira é fato que a Igreja buscava usar todos os recursos disponíveis na educação religiosa para os meninos da Escola Profissional.

A imprensa local trouxe a educação literária como propaganda do papel da formação humanística e cristã oferecida aos meninos pobres e órfãos, além de expressar a importância da educação como redentora de princípios dignos. Comover as elites locais – políticos, religiosos, comerciantes, fazendeiros e as famílias tradicionais –, sob a importância de financiar as obras da Igreja Católica é definido como sentimento cristão e tática para arrecadar recursos financeiros de órgãos públicos e de fontes privadas. A mendicância e a vadiagem eram vistas como problemas “graves” para o desenvolvimento nacional e regional, mas que somente a educação profissional resolveria essa questão.

O Antoninho

Quem não o conheceu há meses nas ruas de Pouso Alegre, principalmente na Avenida? Gordinho de fisionomia sempre alegre, meio sardo, de roupas rasgadas e cheia de nódoas, andava o **Antoninho perambulando pelas ruas e Avenida**.

Ninguém escapava de **ser assaltado “pacificamente” pelo menino que a todos dirigia o pedido tão habitual, quasi mecanico**: “Me dá um duzentão”. Era um tormento para os transeuntes, embora em ponto pequeno. Tinha, porem, uma virtude: muito resignado com a sorte. Se lhe davam o dinheiro, ficava alegre. Se não lhe davam, saia tambem com a mesma fisionomia de criança ingenua. E “assaltava” novamente o primeiro transeunte que aparecia...

(--), E assim **o Antoninho ia vivendo na vadiagem**, “que é a pior das escolas, e convivendo com companheiros que não se recomendavam pelo bom exemplo. Um dia, **uma caridosa senhorita de nossa sociedade, aproveitando o oferecimento feito pelo Exmo. Sr. Bispo, de vários logares gratuitos na Escola Profissional Delfim Moreira, arrancou o pobresinho do abandono em que se achava**. Retirou o da rua e das más companhias e, com mãos benfazejas, entregou-o ao Padre Diretor, alma boa e caridosa, que recebeu o Antoninho na Escola.

Há poucos dias vi o pequerrucho, engraçadinho no seu uniforme escolar, como puxa-fila da Escola. Muitos de seus companheiros, que ainda estão na rua, ao léo, ficaram com água na boca, ao verem-no tão mímoso e arranjadinho. Ante-ontem ainda vi o petiz, **atento em realizar um trabalho de que o mestre de oficina o encarregou**. Outras vezes eu o vejo de vassourinha na mão, fazendo a limpeza dos corredores, ou estando gravetos para a cosinheira.

Antoninho ontem dormia ás portas das casas, ou deitado na carrocinha do Nicoláu; hoje, **tem sua caminha num amplo e arejado dormitório da Escola**. Ontem, falava nomes inconvenientes e brigava; hoje reza na capelinha e é muito obediente. Ontem vagava pelas ruas sem destino. Hoje frequenta a aula e anda limpinho, recebe últimos conselhos e será um bom cidadão brasileiro, se Deus quizer. **Encontrou na Escola Profissional a casa que nunca teve, à educação religiosa que o levará para o bom caminho**.

Antoninho hoje é muito feliz. **Florzinha humana, arrancada do pantanal da ociosidade e da rua, vai florescer no canteiro abençoado de uma Escola**, ao influxo da graça divina d’Aquele que disse um dia: “Deixai que as criancinhas venham a mim; delas é o reino dos céus...” L (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 4 de setembro de 1943, nº 1349, p. 2) (grifos nossos).

O Antoninho é novo homem, pois a retirada das crianças da rua é “complementada pelo inculcamento em seus corpos e mentes de novo hábitos e costumes voltados para a disciplina do trabalho, ou seja, passariam por um processo de disciplinarização” (QUELUZ, 2000, p. 80). O papel das oficinas manuais nesse processo é essencial perante ao discurso das elites, primeiramente a inserção das crianças na esfera produtiva local e com o aprendizado de um “ofício artesanal ou manufactureiro era entendido (...) nas primeiras décadas da República como um meio de corrigir as condutas desviadas, orientando-as para o destino “natural” das crianças pobres – o trabalho” (CUNHA, 2005, p. 47).

A disciplina também estava no oferecimento de prêmios aos alunos da Escola Profissional, essas ações são formas de impulsionar nos jovens, os valores do trabalho, a dedicação, atenção na aprendizagem, a obediência e o respeito sob a hierarquia. O jornal *A Semana Religiosa* está mais concentrado nos pilares da “religião e do trabalho”. O encerramento do ano letivo e as entregas de prêmios aos alunos da Escola Profissional transformou-se em algo comum na instituição.

A formação humanista e disciplinar em relação ao trabalho fez as oficinas possuírem um modelo de especialização manufactureira e agrícola, “a educação técnica como fonte da redenção moral e social das classes desfavorecidas” (QUELUZ, 2000, p. 90). A premiação concedida para o aluno formando da oficina de tipografia reforça o papel dado pela imprensa pouso alegreense, com a especialização dos meninos na disciplina, fazendo jus ao objetivo de

formar trabalhadores “patrióticos” para a causa da nação e do progresso e “humanitários”, verdadeiros soldados de cristo.

Escola Profissional

No dia 20 do corrente foi encerrado o ano letivo na Escola Profissional, que **tanto benefício vem fazendo, amparando os meninos pobres desta e de outras cidades vizinhas**. Às 7 horas, na Capela da referida Escola, S. Excia. Revmo. D. Otavio Chagas de Miranda celebrou a Santa Missa que recitada pelos alunos, participando da mesma, com a Santa Comunhão.

Terminado que foi o Santo Sacrifício, D. Otavio dirigiu **aos assistentes a sua palavra, sempre tão sincera e amiga, agradecendo aos mestres e auxiliares sua cooperação durante o ano e, dando os seus últimos conselhos aos alunos, falou-lhes, com entusiasmo, sobre a alegria que sentia ao entregar a Fita Azul aos primeiros Marianos**. Com 25 congregados, ficou fundada, assim, na E. Profissional, a Congregação Mariana, tendo por protetora especial N.S. Auxiliadora, e por protetores secundarios, S. Jose e S. João Bosco.

No refeitório, foi servido o café a D. Otávio, mestres e alunos. Às 19 horas, numa das salas de aula da Escola, os alunos ofereceram a S. Excia., um pequeno festival, teste [ilegível] assim seu reconhecimento pelo muito que devem ao grande benfeitor e a sua grande e imorredoura gratidão.

O festival foi simples na sua [ilegível], mas elevado para quem acompanha de perto o desenvolvimento dessas crianças que, muitas vezes retiradas da rua, avançam a passos **largos no caminho que os faz, perfeitos cristãos e cidadãos honrados**. Ao aluno José Pedro da Silva foram **entregues o diploma de tipografia e o premio “João Basílio” (Cr \$100,00) em virtude de seu aproveitamento e bom comportamento nesta Escola**.

Foi feito a leitura dos nomes dos alunos promovidos no curso primario com distribuição de **pequenos premios aqueles que se distinguiram**. D. Otavio ao encerrar, deixou transparecer uma justa satisfação pelo bom aproveitamento dos [ilegível] e externos os seus sentimentos a todos que para isto concorreram. Merecem **referencias especiais o diretor Pe. Francisco Stella, que deu o maximo de seu esforço para o engrandecimento desta Escola, e o Prefeito Dante Chiarini, que, desde o inicio do desempenho de seu cargo, se tem mostrado zeloso e muito dedicado**. Referencias merecem também as **exmas. professoras D. Clarice Toledo e D. Margarida Gouvês**, que muito tem realizado em favor da instrução dos alunos. **A Escola Profissional é uma grande realidade que merece ser contemplada pelos bondosos olhos daqueles que reconhecem ser a Caridade a maior e a mais bela das virtudes** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 27 de novembro de 1943, n° 1361, p. p. 1 e 4) (grifos nossos).

A presença do Prefeito Municipal de Pouso Alegre, o Dante Chiarini, representante do PP, sendo exemplo das relações de poder, entre a Igreja Católica e o Estado, diante da organização e manutenção da Escola Profissional. A caridade continua sendo exaltada como sinônimo de obrigação por parte da comunidade católica e ajudando a instituição a manter as suas atividades educacionais. Cunha (2005) afirma que o ensino profissional tinha uma concepção preventiva e corretiva sob as classes populares. Porém essa formação estava atrelada no desenvolvimento industrial, entre o nível nacional e regional, ou seja, tinha a necessidade de formar uma força de trabalho especializada e técnica.

O crescimento de manufaturas na região possibilitou a germinação de uma sociedade industrial. Educar as crianças que ocupam um papel central nas famílias (QUELUZ, 2000) é

possibilitar a disciplinarização e as oficinas são instrumentos dessa vanguarda disciplinadora. Escola Profissional buscou propagar as “vantagens” e os “benefícios” de adquirirem os produtos manufaturados pelos aprendizes da escola. O jornal *A Semana Religiosa* noticiou a seguinte informação sob as oficinas ofertadas no ano de 1927, também trazia um apelo econômico para a sociedade pouso alegreense.

Seções da Escola

Funcionário em 1927 as secções de typographia, sapataria, escultura, carpintaria e agricultura.

Os serviços devem ser contratados com os chefes desses serviços e a elles deve ser feito o **respectivo pagamento**. Esses mesmos chefes das diversas secções farão **a aquisição das materias para as oficinas, sob sua responsabilidade** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XI, Pouso Alegre, 19 de fevereiro de 1927, nº 526, p. 2) (grifos nossos).

A crise afetou o suprimento de recursos financeiros, a Escola Profissional comercializou as mercadorias como formas de arrecadar fundos para garantir a sua organização e manutenção. Também buscava ensinar aos alunos o ritmo da produção manufatureira e promover a qualificação de trabalhadores em seus ofícios manuais.

Figura 8 - Fachada da Oficina Artística da Escola Profissional (1919).⁴⁸



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

A oficina Artística da Escola Profissional formou trabalhadores especializados na construção de peças artísticas como bustos, estátuas, pinturas e decorações de entidades políticas e religiosas e de imagens de santos católicos. A aprendizagem desse novo ofício e as práticas de manuseio das peças artísticas eram necessários para a formação de bons

⁴⁸ Fotografia doada por Dr. José Rios – Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

trabalhadores. As oficinas de forma geral estavam inseridas no campo econômico, tais como a produção de mercadorias para cobrir as despesas locais através das vendas para a população local e do “fornecimento” de mão de obra para as manufaturas instaladas na região.

Marson (2017) afirma que cidades como Itajubá, Pouso Alegre, Varginha, Passos e Santa Rita do Sapucaí tiveram um crescimento industrial e suas produções estavam inseridas no atendimento do mercado local e regional. Os anúncios são exemplos de propaganda dos produtos manufaturados pelos alunos dessas oficinas e são formas de financiamento institucional. A seguir, um anúncio da Oficina Artística, no jornal *A Semana Religiosa*, de 1927.

Figura 9 - Anúncio da Oficina Artística da Escola Profissional Delfim Moreira (1927).

OFFINAS DA ESCOLA PROFISSIONAL
POUSO ALEGRE—Minas • Estrada de Ferro Rêde Sul-Mineira

Officina Artística
 Esculptura—Construcções—Marmoraria—Pintura—Fundição de Bronze

Monumentos, Bustos, Estatuas, Imagens Religiosas em qualquer tamanho, granito e pedras artificiaes.

Pinturas e Decorações completas de Igrejas e Predios. Quadros sacros muraes e em téla, Encarnação e Douração.

Serviço em marmores: Estatuas, Tumulos, Altares e qualquer trabalho do genero.

Decorações em cimento armado, Ornatos, Gesso, Balaustros, Vasos, etc., etc.

Fundição artistica em bronze: Estatuas, Bustos retratos, Hermas, e quaesquer ornamentos em bronze.

Fornece a pedido plantas para qualquer obra, attendendo a chamados para qualquer localidade.

Trabalhos a capricho de todos. Preços sem competencia, de real vantagem e maxima seriedade.

DIRECTOR ARTISTICO
PROF. AGOSTINHO ODISIO
 ESCULTOR

Com aprovação da Autoridade Diocesana do Bispado de Pouso Alegre.

NOTA.— *Além da Matriz de Santa Rita do Sapucahy, que foi inteiramente reformada e artisticamente decorada, ha muitos outros trabalhos executados em varias Dioceses: altares, estatuas, bustos, tumulos, etc.*

Fonte: Jornal A Semana Religiosa, Anno XI, Pouso Alegre, 22 de janeiro de 1927, nº 252, p. 4.

Ao depararmos com essa propaganda existe uma relação hierárquica em construção na Escola Profissional, pois os produtos necessitavam de aprovações das autoridades diocesanas. A presença de alunos na Oficina Artística tinha objetivo de educar moralmente e valorizar a

concepção de trabalho no catolicismo. O comportamento e a obediência certamente eram recompensados por prêmios, fazendo criar “uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores” (MARX, 2013, p. 434).

As mercadorias comercializadas buscavam atender um público variado, como as associações, instituições religiosas e também um público particular (ESPÍNDOLA, 2016). As elites políticas, eclesiásticas, econômicas e as famílias tradicionais buscavam financiar essas oficinas, por meio das encomendas. Na fotografia a seguir observamos os aprendizes no ato no ofício artístico.

Figura 10 - Alunos na Oficina Artística da Escola Profissional Delfim Moreira, do ano de 1935.⁴⁹



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

Os aprendizes eram submetidos à disciplina e o manuseio de peças artísticas. A Oficina Artística continha prestígio segundo os editores, pois as suas mercadorias eram destacadas pela qualidade e excelência. O jornal *A Semana Religiosa* publicou a matéria sob a premiação recebida pela oficina, numa exposição de aniversário dos 50 anos da Rede Sul Mineira⁵⁰. O caráter da notícia também é uma propaganda, mas esse anúncio detalha a qualidade dos serviços prestados por essa oficina da Escola Profissional Delfim Moreira.

⁴⁹ Doado pelo Dr. José Rios datada do ano de 1935 – Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

⁵⁰ “A Rede Sul Mineira foi resultado da fusão de duas ferrovias sul-mineiras, sendo elas: Estrada de Ferro Minas e Rio e Viação Férrea Sapucaí, ocorrida em 1910, sendo incorporada à RMV em 1931. A partir de 1922, a RSM passou à administração do Estado de Minas Gerais e administrou as ferrovias estaduais Estrada de Ferro Trespontana, Estrada de Ferro Machadense e Estrada de Ferro São Gonçalo que foram incorporadas ao patrimônio da União em 1938, no período RMV” ver: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/ef/rede-sul-mineira>, acessado no dia 17 de junho de 2020.

A relevância de divulgar a produção de plantas e também do orçamento dessa oficina é uma lógica mercadológica que estimulava novas encomendas. A produção é ampla e busca atender possíveis interessados, sejam associações, instituições religiosas ou educacionais e público particular, essa ação de propaganda estimula uma visão positiva acerca da formação de trabalhadores da Escola Profissional para a sociedade local.

OFFICINA ARTISTICA DA Escola Profissional “Delfim Moreira”

Honrada com Diploma e grande premio na exposição, do 50º anniversario da Rede S. Mineira.

Sob a direcção do conhecido artista senhor José Gaudino

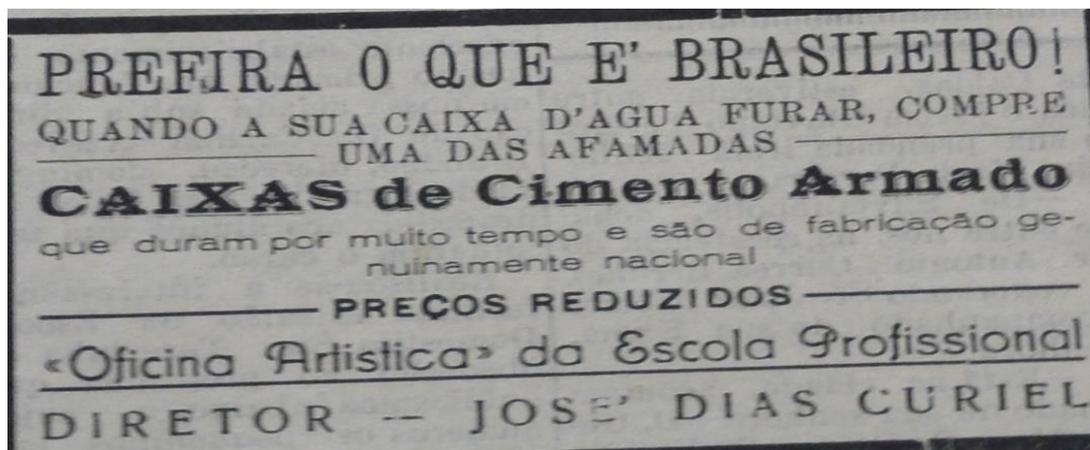
Nesta modelar officina executam-se ornamentações e esculturas em geral; assim como, **altares, tumulos e demais obras em granito artificial, apparamentos de igrejas e confecção de imagens, Obras e pintura sacra, Ornamentações de Jardins e revestimento de fachadas.** Especialidade em caixas portateis de cimento armado de 100 a 1000 litros. **Atendem-se chamados de quaisquer Parochia de nossa diocese e de outras circumvisinhas.**

Fornecemos ezoquis [sic], plantas orçamentos de quaesquer obras a quem nos dirigir.

GARANTIMOS a Perfeição de nossos trabalhos (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVIII, Pouso Alegre, 20 de julho de 1935, nº 939, p. 3) (grifos nossos).

Em relação a importância das encomendas de mercadorias das oficinas, um anúncio chamou muita atenção, pois se trata do jornal *A Razão* e usa o “patriotismo” como propaganda dos serviços prestados pela Oficina Artística da Escola Profissional.

Figura 11 - Anúncio da Oficina Artística da Escola Profissional (1937).



Fonte: Jornal A Razão, Pouso Alegre, Ano II, 18 de março de 1937, nº 48, p. 3.

O patriotismo é destacado no anúncio e enfatiza o papel da Escola Profissional para o progresso nacional e regional. Esse jornal possuía uma relação próxima com o Bispo D. Octávio Chagas de Miranda, buscando apoiar os projetos sociais da Igreja Católica na sociedade pouso alegre. O nacionalismo terá uma força considerável no processo de desenvolvimento da industrialização e da modernização na sociedade brasileira.

A Oficina de Tipografia demonstra ter um destaque fundamental na imprensa pouso alegre e foi responsável pela impressão do jornal *A Semana Religiosa* (1917), “passou a ser impressa em oficinas próprias” (Jornal Gazeta de Pouso Alegre, Anno II, 30 de setembro de 1917, nº 17, p. 1). Também temos nesse período, a impressão do jornal *O Trabalho*, periódico oficial da Escola Profissional Delfim Moreira. Contudo essa oficina também se destacou na produção de outras mercadorias impressas, como envelopes, cadernos e demais produtos.

O jornal *A Semana Religiosa* buscou enaltecer os avanços proporcionados pelas oficinas, tais como a formação de trabalhadores e principalmente na contratação de um novo professor para a direção da Oficina de Tipografia, sendo um ex-aluno da instituição.

Ao chamar à atenção do papel da Escola Profissional na formação de trabalhadores para exercerem as atividades do ofício, além de ressaltar sob o valor do trabalho digno para o “homem patriótico e cristão”. A contratação de José Carlos de Miranda, como professor, foi uma iniciativa do Bispo Diocesano e essa ação foi vista pela imprensa com bastante euforia, pois se tratava de uma nova reorganização da oficina de tipografia.

Escola Profissional Delfim Moreira

Com real vantagem para este **instituto de artes e officios**, o nosso Prelado caba de **contractar a direcção das officinas graphicas desta folha com o sr. José Carlos de Miranda**, habil e intelligente artista graphico educado no mesmo estabelecimento, o qual, depois de varios annos de ausencia, **vem prestar o seu concurso no desenvolvimento da Typographia da Escola**, para que conta com o apoio dos amigos e protectores da casa.

Motivo de satisfação é a noticia que ora publicamos, porquanto ella demonstra que os esforços do nosso Bispo não foram em vão e começam a surgir o primeiro fructos do trabalho da formação profissional no sul de Minas. Trata se do **1º alumno da Escola Profissional que pelas suas qualidades conquistou o posto de chefe e administrador das proprias officinas onde aprendeu a arte.**

Damos parabens ao Exmo. Sr. Bispo pelo contracto realisado com o **sr. José Carlos de Miranda**, a quem desde 15 de Janeiro está affecto a direcção destas officinas e com quem se entenderão d’ora em diante todos os interessados relativamente à materia paga da “Semana Religiosa” e a impressos (Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XI, Pouso Alegre, 5 de janeiro de 1927, nº 524, p. 2) (grifos nossos).

A valorização do trabalho digno, a partir dos valores morais cristãos são louvados pelas elites políticas e religiosas, pois trata-se da formação de trabalhadores obedientes, disciplinados e qualificados. Os trabalhos dos alunos na Oficina de Tipografia eram baseados na produção e na aprendizagem de manusear os impressos. Repare que nas mesas onde estão localizados os alunos há vários exemplares de impressos que estavam sendo trabalhados por esses aprendizes.

A dinâmica social da oficina estava concentrada no atendimento das demandas locais e regionais, comercializando as mercadorias como envelopes, cadernos e materiais eclesiásticos que necessitavam ser aprovados pela Diocese.

Figura 12 - Alunos na Oficina de Tipografia da Escola Profissional Delfim Moreira (década de 1930).⁵¹



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

Figura 13 - Jovens e crianças na Oficina de Tipografia (1934).⁵²



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

⁵¹ Doado por André Callegari, década de 1930.

⁵² Doado pelo Dr. José Rios.

A presença de máquinas e de peças buscavam adequar os aprendizes nos avanços modernos da maquinaria e também ensiná-los a manusear e produzir as mercadorias de qualidade. A formação profissional dos meninos valorizava a competência e a habilidade no trabalho manual, além da representação hierárquica dos mestres, essas relações entre mestre-aprendiz evidenciava a disciplina no interior das oficinas.

O jornal *A Semana Religiosa* na década de 1940 trouxe um anúncio dos produtos comercializados em enormes quantidades e atendendo públicos variados, como prefeituras, farmácias, comércios e festividades. As encomendas tipográficas possuíam a responsabilidade do chefe da oficina que em conjunto com a Cúria Diocesana avaliava os produtos manufaturados e dava o aval. A formação do tipógrafo era vista com bons olhos pelas elites pouso alegrenses, pois esses trabalhadores eram responsáveis pela impressão das notícias através de jornais e da produção de produtos necessários.

Figura 14 - Anúncio da Tipografia na E. Profissional (1940).

TIPOGRAFIA DA E. PROFISSIONAL

Pouso Alegre
Rua Mons. José Paulino
Est. de Minas

Para tabeliões, Escrivães, Coletores, para prefeituras, como grandes mapas, talões de impostos, folhas de pagamento, etc. rotulos, receituários para farmacias, blocos e envelopes comerciais feitos a uma ou mais cores (ótima impressão), confecção convites, participações, folhetos, revistas, etc.

GRANDES PROGRAMAS para festas religiosas com cliché próprios e confecção artística. Impressos paróquias em geral. Enfim, toda especie de impressos por maiores que sejam são feitos nas grandes maquinas que nesta zona só possuem as oficinas graficas da

ESCOLA PROFISSIONAL
OTIMA SECCÃO DE ENCADERNAÇÕES

Fonte: Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XXIV, Pouso Alegre, 24 de fevereiro de 1940, nº 1172, p. 3.

Em Pouso Alegre a circulação de jornais nas primeiras décadas do século XX pode ter sido fundamental para a consolidação da Oficina, pois nelas eram impressos os principais jornais do período, *A Gazeta de Pouso Alegre*, *A Semana Religiosa* e *O Trabalho*. Essas relações de produção de jornais eram responsáveis pela circulação de notícias que favoreciam os projetos sociais da Igreja Católica.

Outra oficina importante no quadro curricular da Escola Profissional é a Carpintaria e Marcenaria como veremos na fotografia a seguir.

Figura 15 - Alunos presentes na oficina de Carpintaria e Marcenaria da Escola Profissional.⁵³



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

A função dessa oficina estava na formação de trabalhadores habilitados como marceneiros e/ou carpinteiros, essas qualidades técnicas favoreciam os aprendizes na construção de móveis domésticos, armários, guarda roupas, além de armações de casas e demais produtos derivados da utilização da madeira. Em outro anúncio no jornal *A Semana Religiosa*: “**Vende-se**/Um artístico Altar de madeira caprichosamente entalhado, por preço de ocasião. Informações na Escola Profissional” (Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XVII, Pouso Alegre, 2 de outubro de 1943, nº 1353, p. 4).

Essa formação estava assentada nas exigências da sociedade local, pois além de ensinar as práticas de produção de móveis e demais produtos à base de madeira, esses aprendizes possuíam expectativas de emprego em Pouso Alegre, assim como outros alunos formados em outros ofícios. Na cidade existiam as seguintes manufaturas: Antonio Rigoti & Filhos, Izidoro Tiburcio & Filhos, Alfredo Maracanchini e Antônio Bigole & Filhos, no ano de 1937 (MARSON, 2017).

⁵³ Doador por Dr. José Rios, sem data.

Figura 16 - Anúncio da Oficina de Marcenaria e Carpintaria da E. Profissional (1935).



Fonte: Jornal A Semana Religiosa, Anno XVIII, Pouso Alegre, 7 de setembro de 1935, nº 946, p. 4.

A divulgação dos produtos manufaturados pelos aprendizes valorizava os trabalhos dos alunos e garantia recursos necessários para a manutenção das atividades da oficina, essa qualificação também atingiu níveis da maquinaria, como os equipamentos movidos à eletricidade.

Quanto ao tipo de ensino ofertado na Oficina Agrícola da Escola Profissional Nagle (2009) afirma que esse modelo de educação não difere do ensino técnico-profissional, pois se tratava de aproveitar a expansão técnica e especializar trabalhadores nessa categoria. Aos meninos eram atribuídas as funções de "trabalhos manuais com diferentes tipos de materiais, operação de aparelhos tecnológicos e agricultura" (GARNER, 2013, p. 95) e com isso ocorre a divisão social do trabalho nas oficinas da Escola Profissional.

Para a formação de trabalhadores para a agricultura temos somente a oficina Agrícola. Essa formação de trabalhadores para o campo é retratada na próxima fotografia. Onde os aprendizes estavam segurando o símbolo da agricultura, a enxada, que personifica a essência do valor do trabalho para o homem rural.

A preocupação com os gestos, posturas e vestimentas leva a crer que aquele fosse um momento simbólico, o que também leva a intuir que havia certa intenção da instituição em fortalecer seu caráter institucional por meio da construção de uma imagem que arrolava educação, disciplina e trabalho (ESPÍNDOLA, 2016, p. 304).

Figura 17 - Alunos na Oficina Agrícola da Escola Profissional Delfim Moreira, em 1934.⁵⁴



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

Ao ensinar o manejo e as técnicas de produção agrícola aos meninos, essa oficina prestou serviços no cultivo de alimentos como hortaliças, legumes e tubérculos, sendo destinadas para as demandas locais e regionais. Essa demanda aparece no jornal *A Semana Religiosa*: “Verduras procurem na horta da Escola Profissional Delfim Moreira Pouso Alegre MINAS” (Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XXII, Pouso Alegre, 26 de março de 1938, nº 1075, p. 3). O trabalho agrícola precisava ser ensinado aos aprendizes e apresentava características mais acentuadas de produção agrícola como fumo, queijo, café, aguardente, cera bruta, velas, como também a criação de gado, galinhas, cavalos e porcos⁵⁵.

A década de 1930 apresentou também um crescimento expressivo da malha industrial pouso alegre (MARSON, 2017), em contrapartida ocorre a experiência da colônia agrícola Francisco Sales, acentuando a produção de alimentos na economia local.

A presença de meninos negros na fotografia anterior relata uma questão importante e deve ser ressaltada, a interseccionalidade entre os conceitos de raça, gênero e classe social nas oficinas da Escola Profissional, pois o “problema que se coloca, então é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor” (CHALHOUB, 2012, p. 65).

⁵⁴ Doado pelo Dr. José Rios, datada do ano de 1934.

⁵⁵ Para mais informações acerca, ver: OLIVEIRA, Antonio Marques. *Almanack do Município de Pouso Alegre, Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1900, p. p. 93-94

As pesquisas de Marques (2012); Caldeira (2014) e Nascimento (2017) retratam a presença dos alunos negros e pardos nas instituições educacionais de ensino profissional. A presença de meninos negros e brancos são sinais das “relações sociais de classe, gênero e raça” (KERGOAT, 2010, p. 94). Esses papéis estão inseridos numa esfera produtiva e de dominação marcada pelas classes sociais que as compõem.

Os anúncios aqui analisados demonstraram os serviços ofertados pelas oficinas, a produção de mercadorias e da aprendizagem na confecção. Não encontramos evidências dos alunos serem remunerados pela produção dessas oficinas. A hipótese que levantamos é que havia uma extração de mais-valia através dos produtos manufaturados. Essas ações são formas de “financiamento de suas próprias despesas, (...) a renda das oficinas na aquisição dos materiais necessários para o trabalho das oficinas” (CUNHA, 2005, p. p. 89-90), o autor faz uma comparação com as outras formas de gerenciamento realizado pelas Escolas de Aprendizizes Artífices, instituição de ensino profissional pertencente ao estado.

3.2. A ESCOLA PROFISSIONAL E OS IRMÃOS PAVONIANOS (1947)

Desde a fundação da Escola Profissional Delfim Moreira foi administrada pela Diocese. Em 1947 houve entrega da administração da escola para a Congregação dos Filhos de Maria Imaculada ou Irmãos Pavonianos. Esses acontecimentos foram narrados pela literatura memorialista.

Até hoje, [...], do sonho realizado de D. Otávio, da crença e apoio dos benfeitores, padres e leigos, dos diversos diretores, até chegar a era dos Irmãos Pavonianos, o amor ao trabalho e a tenacidade no ensino fizeram prosperar a Instituição, tornando-a um educandário de ensino profissionalizante que enobrece a história da terra do Bom Jesus (TOLEDO, E, 1998, p. 101).

Em 1948, dom Octavio, desejando perenizar esta sua obra, entregou a direção da escola, por doação, aos cuidados dos padres Pavonianos, os quais construíram um novo prédio e ampliaram as suas instalações (GOUVÊA, 1998, p. 182).

A nova direção da Escola Profissional continuaria a exercer o seu principal objetivo que é a educação e a formação técnica de trabalhadores. A memória oficial enaltece o fato do Bispo D. Octávio Chagas de Miranda entregar a direção da escola para os Pavonianos, “Dom Octávio quis assegurar a continuidade de suas instituições, e, entre as medidas que tomou, está essa de

doar a Escola Profissional aos Padres Pavonianos”⁵⁶ e do projeto de construção da Catedral Metropolitana⁵⁷.

O período entre 1917 e 1945 foi marcado pela organização e manutenção da Escola Profissional Delfim Moreira. Trabalhamos durante esse capítulo com as fontes dos jornais, das fotografias e da literatura memorialista. A Escola Profissional mostrou as seguintes configurações, as relações entre o Estado e a Igreja Católica; as fontes de financiamento (pública e privada), entre os quais gestos de caridade e donativos feitos pelas elites locais que auxiliaram a manter as oficinas manuais de formação da força de trabalho e a educação religiosa, que visavam a catequização e a disciplinarização.

No próximo capítulo, a discussão será sob a educação doméstica ofertada para as meninas pobres e órfãs. Essa formação era oferecida pela Escola Doméstica Santa Terezinha e pelo Orfanato Nossa Senhora de Lourdes, ambos da Igreja Católica. Partiremos com a imprensa local, a literatura memorialista e as fotografias como fontes analisadas no capítulo.

Qual é objetivo de educar as meninas pobres e órfãs para o trabalho doméstico? E qual o papel da mulher nesse período histórico?

⁵⁶ Ver: Revista Escola Profissional Delfim Moreira, 1967, p. 2

⁵⁷ Sobre a Catedral na cidade de Pouso Alegre/MG, indicamos a obra: VALE, Fernando Henrique do. **Catedral de Pouso Alegre**: Espaço de Fé e Sociabilidade. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

CAPÍTULO IV- “SE NÓS FORMARMOS AS DONAS DE CASAS, AS MÃES DE FAMILIA”⁵⁸: A ESCOLA DOMÉSTICA STA. TEREZINHA E O ORFANATO N. SRA. DE LOURDES EM POUSO ALEGRE (1920-1947)

O presente capítulo busca analisar, a atuação da Igreja Católica na organização e na manutenção do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes e na Escola Doméstica Santa Terezinha⁵⁹ em Pouso Alegre. Essas instituições eram responsáveis pela formação doméstica oferecida às meninas pobres e órfãs, para isso analisaremos a organização desses estabelecimentos educacionais – Igreja, Estado, famílias tradicionais e políticos –; das fontes de financiamento – pública e privada –; o currículo – as oficinas domésticas e prendas do lar – e os objetivos da formação de meninas para o trabalho doméstico.

Quais as relações, entre o Estado e a Igreja Católica no processo de organização e manutenção das instituições educacionais? Qual é o papel da mulher na sociedade brasileira da época? Quais foram os motivos de educar através dos ofícios domésticos, as meninas das classes populares?

É importante considerar o silenciamento de informações das instituições educacionais femininas na memória oficial pouso alegre. Dos jornais analisados encontramos registros na *A Semana Religiosa* e *A Razão* e não deparamos com registros no jornal *A Gazeta de Pouso Alegre*, portanto, contaremos com os jornais mencionados, as pouquíssimas fotografias e os escritos memorialistas presentes no acervo do Museu Municipal Tuany Toledo em Pouso Alegre.

O papel da mulher da classe trabalhadora tinha duas funções consideradas importantes pelas elites eclesiais e políticas: educar os filhos (as), alimentar os esposos e deixá-los saudáveis para o trabalho, cuidar dos deveres domésticos e seguir os preceitos cristãos, esse caráter conservador esteve presente na educação das meninas nas instituições educacionais aqui analisadas.

Em Pouso Alegre, as instituições educacionais fundadas pelas elites eclesiais foram responsáveis pela educação das mulheres das classes populares e buscou a formação para as atividades domésticas e de prendas do lar.

⁵⁸ Trecho extraído do discurso proferido pela ex-presidente Wenceslau Braz - Jornal *A Semana Religiosa*, Anno XIX, Pouso Alegre, 14 de dezembro de 1935, nº 960, p. p. 1 - 2.

⁵⁹ Existia nesse período o Instituto Santa Dorotéia, fundada em 1911, pertencente a Congregação de Santa Dorotéia, essa instituição era responsável pela formação das filhas das elites locais e regionais. Ver: BALBINO, Antônio Gilberto. **Uma cidade, uma escola, muitas histórias**: o Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre – MG (1911-1976). Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco: Itatiba/SP, 2008.

A fundação do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes ocorreu em 1920 sua responsabilidade estava no acolhimento das meninas órfãs da cidade e oferecendo ensino primário e formação para as atividades domésticas.

Em 3 de junho de 1920 foram inaugurados o Orfanato N.S. de Lourdes para meninas e uma capela, anexos ao Hospital São Vicente de Paulo, na Rua Adolfo Olinto, por iniciativa e pelo esforço da Irmã André, Superiora do Hospital, o qual funcionou precariamente até 1931, quando então foi demolido. Em substituição, dom Octavio fez erguer no local um novo edifício de dois andares, construído pela Associação de Caridade São Vicente de Paulo, da qual era presidente, **para acolher as meninas órfãs da cidade**. Orfanato, ao qual foi dado o nome de Nossa Senhora de Lourdes, passou então a **abrigar 30 órfãs, onde recebiam ensino primário e trabalhos domésticos** (GOUVÊA, 1998, p. 185) (grifos nossos).

A fundação do Orfanato é um sinal de preocupação das elites religiosas e políticas com a educação feminina, além de possibilitar a formação doméstica. A construção do prédio é definida a primeira ação dos religiosos e políticos em prol do Orfanato através da Associação de Caridade São Vicente de Paulo possuindo como presidente o Bispo Diocesano Octávio Chagas de Miranda.

A fachada do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes foi construída num estilo arquitetônico que buscava valorizar o ambiente religioso, assim como o prédio da Escola Profissional Delfim Moreira.

Figura 18 - O Orfanato Nossa Senhora de Lourdes.⁶⁰



Fonte: Disponível no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo.

⁶⁰ Doada por Octávio Miranda Gouvêa.

Dedicado ao atendimento das meninas órfãs e oferecendo formação para as práticas domésticas e culinárias e é importante destacar a presença da Igreja Católica no processo de organização desse estabelecimento assistencial. A memória oficial enaltece esses acontecimentos, principalmente, as ações do Bispo Diocesano como guardião e possuindo um “espírito caridoso”.

Entre os diversos exemplos de caridade que marcaram minha vida, há, também ligado à educação, só que desta vez **dirigida às meninas órfãs e pobre**, a atitude exemplar do **espírito caridoso do Revmo. Sr. Bispo Dom Otávio Chagas de Miranda**. Lembro-me muito de uma cena da minha infância: **eu e Jaci Meyer coroando a imagem do Menino Jesus de Praga, que se encontra no nicho no alto da torre da Capela a ela consagrada, construída e inaugurada juntamente com o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes** (este instalado no prédio onde funcionava o Hospital São Vicente de Paulo, também dedicado à assistência à pobreza). Ambos, o orfanato e a capela, foram inaugurados no dia 3 de junho de 1920 (TOLEDO, A, 1997, p. 79) (grifos nossos).

O discurso memorialista enaltece a caridade em relação a educação feminina através do Orfanato. Também traz elementos que estavam inseridos nessa educação como a formação das meninas para o trabalho doméstico e a disciplinarização, por meio dos valores cristãos para as meninas órfãs em Pouso Alegre. Contudo as elites locais não ficaram paradas somente com o Orfanato e no fim da década de 1920 propuseram, a fundação de uma escola doméstica para a profissionalização de meninas e moças pobres e órfãs.

A criação da Escola Doméstica Santa Terezinha em 1929 possui como objetivo o atendimento de moças pobres e órfãs, sendo oferecido no seu currículo, o ensino primário e oficinas de costura, bordado, atividades formativas de culinárias e tarefas domésticas, as técnicas de formar boas mães e boas esposas.

Em 5 de abril de 1929, começou a funcionar em Pouso Alegre a Escola Doméstica Santa Terezinha, propriedade da Diocese, destinada **ao ensino de misteres e prendas domésticas às mocinhas pobres** (GOUVÊA, 1998, p. p. 184 – 185) (grifo nosso).

Dom Otávio, que já havia fundado a Escola Profissional para **meninos**, fundou, a Escola Doméstica para **meninas**, incentivando mais **a ação social** (REZENDE, 1991, p. 64) (grifos nossos).

As características da Escola Doméstica desempenham nas suas oficinas um papel importante sobretudo na divisão sexual do trabalho⁶¹.

A Escola, que era a **única do gênero, destinava-se a preparar jovens do sexo feminino para as funções de prendas domésticas**, tais como: **costura, bordados e arte culinária**, beneficiando **as classes menos favorecidas, dando-lhes a formação**

⁶¹ A divisão sexual do trabalho é percebida também nas diferenças de ensino, como no caso da Escola Doméstica e o Instituto das Dorotéia; além da Escola Profissional e o Colégio São José.

e os conhecimentos indispensáveis de futuras mães e donas de casa (GOUVÊA, 1998, p. p. 184 – 185) (grifos nossos).

Formar mães e donas de casas era essencial para a estimular a produção e isso resultaria o desenvolvimento industrial da sociedade pouso alegre. Kergoat (2010) afirma que o capitalismo depende de uma mão-de-obra flexível e quando as mulheres assumem o compromisso do trabalho doméstico, automaticamente libera os homens para a produção. A especialização das moças pobres e órfãs nas instituições educacionais da Igreja Católica, também estava atrelada a questão de formar os próprios quadros, como freiras, padres, seminaristas e voluntários para a causa cristã.

O jornal *A Semana Religiosa* publicou nos seus diferentes números do segundo semestre de 1933 notícias das atividades que estavam sendo planejadas nestes estabelecimentos de ensino, através da “Legião Santa Terezinha”. A programação estava voltada exclusivamente na inauguração do “Pequeno Santuário de Santa Terezinha”, prédio anexo da Escola Doméstica Santa Terezinha. Estava em programação as atividades religiosas, um espetáculo artístico e uma festa de barraquinha no Parque Municipal da cidade, mais adiante o planejamento também propunha a festa de formatura das alunas da escola.

Pequeno Santuario de Santa Teresinha

Sua Inauguração

Em reunião da “Legião Santa Terezinha”, effectuada ante-hontem, ficou deliberado **realizarem-se por ocasião da inauguração do Pequeno Santuario de Santa Terezinha, além de varios actos religiosos, um espectáculo gratuito na Escola Domestica oferecido aos bemfeitores, outro no Theatro municipal, beneficio do Santuario e uma Festa de Barraquinhas, no Parque Municipal.** Foram nomeadas as seguintes commissões de legionarias para dirigirem esses festejos:

Espectaculo da Escola Domestica:

D. Clarice Toledo (presidente), Eunice Andrade, Ignez Rigotti e Aurea Silveira (Jornal A Semana Religiosa, Anno XI, Pouso Alegre, 26 de agosto de 1933, nº 842, p. 2) (grifos nossos).

Legião Santa Therezinha

Realizou-se ante-hontem a reunião mensal da L.S.T., **sob a presidencia do Exmo. Sr. Bispo Diocesano.** Depois de uma instrução de S. Excia. sobre o desejo da perfeição, foram tratados os seguintes assumptos:

1) **A proxima festa de formatura das alumnas da Escola Domestica;**

2) Cooperação da L.S.T., para as missões da Vendinha;

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 18 de novembro de 1933, nº 854, p. 2) (grifos nossos).

Essas atividades também contavam com a presença das elites religiosas, políticas, econômicas – comerciantes e fazendeiros –, famílias tradicionais e benfeitores locais. As festinhas buscavam arrecadar recursos para a manutenção das instituições – Orfanato e a Escola

Doméstica – por meio da “caridade”. A “caridade” é uma forma de financiamento privado da manutenção e organização dos estabelecimentos de ensino da Igreja Católica.

Sob o comando do 3º Bispo D. Octávio Chagas de Miranda, a Igreja Católica possui forte influência na “Legião Santa Terezinha”, na qual era presidente. A divisão sexual do trabalho também atinge as classes sociais mais elevadas em Pouso Alegre não será diferente, pois se trata de uma construção histórica (HIRATA, 2002). Essa associação religiosa era composta, majoritariamente por mulheres, mas comandada pelo Bispo Diocesano.

A organização da “Legião Santa Terezinha” nas instituições educacionais estava dividida nos seguintes papéis sociais, o Bispo Diocesano estava voltado para a arrecadação de recursos financeiros e as mulheres na organização de atividades educacionais para as alunas, reforçando a formação das meninas e moças no trabalho doméstico e numa educação cristã.

Oratorio Festivo Santa Therezinha

Todos os domingos a Escola Doméstica Santa Therezinha reúne as suas alunas actuaes e antigas, assim como outras moças que o queiram, para passarem algumas horas agradaveis naquelle estabelecimento. Essas reuniões terão o nome de **Oratorio Festivo e serão dirigidas pela seguinte comissão da L.S.T: DD. Clarice Toledo, Maria Siqueira, Ophelia Pedroso e Geralda de Almeida.**

Será observado o seguinte horario:

De 12 ás 2 da tarde – Jogos de wolley-ball, basket-ball, ping-pong, damas, dominò, etc.

Ás ½ - Merenda offerecida cada domingo por uma comissão da L.S.T.

Ás 2 hs. – Pequena exhortação e Bençãam do Santissimo do P. Santuario.

Ás 2 ½ - Cinema.

Só podem frequentar o cinema **as alunas da Escola, as moças matrículas no Oratorio Festivo, as orphans do Orphanato N. Senhora de Lourdes, as Legionarias e as senhoras que se alistarem como cooperadoras do Oratorio Festivo.**

Para mais informações dirijam-se á Directora da Escola Domestica

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 29 de outubro de 1933, nº 851, p. 1) (grifos nossos).

A rotina semanal de orações e de atividades culturais foram desenvolvidas com objetivo de centralização disciplinar das alunas nos dogmas cristãos. O projeto da Igreja Católica estava concentrado na iniciativa de impulsionar nas alunas, o dever da religião como guia, não só do espírito, mas sim de suas vidas, essa forma de disciplina foi empregada pela “Legião Santa Terezinha”.

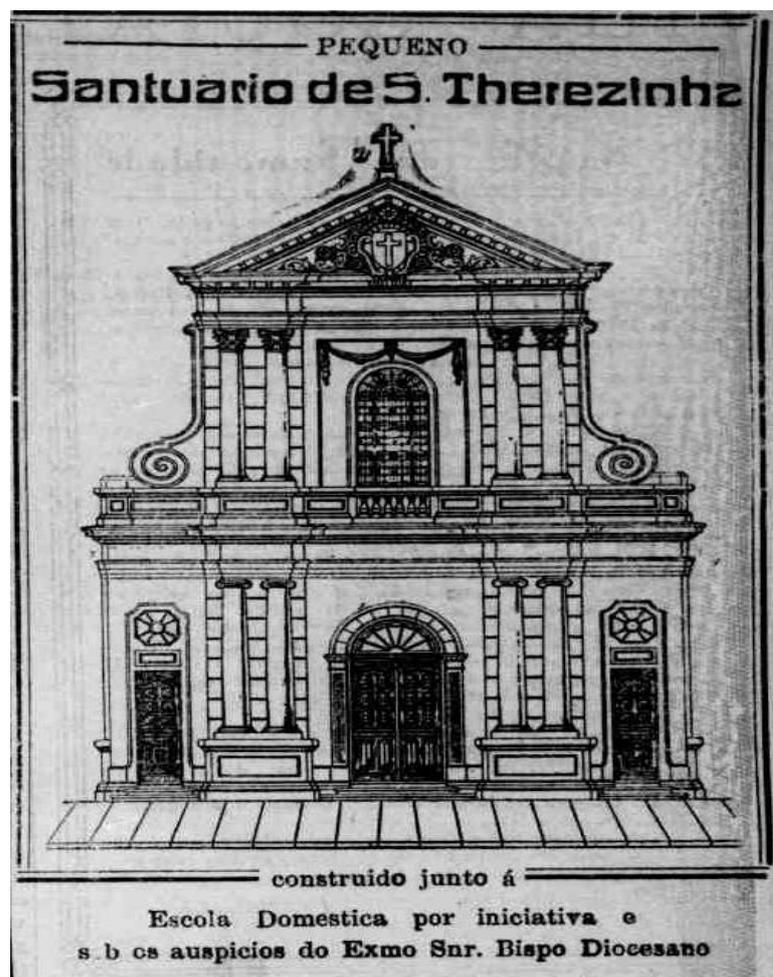
O jornal *A Razão* enfatizou em suas páginas a importância das “Irmãs da Providência” na organização educacional das moças pobres e órfãs. Essa congregação religiosa presente na Escola Doméstica também atuava nas práticas domésticas, como prendas culinárias e nas oficinas de costura e bordado.

Desde o dia primeiro do corrente, **com elevado numero de alunas, vem sendo realizadas as aulas nessa util casa de ensino.** Felicitando as abnegadas **Irmãs da Providência, que, com zelo altamente cristão,** vem ministrando ás moças humildes de nossa cidade, **ensinamentos religiosos e instrução,** desejamos, no decorrer do ano letivo, os mais completos exitos (Jornal A Razão, Pouso Alegre, Ano I, 13 de março de 1937, nº 47, p. 6) (grifos nossos).

Houve a construção do “Pequeno Santuário de Santa Terezinha” nas dependências da Escola Doméstica Santa Terezinha novo prédio da escola foi feito no terreno doado pelo cel. Joaquim Ribeiro de Abreu. Essa doação por parte de uma autoridade política local representa uma forma de financiamento privado dos projetos sociais da Igreja Católica.

O jornal *A Semana Religiosa* (1936) trouxe um registro fotográfico do prédio recém-inaugurado da Escola Doméstica. Observa-se que seu estilo arquitetônico continha símbolos cristãos, como uma cruz e outros. O “Pequeno Santuário de Santa Terezinha” é visto como um ambiente de aprendizagem e busca inserir a disciplina religiosa nas moças pobres e órfãs atendidas pela escola.

Figura 19 - Santuário de S. Therezinha em 1936.



As novas instalações tiveram peso significativo na educação das moças pobres e órfãs acerca das atividades domésticas e da formação cristã. O jornal *A Semana Religiosa* publicou os detalhes da inauguração do Pequeno Santuário e do novo pavilhão destinada para a Escola Doméstica. O uso dos adjetivos “útil” e “simpática” traduzem os valores da instituição para o desenvolvimento local e destaca a formação das alunas nas atividades domésticas.

Inauguração do Pequeno Santuario de S. Therezinha e do novo Pavilhão da Escola Doméstica

Inauguram-se amanhã o Pequeno Santuario de Santa Therezinha e **o novo pavilhão da Escola Doméstica**, cuja construcção fôra iniciada ha um anno precisamente. Com esses dois importantes melhoramentos, **a Escola Doméstica apresentará o aspecto que se vê no clichê ao lado, faltando apenas o revestimento exterior das obras executadas.**

O Pequeno Santuario, como já tivemos occasião de noticiar, reproduz em miniatura e igreja de Lisieux. A idéa foi do saudoso Tenor Camargo, grande devoto de Santa Therezinha, o qual concorreu com elevada somma para a realização desse seu ardente desejo. Ficou um templo realmente mimoso o P. Santuario. É construído e estylo romano, com o tecto bastante alto, ornamentação apropriada, envidraçado com vidros cathedraticos e pintado com sobriedade e gosto. Apresenta, para imitar a igreja de Lisieux, a singularidade de ter columnas somente do lado esquerdo, separando um corredor, onde se encontram tres nichos destinados a S. Miguel, S. José e Santa Thereza de Jesus.

O altar-mór é de marmorite, assentado sobre degraus de granito perola. Procura reproduzir a forma do altar de Lisieux, sendo **o trabalho executado pela officina de esculptura do sr. Octavio Papais, de Campinas.**

Do lado direito, está uma capella, onde se encontra uma pequena imagem de Therezinha morta, assentando o respectivo nicho sobre uma artistica mesa, ladeada por 3 anjos, como em Lisieux. O pavimento é ladrilhado com ladrilhos em que dominam o branco e o rosa, em harmonia com as ecres das paredes.

Toda a construcção foi feita sob a direcção do habil architecto Otto Piffer, que não poupou esforços para apresentar um trabalho realmente bello. **Os nichos e soleiras foram executados na Officina da Escola Profissional pelo sr. José Gaudino.** – Ao lado do Pequeno Santuario, foi construído **um pavilhão composto de 3 amplas salas, destinadas ás aulas da Escola Domestica.** As divisões das salas são feitas de celotex, substância muito leve, que permite em alguns minutos remover as mesmas divisões e transformar as 3 salas em grande salão foi levantado um palco, onde se fará o festival annuciado para amanhã.

Dando esta rapida notícia das **duas construcções que vão ser amanhã inauguradas, congratulamo-nos com a Escola Domestica por esses importantes melhoramentos, que certamente vão concorrer muito para o progresso da mesma Escola.**

A população de Pouso Alegre saberá, de certo, **corresponder a esses esforços, dispensando cada vez mais o seu apoio á essa util e sympathica instituição.** Santa Therezinha por sua vez, vendo o seu culto praticado alli com carinho, no novo templo, **ha de proteger de um modo especial a Escola Domestica e todos que trabalham para a sua manutenção e desenvolvimento**

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 30 de setembro de 1933, nº 847, p. 1) (grifos nossos).

As novas instalações buscavam dar qualidades de formação para as jovens alunas nas oficinas de costura, bordado, práticas domésticas e culinárias. Estava em curso uma qualificação da mão-de-obra feminina (BONATO, 2003) e essa especialização da força de

trabalho atendia os princípios da industrialização, sobretudo, no período de avanço das manufaturas e o papel da religião na educação de mulheres assentada no conservadorismo.

A construção das novas instalações da Escola Doméstica só foi possível por intermédio da doação do terreno. A importância dos donativos e recursos obtidos pela esfera privada ou pública, para a Escola Doméstica e para o Orfanato é visto como relevante pela imprensa pouso alegre.

As doações para o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes podem ser observadas nas seguintes formas: dinheiro, brinquedos e doces. Essas doações provinham, principalmente de membros do clero, também de senhoras das famílias tradicionais, de fazendeiros e comerciantes locais, ou seja, os donativos são arrecadados através das elites locais.

ORFANATO N. S. DE LOURDES

As orfanzinhas receberam, durante o mez de Maio:

20\$000 do Revmo. Padre José Augusto de Carvalho, um carro de lenha do Sr. Sylvestre Coutinho, retalhos de fazendas de D. Rosa Andare, 10\$000 de D. Maria do Carmo Salomon, 10\$000 de D. Fernandinha Machado, do Sr. João Baptista Vieira, uma sacca de arroz, do Sr. José Antonio Carneiro **uma quarta de fubá**, do Sr. Sergio Meier **80 laranjas bahianas**. Uma bandeija de **doces**, de D. Manoelit Meyer. 5\$000 de D. Nicota Andrade.

No dia 24, commemorando o anniversario de sua filhinha, Auxiliadora, D. Tuta offereceu as orfanzinhas, **uma farta mesa de doces, fructas e guaraná**. Sinceramente agradecidas, fazem, diariamente, por seus generosos benfeitores, uma prece bem fervorosa

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XXII, Pouso Alegre, 11 de junho de 1938, nº 1085, p. 1) (grifos nossos).

ORFANATO Na. Sa DE LOURDES/ Donativos/ D. Dila Lopes, 24 bonecas; D. Laide, **2 queijos**; D. Alcides Rezende, **2 bolos**; D. Cristina Rossi, **uma caixa de doces**; D. Carminha Mota, Cr. \$10,00; D. Maria Pascoal, **uma bandeja de doces** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVII, Pouso Alegre, 6 de março de 1943, nº 1324, p. 1) (grifos nossos).

As doações são celebradas pelas elites eclesiásticas por meio da imprensa, sendo chamadas de altruísmo cristão e nobre por parte de quem pratica. A Escola Doméstica e o Orfanato receberam os donativos como tributos, esse caso ocorreu pela família Costa Rios, essa ação é destacada pela imprensa. A homenagem para uma autoridade local deveria atender os princípios da caridade, esse sentimento reforça o comprometimento das elites locais com as obras sociais da Igreja Católica.

Pessoas que enviaram donativos ao Orphanato de Nossa Senhora de Lourdes, em homenagem á memoria do saudoso Cel. Antonio da Costa Rios.

D. Maria Deolinda Rios de Gouvêss, 80\$000 – d. Maria Teixeira Rios, 60\$000 - ; Cel. Alberto de Gouvêa Rios e Família, 60\$000 – Cel. Octavio Meyer e Família, 50\$000 – d. Maria Rolinda Rios de Gouvêa e Filhos, 50\$000 – sr. Abrilino Vieira Rios e Família, 50\$000 -; dr. João da Costa Rios, 20\$000 – sr. Antonio da Costa Rios Filho e Família, 20\$000 – sr. Alberto da Costa Rios e Família, 20\$000 – sr. Altidouro da Costa Rios e Família, 20\$000 – sr. Argemiro Furtao e Família, 20\$000 – sr. Aristeu

da Costa Rios, 20\$000 – sr. José Agripinio da Costa Rios, 20\$000 – sr. João Rios Sobrinho e Família, 20\$000 – sr. Conceição Lazaro Rios, 20\$000 – senhorita Maria Rios, 20\$000 – Anna Baptista, 5\$000.

Somma 623\$000

P. Alegre, 8 de Outubro e 1936.

DONATIVOS

a “**Escola Domestica Santa Therezinha**” em homenagem á memoria do Cel. **Antonio da Costa Rios.**

Antonio da Costa Rios Filho e familia 20\$ - Alberto da Costa Rios e familia 20\$ - Altidouro da Costa Rios e familia 20\$ - João Rios Sobrinho e familia 20\$ - Argemiro Furtado e familia 20\$ - Aristeu Rios 20\$ - José Agrippino Rios 20\$ - Conceição Lazaro Rios 20\$ - Maria Lourdes Rios 20\$ - Anna Baptista 5\$ - Gabriella Lopes 2\$ - Ulisses Shmidt e familia 20\$. Somma 207\$

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XX, Pouso Alegre, 17 de outubro de 1936, nº 1002, p. 4) (grifos originais).

O exemplo da família “Costa Rios”, na oferta de donativos para o Orfanato e também para a Escola Doméstica simboliza o projeto social integrado, entre as elites pouso alegreense e a Igreja Católica.

Os eventos eram frequentes nesses estabelecimentos de ensino especialmente na Escola Doméstica e foram noticiados pelo jornal *A Semana Religiosa*, porta voz da Diocese de Pouso Alegre. As atividades estavam concentradas nos seguintes aspectos: exposições de trabalhos, entregas de diplomas e festivais. Encontramos uma única referência de evento realizado no Orfanato Nossa Senhora de Lourdes de 1933. A matéria trata de uma exposição de trabalhos das meninas órfãs, essas exposições objetivavam prestar contas para as elites locais, que auxiliavam financeiramente na manutenção da instituição.

Exposição de trabalhos no Orphanato N. S. de Lourdes

A todos os amigos do Orphanato N. S. de Lourdes, anexo á S. Casa, desta cidade, **será feita uma exposição dos trabalhos das alumnas asyladas durante o anno**, convidando-se as **exmas, familia para darem honra da sua visita**. A exposição será feita amanhã, domingo (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 16 de dezembro de 1933, nº 858, p. 1) (grifos nossos).

As atividades estavam destinadas exclusivamente para comprovar como foram investidos os recursos financeiros. Cabe salientar que o público alvo era, principalmente, as famílias tradicionais responsáveis pelos recursos enviados ao Orfanato Nossa Senhora de Lourdes. A relevância da imprensa local de noticiar essas exposições de trabalhos estava numa ação de propaganda para conscientizar a sociedade pouso alegreense sobre o papel relevante da instituição.

Em outra exposição de trabalhos das alunas do Jardim de Infância da Escola Doméstica foram divulgadas como prática de *marketing* pela imprensa. A propaganda enfatiza as qualidades dos trabalhos produzidos manualmente pelas alunas, sendo peças de roupas, crochês

e demais produtos baseados na costura, além de prendas do lar como as atividades domésticas e culinárias.

Os convites às famílias tradicionais possibilitavam à Escola Doméstica a arrecadação de mais recursos financeiros através de vendas dos produtos, além disso buscava cativar moralmente a comunidade local e reforçar a importância de financiar essas obras sociais em prol da formação das alunas na força de trabalho doméstica e de prendas ao lar.

Jardim da Infancia

Domingo, às 2 horas da tarde, realizar-se-á, na Escola Domestica Santa Therezinha um festival promovido pelo **Jardim da Infancia** daquele estabelecimento. Esse festival será em **benefício da Escola Domestica**.

Exposição de trabalhos

- As alumnas da Escola Domestica organizaram uma **bella exposição de trabalhos manuaes**, que começará a ser franqueada ao publico desde amanhã até o dia 3 de Dezembro. **A Diretoria da Escola Domestica convida por nosso intermedio as familias pousoalegrenses a visitarem essa bem organizada exposição**

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 23 de novembro de 1935, nº 957, p. 3) (grifos nossos).

A entrega de diplomas para as alunas formandas e as exposições de trabalhos na Escola Doméstica é detalhada pelo jornal *A Semana Religiosa* em 1933. As atividades culturais promovidas pelas alunas e a presença do Prefeito Municipal como paraninfo das alunas formandas reforçam a relevância desses eventos para as elites religiosas e políticas. A festividade estava com cardápio cheio, possuindo atividades culturais, tais como canto, coral e peças teatrais e propiciava uma formação humanística para as alunas. Essa especialização nas atividades mencionadas favorecia a formação de quadros para a Igreja Católica, pois necessitava de gente capacitada na oratória, no canto, no teatro e nas atividades culturais assentadas nos dogmas cristãos.

Durante o evento era tradicional um discurso do paraninfo da turma e homenagem às formandas. A presença da elite política, no caso o Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Coutinho Sapucahy, demonstra as relações entre a Igreja e os representantes do estado.

Escola Domestica Santa Therezinha

Exposição de trabalhos e entrega de diplomas

Desde amanhã até 4.a feira estará aberta, no **salão novo da Escola Domestica, a exposição de trabalho das alumnas. Convidam se as exmas. familias a visitarem a referida exposição, animado assim as jovens que frequentam aquelle estabelecimento.**

Na proxima 5.a feira, 30, às 7 hs. da noite realizar-se -a a festa de formatura das alumnas que concluíram o curso e são as seguintes: **Anna Godoy, Geralda Gomes, Margarida Euphrosina, Alice Barros, Palmyra Pereira e Elizalda [sic] Marcondes.**

O festival constará do seguinte programma:

I.a Parte

I – Entrega de diplomas.

II – **Discurso do paraninfo, Exmo. Sr. Dr. Coutinho Sapucahy, digno Prefeito Municipal.**

III – Discurso da representante da turma, Margarida Euphrosina.

IV – Discurso de despedidas, pela diplomada Anna Godoy.

2.a Parte

I – Orohseatra [sic]

II – Barcarola, por um gruo de alumnas

III – “Nosso Tempo”, dialogo pelas meninas Nilza Galvão e Maria do Carmo Reis.

IV – “Eu tenho dois amores”, canto pela menina Itala Montori.

V – “Castellos no ar”, monologo, pela menina Aparecida Galvão.

VI – “O fado da Severa”, canto, por Anna Nunes.

VII – Hymno a Minas, por um gruo de alumnas.

VIII – Orchestra

3.a parte

Representação da comedia em 1 acto, intitulada “As Ortiguerra” e traduzida do hespanhol por D. Edésia Aducci, constando das seguintes personagens:

D. Maria, viuva do tenente

Ortiguera..... Ophella Doria

Carmen, sua filha..... Ophella Butti

Ignacia, creada..... Margarida Euphrosina

Genoveva, proprietaria..... Zilah Gonçalves

Lucia..... Anna Godoy

Joanna, creada..... Margarida Verelani

Para o festival serão distribuidos convites-ingressos, acceitando-se um donativo qualquer destinado a compra de cadeiras para o teatro da Escola

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 25 de novembro de 1933, nº 855, p. 2) (grifos nossos).

A colaboração, entre o Clero pouso alegre e os políticos locais corrobora o papel relevante das instituições educacionais no desenvolvimento regional, tais como a formação da força de trabalho feminina e a disciplina das moças nos dogmas cristãos. O jornal reforça o papel da caridade na organização e manutenção das atividades institucionais, sendo assim ocorre a distribuição de convites/ingressos para os presentes no evento e essas ações simbolizam as relações construídas em prol da educação para as classes populares.

Uma semana depois, o jornal *A Semana Religiosa* publicou os detalhes do evento realizado no Escola Doméstica e o destaque é o discurso do prefeito municipal Coutinho Sapucahy, paraninfo da turma. Acerca das informações fornecidas pelo periódico local lamentamos por não ter publicado o discurso, mas segundo o noticiário o prefeito emitiu judiciosos conceitos sob o papel social das Escolas Domésticas para o desenvolvimento da sociedade nacional e enaltece a ação do Bispo Diocesano.

A harmonia das elites eclesiásticas e políticas enaltecem a importância da instituição na formação doméstica das moças pobres e órfãs. Pois essas ações favorecem a inserção das moças pobres e órfãs nas atividades domésticas que buscavam garantir as formas de sobrevivência das moças por meio do trabalho digno.

O encerramento do anno lectivo da Escola Domestica Santa Terezinha deu-se antehontem **perante selecta e numerosa assistencia, sendo na occasião executado o programma já divulgado em nosso ultimo numero.**

Foi conferido festivamente a entrega de diplomas ás alumnas Anna Godoy, Geralda Gomes, Margarida Euphrosina, Alice Barros, Palmira Pereira e Elizaida Marcondes. A seguir, **o Sr. Dr. Coutinho Sapucahy, digno Prefeito Municipal, pronunciou o seu discurso de paranympho, no qual emittiu os mais judiciosos conceitos acerca do importante papel social das Escolas Domesticas, e do relevo da Escola Domestica de Pouso Alegre, inspirada criação de D. Octavio á qual vem S. Excia. consagrando o melhor desvelca.**

Além de um bem escolhido acto variado e discurso de alumnas, foi levada à scena a interessante comedia “As Ortigueira”, caprichosamente ensaiada pelo R. C. o Macario de Almeida.

- Recebeu muitos louvores **o excelente exposição de trabalhos feita na sala de festas do estabelecimento**, a qual serviu de indice do grande aproveitamento das alumnas durante o anno, e bem assim de **dedicação e competencia das dignas Irmãs professoras** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 2 de dezembro de 1933, nº 856, p. 2).

Se as exposições de trabalhos tinham como objetivo de arrecadar fundos nas vendas e de passar boa impressão pelo dinheiro arrecadado, por meio de financiamentos, também possuía como essência demonstrar as competências e habilidades adquiridas pelas alunas. A importância desses eventos no interior das instituições educacionais, mais precisamente da Escola Doméstica fica mais relevante quando olhamos uma matéria do ano de 1935.

O destaque do jornal *A Semana Religiosa* é a presença do representante da elite política da oligarquia mineira e ex-Presidente da República (1914-1918) sob a chancela do PP, Wenceslau Braz Pereira Gomes, como paraninfo das alunas da Escola Doméstica.

Festival de encerramento do anno da Escola Domestica Santa Therezinha

I PARTE

Entrega dos diplomas ás alumnas

Discurso da diplomanda Lucila Nunes

Discurso do Paanympho [sic] Exmo. Snr. Dr. Wenceslau Braz⁶²

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 30 de novembro de 1935, nº 958, p. 3).

O Bispo D. Octávio Chagas de Miranda mantinha –se astuto e carismático nas relações sociais com as elites políticas mineiras. Durante a cerimônia, o Bispo relatou o convite enviado pela diretora da escola para o deputado federal João Beraldo do PP, o convidado não pode comparecer à cerimônia e enviou a sua resposta parabenizando as alunas formandas. A presença

⁶² As funções políticas exercidas por Wenceslau Brás Pereira Gomes: “Dep. Federal/MG, entre os anos de 1903-1908; Presidente de MG, entre os anos de 1909-1910; Vice-presidente da República entre os anos de 1910-1914; Presidente da República entre os anos de 1914-1918. Wenceslau Brás Pereira Gomes nasceu em São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis/MG”. ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wenceslau-bras-pereira-gomes>, acessado no dia 08 de abril de 2019.

das elites políticas na Escola Doméstica é uma demonstração das relações construídas pela Igreja Católica, por intermédio do Bispo Diocesano, com os representantes do Estado.

Festival da Escola Domestica

Conforme anunciamos, realizou-se, dia 3, o bello festival de encerramento do anno da Escola Domestica Santa Teresinha. O salão nobre da Escola Domestica foi pequeno para conter a grande assistencia. Ás 8 horas, dava entrada no salão de festa o Exmo. sr. Bispo, acompanhado do Exmo. sr. dr. Wenceslau Braz, paronympho das diplomadas, e demais pessoas gradadas. A primeira parte do programa constou de uma pequena sessão para a entrega dos diplomas. Foram diplomadas as seguintes alumnas: Lucilia Nunes, Dilemar Caceres e Maria José Santos. Receberam attestados as alumnas: Jandyra Mamede e Margarida Verlane [sic]. Após a entrega dos diplomas, falou em nome das diplomandas a senhoricha Lucilia Nunes.

Em seguida, tomou a palavra o Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, paronympho da turma, que proferiu brilhante e opportuno discurso, que teremos o prazer de publicar no proximo numero da “Semana”, por falta absoluta de espaço. As ultimas palavras do S. Excia. foram coroadas com uma prolongada salva de palmas. Falou em seguida, a diplomanda Dilemar Caceres. O Exmo. Sr. Bispo, tomando a palavra, congratulou-se com as diplomandas e salientou a insigne honra que o Exmo. Sr. Dr. Wenceslau vinha com sua presença trazer a Escola Domestica, servindo gostosamente de paronympho a essa turma. E a sessão encerrou se com os applausos prolongados da assistencia. [...] Apresentamos ás diplomandas nossas felicitações.

- Do Exmo. Sr. Deputado dr. João Beraldo recebeu a Directora da Escola Domestica o seguinte telegrama. “Rio – Irmã Maria Salvador – Agradeço convite para assistir entrega diplomas às alumnas dessa Escola, e não podendo estar presente envio as minhas saudações e votos felicidade. Attas. Sir. João Beraldo” (Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 7 de dezembro de 1935, nº 959, p. 1).

O jornal *A Semana Religiosa* enalteceu a presença do ex-Presidente da República Wenceslau Braz e disponibilizou na íntegra o discurso proferido na cerimônia de formatura na Escola Doméstica. Visava uma boa convivência institucional com os representantes do Estado e com isso, a manutenção dos financiamentos públicos, seja da esfera Municipal, Estadual ou Federal, essa era a tática aplicada pelo clero pouso alegreense.

O discursante é representante da elite política regional, se apresenta como um trabalhador árduo a serviço da pátria e como tal se reconhece como um estadista. O discurso coloca em evidência a concepção de educação para as jovens, também se trata da formação para uma vida de dona de casa e mãe de família, dentro de preceitos morais e religiosos do catolicismo.

Wenceslau Braz abre o seu discurso enaltecendo o papel do Bispo Diocesano na consolidação da Escola Doméstica em Pouso Alegre e ressaltada os benefícios dessas instituições para a pátria, como o processo de formação de trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho e da disciplinarização a partir dos aspectos morais da obediência. O seu discurso chama a atenção da importância das Escolas Domésticas na formação de donas de casas e mães de família, ou seja, destinadas para as atividades do lar. Essa é uma discussão sobre a importância das mulheres na produção e reprodução.

DISCURSO

Pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, por ocasião da collação de graus ás alumnas da Escola Domestica S, Terezinha, que concluíram seu curso este anno.

Exmo. Rev. Sr. D. Octavio OD. Bispo Diocesano.

Queridas diplomandas.

Meus senhores e minhas senhoras.

Não fora a nimis [sic] bondade das queridas diplomandas insistindo pelo generoso convite a nympho nesta solemnidade, **não fora o reitorado pedido de quem me poderia dar ordens, amigo dedicado e soldado disciplinado, que me preso de ser, do Exmo. Sr. Bispo, D. Octavio;** não estaria aqui, por certo, quem **tanto precisa de repouso para reparar forças gastas no serviço da Patria.**

Minhas caras diplomandas, sentar-vos os protestos de meu reconhecimento pela distincção, que me conferistes.

Podeis estar certas de que preso muito a honra concedida, entre outras razões, pela oportunidade, que só me offerece para tratar, ainda que ligeiramente da [ilegível] e que ainda hoje constitue objecto de minhas preocupações e de meu carinho especial. Comprehendo bem **o elevado alcance de instituições, como esta,** e é com pesar, com profundo pesar que observo **não serem ellas o objectivo das constantes cogitações dos estadistas do Brasil.**

É incontestavel que de certo tempo a esta parte **os technicos da instrução e da educação brasileira se voltaram para o assumpto dando-lhe a attenção, que elle merece, e mesmo alguns governos locaes, por inspiração e suggestão desses technicos procuraram realizar em parte a solução do problema.** Tudo isso, porém, é pouco, muito pouco ante assumpto de tanto vulto.

Homens publicos do meu Pais, convencei-vos do que *a escola deve ensinar para a vida e que os processos de ensino devem ser formulados dentro da vida,* não se olvidando as necessidades de **ordem moral e religiosa.**

Convencei-vos de que, si **nós formarmos as donas de casas, as mães de familia dentro de Escolas Domesticas bem organizadas, teremos prestado ao Brasil o maior dos serviços, quer sob o ponto de vista physico, quer sob o ponto de vista moral.**

Estas instituições tornem lar, que é a **forja da nacionalidade,** mais não, mais economico, mais alegre e feliz, reduzindo **pele menos o numero das queixas e rusgas domesticas, até mesmo o numero dos divorcios.**

É inquestionavel a influencia poderosa e decisiva que **o lar exerce sobre os homens e sobre a sociedade;** a todo mundo comprehenderá facilmente a somma enorme de beneficios resultantes de lares mãos [sic], economicos, milagres e felizes.

E quanto de proveitos para o paiz?

Si nós tivermos gerações e gerações de bom physico, capazes portanto de **maior produção:** si tivermos gerações e gerações economicas, capazes portanto de fazer **accumular recursos pecuniarios,** accumulacão não de avarentes, mas de homens intelligentes, que sem sacrificios procurem garantir sua familia e sua velhice; ai nós tivermos gerações desta ordem, que **influencia benefica exercerão as escolas domesticas sobre as economias e as finanças da Nação!?! Escolas profissionaes para homens; escolas domesticas para mulheres, em grande escala, eis as necessidades moraes da instrução da educação. (...)**

Meus senhores. Dentro dessas idéas, **as escolas domesticas occupam lugar de destaque.** É doloroso, profundamnte doloroso vermos que, emquanto em outros paizes, como America do Norte, Inglaterra, Suissa, Belgica, Hollanda, Allemanha, Italia e em outras Nações cultas, **procura-se com o maior empenho attender aos reclames de toda parte no sentido do augmento sempre crescente das escolas domesticas, no Brasil, no pobre Brasil, ainda estejamos na phase da propaganda!?!**

Aos homens publicos, que occupam postos de administração eu **ousou supplicar que ao menos vejam com bons olhos, senão com carinho as iniciativas particulares, que procurem resolver o serio problema das escolas domesticas.** São brasileiros que luctam com difficuldades immensas a começa pelos óbices da rotinas e da má comprehensão do assumptos. **São brasileiros que merecem o apoio e moral material dos Governos.**

Não são muitos neste Estado infelizmente: D. Octavio de Miranda, José Alfredo Gomes, Idolina Castro, Arthur Tiburcio, Dr. Francisco Rosa e talvez alguns outros. Estricta justiça manda que eu aqui assignale: José Alfredo Gomes foi o primeiro paladino nesta zona. Luctador emerito, **cheio de fé e de vontade**, talentoso e abnegado, como os que mais o sejam. A estes benemeritos eu direi: Não desanimeis. Não vos entibiem o **animio descaso dos homens e a massa das dificuldades encontradas. O Governo não será surdo aos reclames do bom senso e dos altos interesses do Paiz (...)**. (Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 14 de dezembro de 1935, nº 960, p. p. 1-2) (grifos nossos)

No prosseguimento do seu discurso, Wenceslau Braz chama atenção para os benefícios das Escolas Domésticas e Profissionais para a nação, sendo que esses benefícios estavam inseridos na lógica do progresso nacional e da industrialização. O papel da mulher no processo de reprodução e de produção está assentada na divisão sexual do trabalho e está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas. No processo produtivo, as atividades domésticas estavam ligadas, principalmente na formação de mulheres prendadas na arte da culinária e costura. Essas questões da reprodução e produção das alunas da Escola Doméstica estavam sob os interesses das elites locais – religiosas e políticas –, pois além de promover um ensino conservador e a ordem social vigente, buscou intensificar o projeto católico de disciplina e formação de trabalhadoras “úteis” a causa.

As elites oligárquicas desejavam um ensino conservador, que mantivesse os padrões de comportamento condizentes com suas aspirações e não comprometesse a estrutura social vigente. Por serem contrárias à ideia da emancipação feminina, apoiaram um projeto educacional que tinha por proposta dar ao gênero feminino ensinamentos que formassem mulheres prendadas e boas donas-de-casa (FRANCO, 2004, p. 316).

A educação oferecida nessas instituições continha em sua base o conservadorismo religioso e político, essas características buscavam a valorização do trabalho e dos valores cristãos da família. A Igreja Católica tinha interesse no atendimento educacional das mulheres, primeiramente forneceria pessoas qualificadas para os seus quadros e atenderia os objetivos econômicos das elites que apoiava os seus projetos. O discursante conclama a necessidade do apoio das autoridades políticas – Governo estadual e federal – nas instituições educacionais, porém a relevância dada por Wenceslau Braz estava sob as Escolas Domésticas e Profissionais distribuídas em todo o país.

O estadista não poupa críticas em relação aos homens públicos para que busquem incentivar e apoiar as iniciativas particulares de formação de trabalhadores e trabalhadoras. Se em 1935, Minas Gerais estava no comando de Benedito Valadares do PP, braço direito de Getúlio Vargas. Um ano antes, teve o seu nome ventilado na candidatura às eleições

presidenciais, em oposição a Getúlio Vargas, portanto, o nome Wenceslau Braz era significativo na política regional do Sul de Minas.

A divulgação da festa de encerramento do ano letivo da Escola Doméstica em 1936 nos dois principais jornais pouso alegrenses: *A Semana Religiosa* e *A Razão* demonstram a relevância para as elites locais. Esse evento continha atividades teatrais e a presença como paraninfo da turma um representante eclesiástico: o Pe. Luiz Gonzaga Ribeiro. Os discursos também eram rotineiros, além da presença do Bispo Diocesano na abertura do evento e o discurso do paraninfo, tais ações reforçam as relações construídas em torno das atividades de formação religiosa e da força de trabalho feminina.

Parte da formação “cultura” oferecida pela Escola Doméstica para as suas alunas, era baseada em peças teatrais que traziam elementos bíblicos, a disciplina e a moral cristã, além de intensificar o conservadorismo na sociedade pouso alegrense, outro objetivo de empreender nas alunas o gosto teatral é a formação de quadros para a Igreja Católica e de suas congregações.

Escola Domestica S. Therezinha

Encerramento do anno lectivo de 1936

DIA 29 DE NOVEMBRO

Às 7 e meia horas, missa do Exmo. Sr. Bispo Diocesano e comunhão das alumnas, no Pequeno Santuario. As 14 horas, entrega de diplomas e festival, obedecendo ao seguinte.

Programma

I PARTE

1 – Orchestra.

2 – Entrega de diplomas ás alumnas Maria Nazareth Paiva, Maria Magdalena Rosa, Jandyra Mamede, Hermelinda Riberio e Philomena Monteiro.

3 – Discurso pelo paranympho – Pe. Luiz Gonzaga Ribeiro.

4 – Discurso da representação da turma – Maria Nazareth Paiva – Orchestra.

II PARTE

1 – Hymno á Escola, por todas as alumnas.

2 – Drama em 1 acto. O Ramo de Flores, pelas seguintes alumnas; Genny Silva, Nair Ferreira, Geny Ricetto, M. J. Pinto, Helena Custodio.

III PARTE

1 – Orchestra.

2 – Os Tamanquinhos – canto pelas meninas Elisabeth Beraldo, Elza Rios e Marihinha Ferreira.

3 – O Suave Milagre – poesia por Mariangela Lambert.

4 – Eu sou Pobre... Pobre... canto por Lydia Borges.

5 – Deus me Perdoe... Não é por falar mal – dialogo por Aparecida Camargo e Yolanda Coutinho.

6 – As Japonezas – bailado por Italia Mentori e Isaura Gomes, Maria Nunes e Mariangela Lambert, Stella Gouves e Lydia Borges

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XX, Pouso Alegre, 28 de novembro de 1936, nº 1008, p. 2) (grifos nossos).

Na Escola Domestica Sta. Terezinha, ótimo educandário que tantos e tão abnegados serviços presta á nossa cidade, realizou-se, a 29 do mez p. p., ás 14 hs., a entrega dos diplomas ás alunas que terminaram o curso

(Jornal A Razão, Pouso Alegre, Ano I, 3 de dezembro de 1936, nº 33, p. 2).

Escola Domestica

Realizou-se no dia 29 de novembro a festa de encerramento da Escola Domestica Santa Therezinha. **O acto foi presidido pelo Exmo. Sr. Bispo D. Octavio.** A 1ª. parte constou dos **discursos do paranympho Pe. L. Gonzaga, da representate das alumnas formadas e palavras finaes do Exmo. Sr. Bispo.** A 2ª. parte, de representações **theatraes, agradou muito á assistencia** (Jornal A Semana Religiosa, Anno XX, Pouso Alegre, 5 de dezembro de 1936, nº 1009, p. 2) (grifos nossos).

Tinham poucas jovens formandas e a programação era extensa para que as elites locais pudessem apreciar e ressaltar as peças teatrais, esses componentes na escola buscavam a inclusão disciplinar das alunas nos valores morais do catolicismo. Os jornais ao noticiar as atividades ocorridas são formas de propagandas e de prestações de contas em relação aos recursos financeiros obtidos pelas elites pouso alegrenses.

A continuidade de notícias relacionada ao encerramento do ano letivo e de sua extensa programação cultural adentrou a década de 1940. O jornal *A Semana Religiosa* ao publicar as matérias relacionadas ao encerramento do ano letivo na Escola Doméstica relatou a presença das elites eclesiásticas e políticas no evento. As autoridades presentes eram o Prefeito Municipal, o Bispo Diocesano e o paraninfo das alunas, o Revmo. Cônego Otaviano Lamanères, que foi Diretor Jurídico da Escola Profissional Delfim Moreira na década de 1930. Outro destaque é dado pelo noticiário foi uma missa organizada pelo Revmo. Conego Luiz Gonzaga Ribeiro e por fim um festival nas dependências da Escola Doméstica.

A atuação da Igreja Católica na organização dos eventos e a inserção das moças formandas numa Missa são projetos de formação da sociedade baseada no catolicismo. O papel da congregação religiosa, as Irmãs de Providência é destacada pelo paraninfo como essencial nesse processo de educar as moças atendidas pela instituição educacional, assentada nos pilares do conservadorismo.

Escola Doméstica

AMANHÃ, 28, encerra-se o ano letivo da Escola Doméstica Santa Terezinha. Haverá missa, às 7 horas, no Pequeno Santuário, e, às 14 horas, entrega de diplomas a 8 alunas que concluem o curso, sendo paraninfo das mesmas o Revmo. Cônego Otaviano Lamanères (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 27 de novembro de 1943, nº 1361, p. 1).

Escola Doméstica Santa Terezinha

O ENCERRAMENTO do ano letivo da Escola Doméstica Santa Terezinha, no dia 28, constou de **missa em ação de graças, celebrada pelo Revmo. Conego Luiz Gonzaga Ribeiro**, e um pequeno festival, às 14 horas, com elevada concorrência. Com paraninfo da turma, depois do discurso da diplomanda Maria Felix, falou brilhantemente o Revmo. Conego Otaviano Lamanères, **enaltecendo os abnegados serviços das Irmãs de Providencia, dizendo do grande bem que fez a Escola Doméstica e dando às diplomandas oportunos conselhos, de amor ao trabalho, piedade, frequencia da Escola e irradicação nas suas familias e na sociedade dos santos ensinamentos recebidos das suas queridas mestres.**

Encerrando a sessão, o Exmo. Sr. Bispo Diocesano agradeceu a presença do sr. **Prefeito Municipal e de todas a assistencia e disse sentir-se compensado do que tem feito pela Escola, com os beneficios que ela vai felizmente produzindo em nossa cidade.**

Seguiu-se um ato variado, em que tomaram parte interessantes **crianças e alunas da Escola, terminando o festival com a hilarlante comédia “A professora do interior”**, bem desempenhada pela antiga aluna Dilemar Caceres e pelas alunas Maria Felix e Nadir Carvalho.

Receberam diplomas as alunas Alzira Faria Machado, Benedita Ribeiro da Costa, Clarice Lopes, Esterlina Silva, Ermantina de Souza, Ilma Cabral de Andrade, Maria de Lourdes Carvalho e Maria do Carmo Felix

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 4 de dezembro de 1943, nº 1362, p. 1) (grifos nossos).

A Escola Doméstica se mostrava pelo discurso de seus representantes eclesiásticos, como relevante para o desenvolvimento da sociedade pouso alegre. O Bispo Diocesano enaltece a presença do Prefeito Municipal e reforça as relações profícuas, entre o Estado e a Igreja na manutenção das instituições educacionais, enquanto estado mandava subsídios financeiros através dos recursos públicos, a Igreja formava trabalhadores e trabalhadoras para as manufaturas locais.

Nessas instituições não eram somente os eventos que mexiam com o cotidiano local e com a imprensa, também haviam encontros entre as elites locais nos espaços institucionais. O jornal *A Semana Religiosa* de 1936 trouxe uma matéria acerca do evento intitulado de “Páscoa dos Militares”, essa atividade foi realizada nas dependências da Escola Doméstica e possuía também atividades desenvolvidas pelas alunas, como sarau literário e musical.

Paschoa dos Militares

Conforme haviamoa anunciado, realizou-se com **inesperada pompa a Paschoa dos Militarees do 8º. RAM, desta cidade.** (...) Marcharam todos, em seguida, acompahado da “Euterpe S. Benedicto” até ao **salão da Escola Domestica S. Therezinha**, onde lhes foi servido um chocolate, no qual tomaram parte tambem os **distintos officiaes.**

Á tarde, pequena procissão de S. Sebastião em volta do Jardim. **Ás 19,30, realizou-se, no salão nobre da E. Domestica, uma sessão litero-musical em homenagem aos militares catholicos** (...)

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 16 de maio de 1936, nº 981, p. 2) (grifos nossos).

A presenta do Quartel do 8º RAM na sociedade pouso alegre, desde a sua instalação em 1918, possuía boas relações com as elites eclesiásticas locais. Uma vez que o Bispo Diocesano em conjunto com outras autoridades políticas foi responsável pelas negociações para o aquartelamento militar na cidade de Pouso Alegre.

Em apenas quatro meses, de novembro de 1917 quando as primeiras conversas sobre a possibilidade de se aquartelar em Pouso Alegre um Regimento do Exército, até março do ano seguinte quando a Unidade se aquartelou; uma série de conflitos e

negociações políticas, envolvendo o Bispo da Diocese local, políticos e membros da elite pousoalegrense ocorreram, e estas relações se estenderam a membros do governo federal, direções de ordens religiosas e à alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil (SOARES, 2014, p. 47).

Essas relações institucionais presentes nas atividades da “Páscoa dos militares” reforçam os interesses assentados no projeto de formar trabalhadores (as) nos primórdios da industrialização, além de assegurar a manutenção da ordem social. O fato de ter ocorrido a “Páscoa dos militares”, simboliza a existência de festividades, entre as elites locais, sejam elas religiosas, políticas ou econômicas.

A imprensa local, a partir da década de 1930 chamou atenção das atividades recreativas organizadas para as alunas do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes e da Escola Doméstica Santa Terezinha. As atividades teatrais tem sido a principal forma de recreação das meninas, que também praticavam jogos esportivos. Durante o dia todo havia apresentação de peças teatrais interpretadas pelas alunas e egressas, além de contar com a organização das Irmãs nos temas propostos.

Orphanato N. Senhora de Lourdes

Festejando o onomástico da bondosa Irmã Teresa, as **orphazinhas do Orphanato N. Senhora de Lourdes organizaram uma sessão recreativa em sua honra.**

Essa festinha íntima realizou-se no dia 15, na sala de visitas do Orphanato, com **boa assistência**, tendo sido executado o seguinte programa:

I – Saudação, II Chuva de flores, III Salomon – cançoneta, IV Vou vortá pra minha terra, V Fioreto poesia, VI Os tamanquinhos, VII Minha mãe-poesia, VIII Os bonecos de pau, IX As costureiras de Jesus, X As bolhas de Sabão bailado, XI Visão de S. Tereza-poesia

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 19 de outubro de 1935, nº 952, p. 3) (grifos nossos).

Festa de Santa Theresinha

Precedida de um tríduo preparatório realizou-se a 3 do corrente a festa S. Theresinha no pequeno Santuario anexo á Escola Domestica. No dia 3 houve missa cantada com comunhão geral. **Em seguida ao café realizou-se brilhante festa esportiva pelas alumnas da Escola.** A noite, a [ilegível] ós o encerramento das festividades, foi dada a [ilegível] aos fieis reliquia da Santinha de Lisieux

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XX, Pouso Alegre, 10 de outubro de 1936, nº 1001, p. 3) (grifos nossos).

Escola Domestica Santa Therezinha

A Diretoria da Escola Domestica Sta. Terezinha, **convida suas ex-alunas para assistirem a uma festinha, que lhes será dedicada, a realizar-se no dia 25 de Setembro**, a qual constará do seguinte.

PROGRAMA

Às 7 e meia horas – Missa pelo Exmo. e Revmo. D. Octavio Chagas de Miranda e comunhão geral de todas as alunas. Em seguida, café oferecido às ex-alunas.

Às 9 horas - Jogos esportivos.

As 2 horas – Pequeno festival, constando dos seguintes numeros:

I- Saudação às antigas alunas, pela 3ª. Anista Nair Ferreira,

II- Canto por todas as alunas.

III- A borboleta e abelha, poesia de Amelia Rodrigues – Eunice Canela

IV- A mãe catolica e o Apostolado – Leitura – Geni Riceto.

V- Chuva de rosas, poesia – Maria Ferreira.

VI- O ANJO DOS POBRES – DRAMA

VII Canto final.

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XXII, Pouso Alegre, 24 de setembro de 1938, nº 1099, p. 1) (grifos nossos).

As peças teatrais buscavam envolver as alunas numa aprendizagem que procurasse respeitar a boa convivência, sendo assim os papéis dessas atividades culturais estavam pautados principalmente na formação humanista às meninas. Uma das táticas adotadas pelas elites que comandavam essas instituições educacionais femininas eram os retiros espirituais, essas formas de ensinar as alunas sobre o papel da obediência aos valores religiosos e de seguir os preceitos do catolicismo. As organizações de retiros espirituais nesses estabelecimentos de ensino evidenciam o projeto eclesialístico na sociedade brasileira.

A direção da Escola Doméstica buscou programar essas atividades destinadas exclusivamente para às alunas e também egressas, em 1944.

Na Escola Doméstica Santa Teresinha/ Será pregado um Retiro Espiritual às ex-alunas pelo Revmo. Sr. Pe. Feliciano Iagüe, de 3 a 7 de maio com a Santa Missa, neste dia, e a Comunhão Pascoal das retirantes. A diretoria da Escola convida as ex-alunas desta Escola para o Retiro. (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 22 de abril de 1944, nº 1379, p. 4)

Como foi anunciado terá início dia 3 de Maio o Retiro das ex-alunas da Escola Doméstica S. Teresinha. Esse retiro terminará dia 7 e será pregado pelo Revmo. Sr. Pe. Feliciano Iagüe (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 29 de abril de 1944, nº 1380, p. 1).

As atuais e antigas alunas da Escola Doméstica, preparadas por um piedoso retiro pregado pelo Revmo. Pe. Feliciano Iagüe, farão sua Páscoa no dia 7, no Pequeno Santuário de Santa Teresinha (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 6 de maio de 1944, nº 1381, p. 1)

O contato das alunas da Escola Doméstica com os rituais religiosos buscava aplicar a disciplina e a formação da mulher comprometida com os princípios morais do catolicismo. Boa parte das atividades eram desenvolvidas pela entidade religiosa “Legião Santa Terezinha”, outra associação religiosa presente na imprensa pouso alegre é a “Ação Católica”, que atuava nos colégios locais.

De certo modo, a presença de alunas do Instituto Santa Dorotéia e da Escola Doméstica⁶³ nos mesmos espaços da educação cristã eram formas de “catecismo paroquial” (VALE, 2019) em Pouso Alegre.

⁶³ Aparentemente percebemos uma divisão de classe entre as instituições, mas ambas se convergiam à um propósito específico de disciplina e educação cristã. Contudo levantasse indagações sobre os sentidos dessa sintonia entre a Escola Doméstica e o Instituto Dorotéia.

Ação Católica nos Colégios

COM o reinício das aulas do segundo semestre serão **reiniciadas as atividades da Ação Católica nos colégios de Pouso Alegre**. Por ocasião da Festa de Cristo Rei, no ultimo domingo de outubro, receberão distintivos da **Ação Católica, muitas jovens do Instituto Santa Dorotéa e da Escola Doméstica Santa Teresinha**. Para esse fim estão sendo realizados nessas **casas de educação circulos de estudos semanais sobre a Ação Católica, de acordo com a orientação da Santa Sé a respeito de tão importante apostolado**

(Jornal A Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 17 de julho de 1943, nº 1342, p. 1) (grifos nossos).

As atividades organizadas pela “Ação Católica” no segundo semestre propunham uma educação cristã para as moças, principalmente com os estudos dos textos bíblicos nas instituições educacionais. O papel do Bispo D. Octávio é enaltecido pela memória oficial pouso alegre, pois sua atuação frente aos projetos sociais da Diocese e na amplitude de desenvolver uma educação cristã, essas ações são vistas como essenciais no progresso local.

O jornal *A Semana Religiosa* noticiou que a comunidade católica pouso alegre realizou uma festa em homenagem ao Bispo D. Octávio. O planejamento dessa homenagem continha apoio das irmãs, das alunas e demais autoridades, em conjunto com a comunidade católica propuseram uma programação com peças teatrais. A imprensa local buscou ao longo de sua trajetória enaltecer as ações de D. Octávio, considerado pelas elites políticas e econômicas, como “futurista” nas ações de criar as instituições educacionais.

A reciprocidade é visível quando o Bispo Diocesano conclama a importância das autoridades ali presentes – políticos, famílias tradicionais, membros do 8º RAM, fazendeiros e comerciantes locais –, responsáveis pela alocação de recursos financeiros para a manutenção dessas instituições educacionais. Em seu discurso o Bispo menciona a importância das elites em ajudar na manutenção da “boa imprensa” – *A Semana Religiosa* – essa ajuda ao periódico oficial da Diocese, que era a porta voz das ações eclesiais na região, ou seja, a propagação das ideias começava pelo jornal.

Festa em homenagem a D. Octavio

A Escola Domestica Sta. Terezinha querendo testemunhar a sua gratidão ao seu **grande benfeitor**, oferece esta singela festa pela passagem de seu natalicio.

PROGRAMMA

Saudação a D. Octavio pela alumna Nadir Farla.

1ª. Parte

I SEMPRE JOVEN, SEMPRE BELLA

Drama em 3 actos

PERSONAGENS

Sempronia, matrona pagan – Dilemar Caoerez

Julia, sua filha – Lucila Nunes

Fulvia, matrona pagan – Madalena Rosa

Carmelia, donzella christan – Abigail Faria

Sybilla de Cavas – Margarida Versiane

Babo, sua criada – Mathilde Devido

Antonia, escrava christã de Sempronia – E. Ribeiro
 Marina, Nazareth Paiva – Afra, Carmelia Martinez – Astra, Sebastiana Marques –
 Levina, Nadir Farsa – Cardo, Jandyra Mamede – escravas pagans de Sempronia.
 Nigra-escrava pagan de Fulvia, Anna da Silva.
 Um anjo, Nilzinha Galvão.
 II Bailado hungaro pelas meninas Marina e Olga.
 III Canto pela menina Kafa Mosseri.
 2ª. PARTE
 I Monologo por Nilsinha Galvão.
 II Bailado classico por Yvonne, Lucilla, Margarida Aparecida e Ditinha.
 III O ASSOPIO MAGICO
 Comedia em 1 acto
PERSONAGENS
 Yvone-afilhada da fada Risinha, Nadir Faria
 Francisca, Judith Oliveira – Yvette, Geny Silva – Carlota, Omelia Martins – Leonor,
 Benedicta Pinto, amigas de Yvonne.
 Tia Jacquelina – Margarida Versane
 Um delegado – Theresa Rebecchs
 UMAS CAMPONEZAS
 Nos Intervallos tocará uma orchestra
 NOTAS: 1) O resultado desta festa nescessitará em favor da Boa Imprensa.
 2) serão distribuídos programmas na cidade, marcando o dia da festa
 (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVIII, Pouso Alegre, 17 de agosto de 1935, nº
 943, p. 3) (grifos nossos).

Festa em homenagem ao Sr. Bispo
 Conforme noticiamos, realizou-se, **na Escola Domestica S. Teresinha, ontem, uma bella festa em homenagem ao Exmo. Sr. Bispo.** Por suggestão de S. Excia, **a renda da festa será applicada em beneficio da Boa Imprensa.** O salão da Escola Domestica esteve repleto. Os numeros do programma foram muito apreciados
 (Jornal A Semana Religiosa, Anno XVIII, Pouso Alegre, 31 de agosto de 1935, nº
 945, p. 3) (grifos nossos).

As peças teatrais testemunham o “investimento” ofertado pelas elites locais na educação religiosa nos espaços educacionais e homenagear os esforços do Bispo Diocesano na restauração cristã nas almas das jovens.

Os aspectos da produção e reprodução estão no processo de ensino de ofícios manuais aos meninos e de formação doméstica às meninas. Se recordarmos o discurso do ex-Presidente da República Wenceslau Braz, quando enfatizou a formação de mulheres nas práticas domésticas e dos valores morais no desenvolvimento regional. O papel da Escola Doméstica Santa Terezinha se insere no quadro da divisão sexual do trabalho no período analisado. Para que possamos compreender a divisão sexual do trabalho partiremos com as contribuições teóricas de Kergoat (2002, 2009, 2010) e Hirata (2002).

A divisão sexual do trabalho é fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas, em cada período histórico do capitalismo. Além disto, a produtividade do trabalho doméstico das mulheres está relacionada com a dimensão reprodutiva, essa “demarcação entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva está no fato de criar mecanismos de conservação das

normas e costumes tradicionais no interior da sociedade capitalista desenvolvida” (HIRATA, 2002, p. 146).

Formar meninos para as manufaturas e desenvolver uma educação para as meninas nas atividades domésticas, pois essa divisão dos sexos é marcada “desde o nascimento, reforçada por ritos e (...) inúmeros símbolos” (Ibidem, p. 135), essas instituições educacionais buscavam reproduzir as relações sociais de gênero em Pouso Alegre.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; **essa forma é historicamente adaptada e a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva** e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (grifos nossos) (KERGOAT, 2009, p. 67).

O papel da divisão sexual do trabalho está assentado na incorporação da força de trabalho feminina no âmbito da produção capitalista. As propagandas de serviços prestados pelas oficinas da Escola Doméstica estavam presentes na imprensa local. O jornal *A Semana Religiosa* de 1935 trouxe uma tabela de preços e de produtos comercializados nas oficinas.

Figura 20 - Tabelas de preços da Escola Doméstica Sta. Terezinha (1935).

Escola Doméstica Santa	
Therezinha	
Preços dos paramentos	
Paramento completo qualquer cor:	200\$000 — 300\$ — 400\$ — 500\$ — 600\$ — 800\$
Estolas parochiaes:	40\$ — 60\$ — 80\$ — 100\$
Capas d'asperges:	250\$ — 300\$ — 400\$ — 500\$
Alvas:	70\$ — 80\$ — 90\$ — 100\$ — 200\$
Sobrepelizes:	60\$ — 70\$ — 80\$ — 90\$ — 100\$000
Amictos:	10\$ — 20\$ — 30\$ — 40\$ — 50\$000
Cordões:	15\$ — 20\$ — 30\$000
Veus de ambulas:	10\$ — 15\$ — 20\$ — 30\$000
Veus de Sacrario:	20\$ — 25\$ — 40\$ — 50\$
Fitas para chave de Sacrario:	3\$ — 5\$ — 10\$000
Corporaes: (cada um)	3\$ — 5\$ — 10\$ — 15\$ — 20\$
Sanguineos:	1\$500 — 3\$ — 5\$000
Estandartes:	300\$ — 400\$ — 500\$ — 800\$ — 1:000\$000

N. B.—Para uma encommenda do 100\$ para cima pede-se *adiantar* ao menos a metade do valor da encommenda para facilitar, á Escola D. pobre, a compra dos fornecimentos.

Fonte: Jornal A Semana Religiosa, Anno XIX, Pouso Alegre, 2 de novembro de 1935, nº 954, p. 3.

A tabela apresenta mercadorias manufaturadas pelas alunas da Escola Doméstica, esses produtos são parâmetros religiosos e possuem características distintas, tamanhos, modelos e os preços que demonstram um ambiente produtivo no ato da aprendizagem. A existência das oficinas de costura e de bordado como práticas pedagógicas favoreceu a “inserção no mundo do trabalho produtivo, a mulher se transforma em trabalhadora assalariada” (NOGUEIRA, 2011, p. 142).

Ensinar meninas pobres e órfãs a costurar ou bordar, além de cozinhar e fazer demais atividades domésticas numa direção religiosa, conservadora, política e econômica. Esses fundamentos apontavam direções do porquê de educar as meninas das classes populares, tais ações formativas propiciavam a especialização de boas mães e boas esposas prendadas na criação de filhos, também há a noção mais econômica que procurava inserir essas trabalhadoras nas pequenas manufaturas de costuras e de outros serviços na região, além de garantir a sua sobrevivência por meio do trabalho digno caso delas não se casarem. De qualquer forma buscava aprimorar essas moças nos assuntos do lar.

As propagandas eram exposições de serviços prestados pela Escola Doméstica em Pouso Alegre.

As exposições escolares além de, conjuntamente com as premiações, festa de encerramento e exames públicos, servirem como instrumento de consolidação do prestígio da instituição e de disseminação dos valores republicanos, inserem-se no contexto internacional da sociedade capitalista como espetáculo das mercadorias (QUELUZ, 2000, p. 87).

As exposições realizadas através de festivais são propagandas de valores morais, patrióticos e religiosos, como no caso das instituições educacionais pouso alegrenses. Essas exposições evidenciam o papel de apoiar financeiramente essas instituições de formação de trabalhadores e trabalhadoras, buscando proporcionar o desenvolvimento da sociedade brasileira, passando a visão da dignidade do trabalho, dos valores patrióticos e religiosos através dessas atividades.

A presença de autoridades clericais e políticas nas festividades, exposições, entrega de diplomas ou de donativos é a representação das relações de poder que “constituem o motivo mais forte da conservação de elementos carismáticos, em forma objetivada, dentro da estrutura de dominação” (WEBER, 1999, p. 354).

A Escola Doméstica evidencia essas relações assentadas na constelação de interesses ou de “jogo de poder”. Le Goff (2013) afirma que esse “jogo do poder” corresponde aos interesses individuais ou coletivos e que influencia a sociedade.

Na fotografia das alunas da Escola Doméstica observa-se a personificação dessas relações de poder, com a presença do Bispo Diocesano. Não tivemos informações sobre os nomes, as idades das alunas ou se tinha ex-alunas no registro fotográfico, ou seja, a “cada foto, além da visão imediata e dos olhares anônimos e das vozes silenciadas pelo tempo e pelo nosso desconhecimento” (CIAVATTA, 2002, p. 84). Repare nas poses e vestimentas do mesmo formato, o corpo é um instrumento de disciplina e de poder, as mentes propícias a receberem os valores morais do catolicismo e da obediência, ou seja, as “relações de poder existentes dentro do modelo da família patriarcal” (NOGUEIRA, 2011, p. 158).

Figura 21 - Fachada do Palácio Episcopal, com as alunas da Escola Doméstica Santa Terezinha. Sentados: Ir. Lygia, Cônego Octaviano e Dom Octávio (Década de 1940).



Fonte: <http://arquiocese-pa.org.br/domotavio100/variadas/>, acessado no dia 05 de maio de 2016.

A Escola Doméstica Santa Terezinha e o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes reproduziram durante a sua trajetória uma formação para o trabalho doméstico “separado da produção de mercadorias, divisão sexual do trabalho doméstico e familiar é notável” (HIRATA, 2002, p. 285). De forma geral, a influência religiosa e o papel da Igreja Católica na educação religiosa e formativa são inegáveis no percurso dessas instituições em Pouso Alegre.

O aparelho eclesiástico, na primeira metade do século XX, foi responsável pelo avanço na criação e gestão de estabelecimentos educacionais em todo o país.

A criação e gestão dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, agrícola e profissional converteram o aparelho eclesiástico no maior e mais importante empresário da rede de ensino privada, exercendo o controle sobre 70% das instituições atuantes no final dos anos 1920 (MICELI, 2009, p. 157).

A presença da Igreja Católica na educação e na política pouso alegreense era um movimento natural, dentro de um projeto societário proposto pela Santa Sé para América Latina, esse projeto estava pautado na expansão católica – dioceses – e na “influência” nas questões sociais na sociedade brasileira, outro detalhe, é o uso estratégico da disciplina como pilar do conservadorismo, do trabalho “digno” e da harmonia entre as classes sociais.

O período estudado de 1920 a 1945 trouxe o empenho das elites eclesiásticas e políticas, na organização e manutenção da Escola Doméstica Santa Terezinha e do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes, baseado no projeto de disciplinar as moças pobres e órfãs nos valores morais do catolicismo e do trabalho doméstico.

Nesse capítulo usamos as fontes dos jornais, das fotografias e da literatura memorialista, essas instituições educacionais apresentaram as seguintes configurações: as relações Estado e a Igreja Católica; as fontes de financiamento (pública e privada), por meio da caridade e donativos pelas elites locais; as oficinas e o seu currículo de formar uma mulher para as atividades do lar, do trabalho produtivo/reprodutivo e disciplinada, essas ações estavam assentadas no conservadorismo, na política, na economia e na religião.

O Orfanato Nossa Senhora de Lourdes e a Escola Doméstica Santa Terezinha foram vistas como essenciais no desenvolvimento regional, mas suas trajetórias foram silenciadas pela memória oficial e pela imprensa pouso alegreenses, em comparação com a Escola Profissional Delfim Moreira da qual encontramos quantidade expressiva de informações e registros históricos.

A euforia do progresso pouso alegreense contagiou as elites locais, mas esses princípios estiveram assentados, de acordo com os interesses eclesiásticos, pois atuação da Igreja Católica nas questões locais é algo relevante e instigante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Façam os governantes uso da autoridade protectora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas; e, visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutareos resultados. Quanto à Igreja, a sua acção jamais faltará por qualquer modo, e será tanto mais fecunda, quanto mais livremente se possa desenvolver.⁶⁴

A epígrafe extraída da Encíclica Papal de Leão XIII, o *Rerum Novarum* de 1891 evidencia o projeto societário da Igreja Católica para a América Latina, trata da relevância para a Igreja da formação de trabalhadores e trabalhadoras na doutrina cristã e para a construção de uma sociedade cristã. A encíclica ao propor a restauração dos costumes cristãos coloca em foco a disputa pela hegemonia da Igreja Católica na sociedade capitalista, ou seja, trata-se da restauração do catolicismo como orientação religiosa e política. Tal debate é atual, se considerarmos, as relações entre igrejas (de diferentes orientações) e Estado.

A pesquisa encontrou na primeira metade do século XX (1917/1947) uma Igreja Católica com forte presença política na condução das instituições educacionais e no apoio aos governos locais e nacionais. A Igreja Católica teve um papel relevante na educação de trabalhadores e trabalhadoras e na formação de quadros para ela própria ou para a classe dirigente. A educação desenvolvida, na primeira metade do século XX, era diversificada segundo classes sociais e gênero.

A organização da educação escolar, uma disputa ideológica pela formação de homens e mulheres segundo os valores cristãos. Embora o Estado brasileiro fosse liberal ele não construiu um projeto liberal de educação, dividiu as responsabilidades com as igrejas (católicas e protestantes) e assim manteve seu projeto de educação dirigido tanto para as elites como para os trabalhadores. A Igreja Católica, durante o governo Vargas, foi importante base de apoio político. Com o processo de modernização do país, compreendido como urbanização e industrialização, a Igreja perde o protagonismo na formação de trabalhadores e trabalhadoras, mas continua mantendo o prestígio na formação de parte da sociedade. A Igreja mantém sua concepção educacional dentro da doutrina de formação pelos valores morais da religião e do trabalho durante todo o período analisado. Para a execução desse projeto eclesiástico ocorreram disputas com setores contrários a Igreja, principalmente em relação a educação, portanto, as

⁶⁴ Ver: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html, acessado no dia 15 de junho de 2020.

lutas relacionada a inserção do ensino religioso nas escolas públicas atravessaram décadas de discussões.

As elites políticas de Pouso Alegre tiveram relevante presença na política mineira até 1930. Nesse mesmo período as elites políticas mineiras associadas à elite paulista tiveram protagonismo na política Nacional. Entretanto, com o governo Vargas há uma mudança na correlação de forças, parte da elite permanece aliada às elites paulistas e parte se alia ao governo Vargas. A Igreja Católica se expande mediante a criação de novas Dioceses ampliando sua base de apoio e sustentação. As Dioceses estabelecem alianças políticas na busca de legitimação para o projeto de organização de uma sociedade cristã, assentada nos valores morais e éticos do trabalho. O integralismo teve forte influência da Igreja Católica no seu desenvolvimento. A queda do pacto oligárquico e a ascensão de Vargas ao poder introduz uma disputa relevante entre Estado e Igreja no projeto nacional de educação que se reflete no conjunto de leis nacionais para a organização de sistemas nacionais de educação.

Em Pouso Alegre essas disputas ficaram restritas até o momento⁶⁵ entre os principais grupos políticos que comandavam os jornais e refletem os projetos políticos e sociais. Os três jornais analisados refletem a disputa de narrativas. *A Semana Religiosa* como órgão oficial da Diocese é o principal canal de veiculação da doutrina social da igreja e buscava restaurar a hegemonia do catolicismo na direção política da região. *A Gazeta de Pouso Alegre* vinculado às elites políticas locais é o principal veículo de projeção das elites religiosas, militares, governamentais, enfim das famílias tradicionais. Este jornal também enfatiza a relevância da Igreja Católica na educação de crianças e jovens. *A Razão*, periódico do Núcleo Integralista, é o principal instrumento de propaganda da Associação Integralista Brasileira e não só apoiava a Igreja, como buscava o compromisso do clero com o integralismo. Os três jornais tinham uma base conservadora, se apoiavam no sentimento católico e no papel redentor da educação para o desenvolvimento da nação.

Fato que a Igreja Católica terá os seus projetos amplamente apoiados pelas elites pouso alegrenses. A Escola Profissional Delfim Moreira retratada nos jornais, nas obras memorialistas e nas fotografias era um espaço privilegiado de formação de trabalhadores homens das classes populares para o projeto de modernização da região. A escola era considerada uma guardiã dos valores cristãos na formação de trabalhadores humildes para um trabalho digno. O culto ao trabalho e à harmonia social estavam assentados na doutrina cristã católica. Havia várias estratégias de manutenção política e social da escola, entre elas: o apelo à caridade cristã e aos

⁶⁵ Cabe a necessidade de explicarmos que essa discussão ainda precisa ser aprofundada em futuras pesquisas.

sentimentos de patriotismo e de valores morais que sustentavam a sociedade local; e, a rejeição do não trabalho para as classes populares evocando o trabalho e a educação como redentoras. A organização curricular da escola compreendia a formação profissional como possibilidade de inserção, privilegiada no mercado de trabalho urbano e manufatureiro, por meio de aprendizagem de ofícios.

De forma semelhante a Escola Doméstica Santa Teresinha e o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes tinham como projeto a formação de meninas e jovens para o trabalho na esfera da reprodução, o trabalho doméstico. As duas escolas evidenciam a divisão sexual do trabalho que se apoia em dois princípios – hierarquia e separação. Pelo princípio da separação compreende-se que há trabalhos de homens e outros de mulheres, pelo princípio da hierarquia compreende-se que o trabalho de homem vale mais do que o trabalho de mulher.

A educação feminina é pouco divulgada na imprensa se comparada como o material sobre a educação masculina. A divulgação das atividades da escola, de forma geral, era relacionada à concepção de formação de mulheres cultas que conheciam a música, a literatura e o teatro e que tinham qualidade manuais exemplares, poderiam, portanto, trabalhar em residência das elites ou casarem-se e serem boas educadoras de seus filhos. As jovens e meninas eram educadas para realização de ofícios associados às atividades domésticas – costura, bordados, alimentação, cuidados – que poderiam ser mobilizados nas atividades profissionais.

A imprensa local ressaltava a presença de homens das elites políticas e eclesiásticas, citavam os professores responsáveis pelas oficinas destinadas aos meninos e jovens, há pouca informação sobre as mulheres professoras ou alunas. A imprensa, a igreja católica e suas escolas reforçam a clivagem entre homens e mulheres e reforçam o culto às personalidades políticas e religiosas locais. A imprensa evidencia a euforia do progresso pouso alegre terá a marca sagrada da cruz e os princípios régios do trabalho como descrito na liturgia cristã.

Finalmente, como toda pesquisa há lacunas e perguntas não respondidas. A pesquisa buscou apreender como eram formados trabalhadores e trabalhadoras no sul de Minas Gerais na primeira metade do século XX no sentido de contribuir para o debate atual das relações entre trabalho e educação na sociedade capitalista.

O momento atual surge questões que impactam as relações de trabalho, como a supressão de direitos trabalhistas e a precarização do trabalho na sociedade capitalista. Também temos as permanências históricas, como as relações entre os membros do Estado e os setores mais conservadores da Igreja Católica e do evangelismo (neopentecostais), essas mudanças que podemos pensar estão na própria natureza do capitalismo que vem tomando feições mais conservadoras.

Tal racionalidade neoliberal encontra eco na expressão: “Cada um por si e Deus para todos”, que expressa competição e concorrência entre os indivíduos em nossa sociedade marcada pelos princípios cristãos. A expressão nos indica que a dimensão econômica do capitalismo está assentada nos pilares sociais do cristianismo brasileiro. A chamada memória oficial perpetua o que para ela é mais essencial pois valoriza o culto à personalidade, as pessoas aparecem como se fossem “mitos”, “heróis” ou “messias”. A invisibilidade das mulheres como observada na pesquisa ainda está em pauta, assim como a invisibilidade dos pretos, dos pobres, dos comuns, da chamada “massa” em oposição às elites sejam intelectuais, políticas, religiosas, militares, econômicas.

Essa pesquisa foi concluída diante de uma crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 e também por uma crise econômica e política. As crises recorrentes na sociedade capitalista expressam a barbárie e a negação como demonstração máxima daqueles que negam a gravidade econômica, política, social e ambiental.

A “crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2007, p. 184).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Valente. Levantados do Chão: a formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974). **Lutas Sociais**, São Paulo/SP, n° 27, p. p. 31-44, 2º semestre, 2011.

AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)**. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2015.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Campinas/SP: 1984.

AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva. (et al.). **Todas as águas vão para o mar: Poder, cultura e devoção nas religiões**. São Luís/MA: EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n° 27, p. p. 213-254, 2006.

BALBINO, Antônio Gilberto. **A Igreja e a Educação Feminina no Sul de Minas (1900-1950): O ultramontanismo e as incursões da modernidade**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade São Francisco/USF: Itatiba/SP, 2018.

BALBINO, Giovane Silva. **Instituições de Caridade, Ensino e Profissionalizante em Pouso Alegre - MG (1905 – 1940)**. TCC (Graduação em História), Universidade do Vale do Sapucaí/UNIVÁS: Pouso Alegre/MG, 2016.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação/FE, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: Campinas/SP, 2013.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, volume 28, n° 3 (84), p. p. 29-59, set/dez, 2017.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30**. In: GOMES, Ângela de Castro (et al.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 1980.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação/FE, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: Campinas/SP, 2003.

BONIFACIO, Nadja Santos. **Uma educação para a vida: as práticas educativas dos salesianos para formação de meninos em Sergipe (1911-1945)**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação/FE, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: Campinas/SP, 2017.

BURKE, Peter. **Testemunho Ocular: História e Imagem**. Bauru/SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC). 2004.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas - RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas/UFPel: Pelotas/RS, 2014

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. **História e Literatura: Fontes Literárias na produção historiográfica recente no Brasil. História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009.

CANDEIA, Luciano. **Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909-1942)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba/UFPB: João Pessoa/PB, 2013.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo/SP: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique (*et al.*). **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 8ª. edição, Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2006.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. Equipe de tradução PUCCAMP, 2ª edição, Campinas/SP: Papirus, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **Modernizar, instruir e civilizar: Princípios das Reformas Educacionais de Minas Gerais (1982-1928)**, 2013.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **Reformas educacionais em Minas Gerais: instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928)**. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 46, p. 219-237, 2012.

CARVALHO, Thiago Soares. **A instalação do Décimo Regimento de Artilharia Montada em Pouso Alegre no ano de 1918**. TCC (Graduação em História), Universidade do Vale do Sapucaí/UNIVÁS: Pouso Alegre/MG, 2014.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF: Juiz de Fora/MG, 2009.

_____. As Estradas de Ferro do Sul de Minas. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Volume 7, número 12, p. p. 43-63, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3ª. edição, Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

_____. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª ed. São Paulo/SP: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Laicidade e ensino religioso em Minas Gerais – 1891-2005**. In: GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República: volume 3: República**. Coordenadores da Coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

CRUZ, Heloisa Faria de. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana**. São Paulo/SP: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O Silêncio dos Vencidos**. Prefácio de Marilena de Souza Chauí, São Paulo/SP: Brasiliense, 1981.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro, tradução posfácio à edição alemã Pedro Sússekind, apresentação e revisão técnica Federico Neiburg, Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de Pedro Sússekind, prefácio de Roger Chartier, Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. A criação da Escola Profissional Delfim Moreira em Pouso Alegre – MG. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, volume 1, nº 2, p. p. 298 – 315, 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo/SP: EDUSP, 2006.

_____. **História Concisa do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto, 3ª edição, atualmente e ampliada, 1ª reimpressão, São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FRANCO, Sebastião Pimentel. As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo: primeira república. Universidade Federal do Espírito Santo – Departamento de História, **Dimensões**, vol. 16, 2004.

FREITAS, Danielle Gross de. **Entre ofícios e prendas domesticas**: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974). Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná/UFPR: Curitiba/PR, 2011.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**. In: GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **História da educação em Minas Gerais**: da Colônia à República: volume 3: República. Coordenadores da Coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

GARNER, Ana Clara Oliveira Santos. **O discurso sobre educação profissional nos jornais de Belo Horizonte – 1896 a 1926**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica), Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/CEFET, Belo Horizonte/MG, 2013.

GATTI JÚNIOR, Décio; GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **As reformas educacionais em Minas Gerais**: dos ambiciosos ideais formativos em âmbito estadual à preparação para o trabalho nas políticas nacionais (1892-1976). In: GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **História da educação em Minas Gerais**: da Colônia à República: volume 3: República. Coordenadores da Coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

GOMES, Ângela Maria de Castro (*et al.*). **O Brasil republicano, v. 10**: sociedade e política (1930-1964). Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 9ª edição, Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Formação do trabalhador e ensino profissional**: a escola profissional masculina de Rio Claro. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação/FE, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: Campinas/SP, 2001.

GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **A educação no período republicano em Minas Gerais**: promessa por décadas acalentada e... não cumprida. In: GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **História da educação em Minas Gerais**: da Colônia à República: volume 3: República. Coordenadores da Coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo/SP: Editora Ática, 1990.

_____. **A Burguesia Brasileira**. 2ª reimpressão, São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3ª Edição, Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2007.

HIRANO, Sedi. **Catas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento de Marx e Weber. 2ª edição revista, São Paulo/SP: Editora Alfa-Ômega, 1975.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. 1ª edição, tradução de Wanda Caldeira Brant, São Paulo – SP: Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições**, vol. 13, nº 1 (37), janeiro/abril, 2002.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais. Tradução de Antonia Malta Campos, **Novos Estudos**, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5ª. Edição, São Paulo/SP: Ateliê Editorial, 2014.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. (Org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.], 7ª. edição revista, Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEONARDI, Paula; BITTENCOURT, Agueda Bernardete. De documento religioso a fonte histórica: As atas do I Concílio Plenário da América Latina. **Educação e Filosofia**, v. 30, n. 59, p. p. 135-158, janeiro/junho, 2016.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1ª. edição, 2ª. reimpressão. São Paulo/SP: Contexto, 2012.

LIMA, Virna Lumara Souza. Os manifestos de 1932 e 1959 e suas contribuições para as diretrizes e bases da educação. **Revista Communitas**, Volume 1, Número 1, Se ninguém te ouve: escreva!, p. p. 247-267, 2017.

MACHADO, Maria Lúcia Buher. **Racionalidade, trabalho e harmonia social**: configurações do projeto de modernização brasileira e ensino industrial na Escola Técnica de Curitiba (1930-1960). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação/FE, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: Campinas/SP, 2010.

MARQUES, Ivan Teodoro. **Discursos e formas de se dizer da Ação Integralista Brasileira**. TCC (Graduação em História), Universidade do Vale do Sapucaí/UNIVÁS: Pouso Alegre/MG, 2016.

MARQUES, Zilma Maria Silva. **Presença de alunos negros no ensino profissionalizante na Primeira República em Cuiabá**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT: Cuiabá/MT, 2012.

MARSON, Michel Deliberali. A indústria de transformação no sul de minas, 1907 – 1937. **História econômica & história de empresas**, vol. 20, número 1, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de (*et al.*). Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica. **Dimensões**, vol. 26, p. p. 277-291, 2011.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: editora 34, 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3ª ed. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Rafaela Rocha do. **A admissão de alunos pretos e pardos no Instituto Profissional Masculino (Rio de Janeiro, 1900-1910)**: Um processo possível para as experiências escolares. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ: Rio de Janeiro/RJ, 2017.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2ª edição, São Paulo – SP: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Sindicalismo e luta por direitos sociais do trabalho em Juiz de Fora nos conturbados anos dos governos provisório e constitucional de Getúlio Vargas (1930-1937)**. 2015. Ver: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a4.pdf>, acessado no dia 05 de junho de 2020.

PALHARES, Lenir. **“EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA O HOMEM INTEGRAL”**: AS ESCOLAS INTEGRALISTAS EM MINAS GERAIS (1932-1937). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG: Belo Horizonte/MG, 2016.

PANDINI, Silvia. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná**: “Viveiro de Homens aptos e úteis” (1910-1928). Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná/UFPR: Curitiba/PR, 2006.

PAULA, Amir El Hakim de. A ação territorial dos sindicatos-revolucionários sob o Estado liberal. In: **A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial [online]**. São Paulo: Editora UNESP, p. p. 87-172, 2015.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. **Identidade e cultura das classes trabalhadoras em Belo Horizonte no início do século XX (1893-1930)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP: Mariana, 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveria (*et al.*). **O Brasil Republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964)**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 4ª. edição, Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (*et al.*). **O Brasil republicano, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930)**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 8ª. edição, Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2006.

PINHEIRO, Wellington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, Proteção e Educação de Meninos Órfãos e Desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará/UFPA: Belém/PA, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6ª edição, Editora Brasiliense, 1985.

PRONKO, Marcela Alejandra. **Entre o mito e o esquecimento: as propostas de criação de Universidades do Trabalho na Argentina e no Brasil na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói/RJ, 2002.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino técnico na República Velha 1909-1930**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2000.

RANGEL, Rosangela Faria. **Assistência no Rio de Janeiro: Elite, Filantropia e Poder na Primeira República**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ: 2013.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 1ª edição, Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2018, (não paginada).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 10ª edição, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1988.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). **Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Paco Editorial/FAPESP, 2015.

_____; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)**. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). **Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Paco Editorial/FAPESP, 2015.

_____; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. **O processo de urbanização no Sul de Minas em transição**. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). **Sul de Minas em**

Urbanização: modernização urbana no início do século XX. São Paulo: Paco Editorial/FAPESP, 2015.

SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889 – 1930)**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

SANTOS, Carla Xavier dos. **A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha**. Vestígio do passado a história e suas fontes, IX Encontro Estadual de História, Associação Nacional de História/Seção Rio Grande do Sul (ANPUH/RS), 2008.

SANTOS, Jackson Novaes. Vestígios do “lugar social” na escrita dos memorialistas. **Anais do XX Ciclo de Estudos Históricos**. Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (*et al*) (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª edição, Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2003.

SAMPAIO, Carlos Leonardo Teixeira. **A Igreja Católica e a transformação do espaço e do viver urbano de Pouso Alegre – MG (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica/PUC/SP, São Paulo/SP: 2009.

SANTIAGO, Stefane dos Santos. **UOPA-União Operária Pouso Alegrense: Um Espaço Ambivalente**. TCC (Graduação em História), Universidade do Vale do Sapucaí/UNIVÁS: Pouso Alegre/MG, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideais pedagógicas no Brasil**. 4ª edição, Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon (*et al*). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, São Paulo/SP: EDUSP, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil, vol.3. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. **“Para os grandes males, os grandes remédios”**: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo/USP: São Paulo/SP, 2016.

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e a Questão Educacional no Brasil durante a Era Vargas**. XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio (ANPUH/RS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS, p. p. 1300-1309, 2012.

SILVA, Romeu Adriano da. **Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”**: as relações entre educação e trabalho no capitalismo periférico (1931 – 1936). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação/FE, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: Campinas/SP, 2004.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 5ª edição, São Paulo/SP: Editora Alfa-Ômega, 1981.

SOUSA JUNIOR, José Pereira de. O processo de restauração católica no Brasil na Primeira República. **Fato & Versões Revista de História**, v. 7, n. 14, Cultura, Política e Poder, p. p. 80-103, 2015.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político-partidário na primeira república**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1977.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba – MG (1920 – 1964)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia/UFU: Uberlândia/MG, 2018.

SPOSATI, Aldaiza. Assistencialismo. In: GIOVANNI, Geraldo di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2º. Ed. São Paulo: Editora UNESP, FUNDAP, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária Inglesa: A árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1998.

VAL, Marina Costa; GODOY, Marcelo Magalhães. **Políticas industriais em Minas Gerais no período de 1933 a 1955: o desenvolvimento regional conduzido pelo Estado**. XVI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina/MG, 2014.

VALE, Fernando Henrique do. **Catedral de Pouso Alegre: espaço de fé e sociabilidade**. Campinas/SP Pontes Editores, 2019.

_____. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP: São Paulo/SP, 2018.

_____; SAES, Alexandre Macchione. **Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920)**. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). **Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Paco Editorial/FAPESP, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo/SP: Ática, 2007.

VILHENA, Amanda Beraldo Leal. **Os caminhos da profissionalização feminina: a inserção das mulheres no Ensino Superior em Pouso Alegre no início do século XX**. TCC (Graduação em História), Universidade do Vale do Sapucaí/UNIVÁS: Pouso Alegre/MG, 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus - Revista de História**, v. 5, n. 2, 11.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **Economia y sociedade**. Esbozo de sociología compreensiva. Volume 1. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977.

WIRTH, John D. **O Fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias, Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1982.

FONTES UTILIZADAS

JORNAIS:

JORNAL A SEMANA RELIGIOSA – Números: 229 (1921); 252 (1927); 397 (1924); 524 (1927); 526 (1927); 532 (1927); 842 (1933); 847 (1933); 851 (1933); 854 (1933); 855 (1933); 856 (1933); 858 (1933); 938 (1935); 939 (1935); 943 (1935); 945 (1935); 946 (1935); 952 (1935); 954 (1935); 957 (1935); 959 (1935); 960 (1935); 962 (1935); 977 (1936); 978 (1936); 981 (1936); 989 (1936); 1.001 (1936); 1.002 (1936); 1.007 (1936); 1.008 (1936); 1.009 (1936); 1.074 (1938); 1.075 (1938); 1.077 (1938); 1.080 (1938); 1.085 (1938); 1.172 (1940); 1.269 (1942); 1.322 (1943); 1.324 (1943); 1.326 (1943); 1.330 (1943); 1.333 (1943); 1.339 (1943); 1.342 (1943); 1.343 (1943); 1.347 (1943); 1.349 (1943); 1.353 (1943); 1.357 (1943); 1.358 (1943); 1.360 (1943); 1.361 (1943); 1.365 (1944); 1.366 (1944); 1.368 (1944); 1.369 (1944); 1.377 (1944); 1.379 (1944); 1.380 (1944); 1.381 (1944); 1.390 (1944).

JORNAL GAZETA DE POUSO ALEGRE – Números: 17 (1917); 18 (1917); 19 (1917); 100 (1919); 286 (1924); 500 (1929).

JORNAL A RAZÃO – Números: 33 (1936); 47 (1936); 48 (1936).

OBRAS MEMORIALISTAS:

GOUVÊA, Octávio Miranda. **A História de Pouso Alegre**. Borda da Mata – MG: Art's Gráficas e Editora Imagem, 1998.

QUEIROZ, Amadeu de. **Memórias dos 7 aos 77: Recordações e Comentários 1880-1950**. São Paulo/SP: Oficinas Gráficas da Editôra Cupolo Ltda, 1956.

_____. **Pouso Alegre – A Origem da Cidade e a História da Sua Imprensa**. Borda da Mata/MG: Art's Gráficas e Editora, 1998.

REZENDE, Manoel Coutinho de. **Eu, minha terra e minha gente: o Pouso Alegre das trilhas dos faiscaadores**. Pouso Alegre/MG: 1991.

TOLEDO, Alvarina Amaral de Oliveira. **Uma História Que Já Vai Longe**. Niterói, Gráfica Falcão, 1997.

TOLEDO, Eduardo A. O. **Estórias do Mandu**. Editora Gratcenter: Pouso Alegre/MG, 1998.

FOTOGRAFIAS

Presentes no Acervo do Museu Municipal Tuany Toledo em Pouso Alegre/MG.